

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE

MAPEAMENTO DOS PASSIVOS E CONTINGÊNCIAS DOS CLUBES DE
FUTEBOL BRASILEIROS

MONIQUE CRISTIANE DE OLIVEIRA

FLORIANÓPOLIS,
2018

MONIQUE CRISTIANE DE OLIVERA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.

Orientador: José Alonso Borba, Dr.

FLORIANÓPOLIS,

2018

Monique Cristiane de Oliveira

**MAPEAMENTO DOS PASSIVOS E CONTINGÊNCIAS DOS CLUBES DE
FUTEBOL BRASILEIROS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2018.

Prof.^a Ilse Maria Beuren, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. José Alonso Borba, Dr. (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Amaury José Rezende, Dr.
Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto

Prof.^a. Suliani Rover, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a. Denize Demarche Minatti Ferreira, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Luiz Felipe Ferreira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico ao meu pai Cleder e à minha avó
Maria, meus eternos anjos da guarda.

AGRADECIMENTOS

Um imenso agradecimento à minha mãe, Roseli, a quem eu devo tudo. Foi mãe e pai nos dias mais difíceis e sempre acreditou em mim, incentivou-me e me ajudou a conquistar meus sonhos sem que nada nos faltasse. Também, meu sincero agradecimento aos meus avós Inah e Germano e aos meus mais que tios, Rosângela e Carlos Roberto, que sempre me ajudaram nos momentos mais difíceis. Agradeço também aos meus irmãos, Micheli e Maycon, meus padrinhos, Rogério e Sibely e a minha família por sempre torcerem por mim e compartilharem das minhas conquistas.

Agradeço também às minhas grandes amigas, Francieli, Ísis, Klara, Karoliny e Joana, pela amizade, sinceridade e torcida ao longo da vida e por sempre estarem prontas para ouvir, acolher e aconselhar, e também por comemorarem comigo das pequenas às grandes conquistas. O apoio e o carinho de vocês são fundamentais. Aos demais amigos, que mesmo não tão perto quanto elas, estão sempre torcendo e vibrando comigo.

Agradeço meu namorado, Gérson, pelo carinho, paciência e dedicação durante o último ano e por lutar para que eu não desanimasse e não parasse de acreditar em mim, mesmo nos dias mais difíceis. Por me amar em todos os dias da nossa pequena, mas próspera vida juntos. Também agradeço seus pais pelo carinho, atenção e torcida nesse período.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. José Alonso Borba, por acreditar em mim, não me deixar desistir nos dias mais difíceis, mas também, por todos os conselhos, aprendizados e risadas que me proporcionou ao longo dos quatro anos que trabalhamos juntos, sempre com muito carinho e respeito. Agradecimento em especial à Prof.^a. Denize Minatti, que mais que uma Professora, ao longo desses anos se tornou uma grande amiga e família, e sempre me incentivou e apoiou. E à Prof.^a. Suliani Rover, por todo carinho, atenção, amizade e ajuda durante esses anos de UFSC.

Agradeço aos amigos que vieram juntos com a Universidade, Lucas, Paulo e, mais recentemente, a Janaína e a todos do nosso grupo de pesquisa, sempre aptos a ajudar, incentivando e torcendo pelas minhas conquistas.

Agradeço à UFSC, ao Departamento de Ciências Contábeis e ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e os Professores pela contribuição em minha formação ao longo destes sete anos de Universidade.

A todos vocês meu muito obrigada!

*“Após a tragédia, a vida continua - dolorida e modificada para sempre,
porém plena de novos começos”.*
(Karen White)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mapear as características dos passivos e contingências dos 20 clubes da primeira e segunda divisão do Campeonato Brasileiro de 2017 que apresentaram o conjunto completo de demonstrações contábeis no período de 2011 a 2016. Por meio de uma análise descritiva das informações sobre passivos, provisões para contingências, contingências e as notas explicativas sobre estes temas, identificou-se que os clubes brasileiros se financiam preponderantemente com recursos de terceiros, os quais geralmente são provenientes de adiantamentos de terceiros. Verificou-se que as dívidas cresceram ao longo dos seis anos estudados, sendo que a maior parte está classificada no longo prazo e se referem a adiantamentos de contratos, dívidas fiscais e empréstimos. A dívida operacional dos clubes cresceu junto com a financeira, ao contrário do endividamento fiscal, que embora tivesse a expectativa de aumento com o PROFUT, diminuiu no período analisado. Por fim, verificou-se através do *Two-sample Wilcoxon rank-sum (Mann-Whitney) test* que o PROFUT não teve efeitos significativos nos valores de passivos, provisões e contingências.

ABSTRACT

The goal of this study is to identify the liabilities and contingencies characteristics of 20 Brazilian soccer clubs in first and second division of the Brazilian Championship in 2017, which presented the full set of accounting statements in the period from 2011 to 2016. Through a descriptive analysis of the information on liabilities, provisions for contingencies, contingencies and the explanatory notes on these topics, it was identified that Brazilian clubs are predominantly financed by third-party funds, which usually come from third parties' advances. It was verified that the debts grew over the six years studied, most of which are classified in the long term and refer to advances of contracts, tax debts and loans. The club's operational debt grew with the financial debt, instead the fiscal indebtedness, which although it was expected to increase with PROFUT, decreased in the period analyzed. Finally, it was verified through the Two-sample Wilcoxon rank-sum (Mann-Whitney) test that the PROFUT didn't significantly affect the liabilities values, provisions and contingencies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo da insustentabilidade financeira dos clubes brasileiros.	25
Figura 2: Marcos regulatórios sobre a organização financeira e esportiva no Brasil.	27
Figura 3: Ciclo de gastos em clubes de futebol.	30
Figura 4: Média dos passivos por clube entre 2011 e 2016 (Em milhares de reais).	46
Figura 5: Evolução das dívidas financeiras, fiscais e operacionais (Em milhares de reais).	51
Figura 6: Representatividade das obrigações trabalhistas no passivo total.	53
Figura 7: Frequência de apresentação das provisões para contingências.	64
Figura 8: Evolução das provisões para contingências por ano (Em milhares de reais).	65
Figura 9: Evolução das contingências por ano (Em milhares de reais).	72
Figura 10: Evolução no número de notas e contas apresentadas pelos clubes.	75
Figura 11: Perfil da dívida dos clubes de futebol brasileiros.	79
Figura 12: Distribuição do passivo total <i>versus</i> localização.	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estudos anteriores acerca do tema em clubes de futebol.	32
Quadro 2: Clubes que compõe a amostra do estudo.....	34
Quadro 3: Estrutura padronizada dos passivos de curto e longo prazo.	36
Quadro 4: Indicadores de estrutura de capital e endividamento utilizados na análise.	39
Quadro 5: Definição de endividamento financeiro, fiscal e operacional.	39
Quadro 6: Reconhecimento de provisões para contingências.	61
Quadro 7: Excerto sobre reclassificação das provisões fiscais.....	64
Quadro 8: Mudança de classificação das provisões.	65
Quadro 9: Excerto sobre contingências.	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índices de correção monetária dos passivos.....	40
Tabela 2: Estatística descritiva dos passivos de 2011 a 2016 (em milhares de reais).	45
Tabela 3: Indicadores de estrutura de capital e endividamento.....	47
Tabela 4: Evolução e composição dos passivos (em percentual).....	49
Tabela 5: Representatividade dos Adiantamentos Diversos (Em milhares de reais).	55
Tabela 6: Representatividade das Receitas Antecipadas (Em milhares de reais).....	56
Tabela 7: Taxa de balanços com passivo a descoberto.	58
Tabela 8: Frequência de reapresentação/republicação e reclassificação de passivos.....	60
Tabela 9: Estatística descritiva das provisões para contingências (Em milhares de reais).	62
Tabela 10: Representatividade das Provisões para Contingências (Em milhares de reais).....	66
Tabela 11: Estatística descritiva das contingências (Em milhares de reais).....	70
Tabela 12: Representatividade das Contingências (Em milhares de reais).	71
Tabela 13: Informações gerais por clube para notas explicativas.	74
Tabela 14: Frequência dos temas discutidos em notas explicativas.....	76
Tabela 15: Informações gerais sobre o PROFUT por clubes (Em milhares de reais).....	82
Tabela 16: Resultados do <i>Two-sample Wilcoxon rank-sum (Mann-Whitney) test</i>	83
Tabela 17: Resultados do teste de Wilcoxon.....	85
Tabela 18: Resultados da análise de correlação.	86
Tabela 19: Resumo das informações por clube.	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

APFUT – Autoridade Pública de Governança do Futebol

BACEN – Banco Central do Brasil

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

FCF – Federação Catarinense de Futebol

FFPR – *Financial Fair Play Regulations*

IFFHS - *International Federation of Football History & Statistics*

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Acumulado

ITG – Interpretação Técnica Geral

LRFE – Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte

PROFUT – Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro

UEFA – *Union of European Football Associations*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2	OBJETIVOS	18
1.2.1	Objetivo Geral	18
1.2.2	Objetivos Específicos	18
1.3	JUSTIFICATIVA DO TRABALHO.....	19
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2	REVISÃO DA LITERATURA	22
2.1	O FUTEBOL NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS	22
2.1.1	O Futebol Mundial.....	22
2.1.2	O Futebol Brasileiro.....	24
2.2	OS PASSIVOS DOS CLUBES DE FUTEBOL.....	29
2.3	ESTUDOS ANTERIORES	32
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	34
3.1	SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	34
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E PADRONIZAÇÃO DOS DADOS	35
3.3	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	38
3.3.1	Teste de diferença para duas amostras	41
3.4	LIMITAÇÕES DO ESTUDO	43
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
4.1	ANÁLISE DESCRITIVA	45
4.1.1	O endividamento dos clubes de futebol brasileiros	45
4.1.1.1	Achados gerais sobre o Passivo	45
4.1.1.2	Passivo Circulante e Não Circulante: evolução e composição	48
4.1.1.3	Discussões adicionais: “Adiantamentos Diversos” e “Receitas Antecipadas”	54
4.1.1.4	Relatos sobre Passivo a Descoberto	58
4.1.1.5	Reclassificação e Reapresentação dos Passivos	59
4.1.2	Provisões para Contingências	60
4.1.2.1	Achados gerais sobre provisões para Contingências	61
4.1.2.2	Provisões para Contingências: Evolução e Composição	64
4.1.3	Contingências	68
4.1.3.1	Achados gerais sobre as Contingências	68
4.1.3.2	Contingências: evolução e composição	71
4.1.4	Notas Explicativas	74
4.2	O PERFIL DA DÍVIDA DOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS	78
4.3	IMPACTOS DA ADESÃO AO PROFUT	81
4.3.1	Achados gerais sobre o PROFUT	81
4.3.2	Teste de diferença de médias.....	83
4.4	TORCIDA, LOCALIZAÇÃO E SÉRIE	85
4.5	INFORMAÇÕES POR CLUBE.....	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de noventa o futebol mundial vem se expandindo como um importante negócio, principalmente na Europa, devido a oferta dos direitos de mídia (BÁCS; NAGY, 2014; MORROW; HOWIESON, 2014), da reavaliação da autonomia e política de poder das organizações envolvidas (WEINBERG, 2012) e das diferenças de receitas entre ganhadores e perdedores (DIETL; FRANCK, 2007). Para Gonçalves e Carvalho (2006, p.2), desde que o futebol se submeteu a lógica de mercado, tornando-se negócio, “[...] os jogadores transformaram-se em mercadoria; os torcedores, em consumidores; o jogo, em um ativo financeiro [...]”.

Este cenário pode ser visto com as constantes compras de ações dos clubes europeus por empresários chineses que atualmente são os maiores investidores em futebol no mundo, proprietários dos principais clubes europeus, como a *Associazione Calcio Milan*, a *Internazionale Milano* e o *Manchester City*. Como tal, investe-se naquilo que o futebol representa à economia do país, onde as perspectivas são de que 1% do PIB chinês seja derivado do futebol até 2020. Com a redução na expansão econômica chinesa, a busca por novas fontes de renda encontrou no futebol um mercado aquecido e bilionário, no qual governo e empresas investem constantemente (OSWALD, 2017).

O mercado evoluiu ao ponto de que alguns clubes se tornaram grandes companhias com capital negociado em bolsas de valores pelo mundo, quer pela necessidade de levantar capital para se financiar face às crises financeiras que acometiam as equipes, quer pelo aumento da visibilidade e receitas. À exemplo, tem-se o *STOXX Europe Football Index*, que compila as informações sobre as ações de 22 clubes que negociam capital na Europa e Turquia. Além disso, o inglês *Manchester United* negocia seu capital na bolsa de Nova Iorque.

Contudo, não é somente na Europa que os clubes comercializam suas ações em bolsas de valores, na América Latina a negociação também acontece. Particularmente, os principais clubes de futebol chilenos – *Universidad* do Chile, *Universidad Católica* e *Colo Colo* – começaram a comercializar suas ações na Bolsa de Valores de Santiago desde 2007, decorrente da legislação que obrigava a transformação dos clubes em empresas para combater o elevado endividamento (BRANDÃO, 2012). Atualmente, somente o *Colo Colo* mantém a negociação.

Entretanto, até para os clubes europeus que não negociam capital no mercado aberto, ter um proprietário é comum. Como exemplo, tem-se o *Arsenal Football Club* e Stanley Kroenke, o *Chelsea Football Club* e Roman Abramovich e a *Association Sportive de Monaco Football Club* e Dmitry Rybolovlev (TEIXEIRA, 2016).

Conhecido como o país do futebol, sendo o maior vencedor na Copa do Mundo e na Copa das Confederações, o Brasil não aproveita esse potencial quando se trata da prática desportiva como um negócio (LEONCINI; SILVA, 2005), pois a característica do futebol brasileiro é a criação de valores - construção de laços afetivos e identidade entre os indivíduos (GONÇALVES; CARVALHO, 2006).

O que se verifica nos clubes brasileiros é a baixa governança alinhada a problemas administrativos que vão desde sonegação fiscal a escândalos de corrupção (REZENDE; DALMÁCIO, 2015), como também de independência e autonomia dos conselhos, concentração de decisões em um único órgão, falta de responsabilização e fiscalização pelas atividades, ausência de segregação de funções. Como tal, podem ser resultantes das lacunas estatutárias que minimizam as práticas de governança (OLIVEIRA et al., 2017) e podem ser vistos, por exemplo, em clubes em que os atuais presidentes estão no cargo há mais de uma década.

Outro ponto importante é que desde 2011 os clubes brasileiros são obrigados a publicarem suas demonstrações nos seus *websites* e no das federações aos quais associados, acompanhadas do parecer de auditoria. Os padrões a serem seguidos são os mesmos da Lei 6.404/76, devendo estar de acordo ainda com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a interpretação técnica aplicada a entidade desportivas, Interpretação Técnica Geral (ITG) 2003. Todavia, não se sabe quem são os responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas e se ela é realizada de fato.

Além disso, o que se verifica ainda é a pouca divulgação destas informações, com baixa qualidade dos demonstrativos e indícios de práticas como gerenciamento de resultados e não conformidade com as normas de contabilidade (REZENDE; DALMÁCIO, 2015), reavaliação de ativos (NIERO, 2017).

Com isso, além da transparência, falta confiabilidade às demonstrações contábeis, ainda que a tentativa fosse padronizar as informações a qual parece não ocorrer nos clubes (REZENDE; CUSTÓDIO, 2012) e as demonstrações acabam não refletindo a realidade econômico-financeira dos clubes. Dantas et al. (2017) pontuam que alguns clubes não seguem a estrutura de relatório padronizada pelas normas contábeis, o que leva a inúmeros pareceres de auditoria ressaltados.

Neste sentido, a Autoridade Pública de Governança no Futebol (APFUT) estabeleceu, por meio do Manual de Contabilidade Aplicada às Entidades Desportivas, a padronização dos demonstrativos e notas explicativas. O objetivo é proporcionar maior comparabilidade das informações entre clubes e reduzir as chances de manipulação dos balanços.

A necessidade de padronização é reforçada quando há indícios de omissão de dívidas por partes dos clubes (CAPELO, 2016). O endividamento dos clubes se tornou importante devido ao aumento das dívidas para cobrir obrigações de curto prazo, as quais nem sempre são sustentáveis e, principalmente, devido as restrições que o seu aumento pode gerar. Estas restrições podem reduzir a qualidade do futebol apresentado, afastando dos torcedores e patrocinadores do clube, diminuindo as possibilidades de títulos e, consequentemente, reduzindo as receitas e a capacidade de liquidez (MOURÃO, 2012).

No Brasil o cenário econômico do futebol é preocupante: em 2014 as dívidas dos times brasileiros ultrapassaram os 6 bilhões de reais (MATTOS, 2014; PAMPLONA, 2015), a situação financeira é precária e, em consequência disso, as dívidas de encargos sociais dos clubes brasileiros que participaram da Série A do Campeonato Brasileiro de 2008 já ultrapassaram os R\$ 150 milhões (REZENDE; DALMÁCIO, 2015). Dantas et al. (2017) identificaram que a taxa média de endividamento (passivo/ativo) de 33 clubes analisados foi superior a 100% no período de 2010 a 2013.

Em 2016, tanto as receitas como os custos de departamento de futebol cresceram para os maiores clubes do Brasil, sendo que parte deles comprometeram mais da metade da arrecadação com este tipo de custo. Entretanto, quando consolidados, os resultados foram positivos, houve um superávit no exercício, o que reduziu o déficit acumulado nos últimos cinco anos, mas não foi capaz de barrar os 28% de aumento do endividamento consolidado entre 2012 e 2016 (AMBRÓSIO; DANIEL; ARAGAKI, 2017).

Além disso, as equipes participantes da “Série A” de 2017 e o Internacional, segundo Mundim (2017), até agosto de 2017 acumulavam 3.037 processos na justiça trabalhista, totalizando R\$ 2,4 bilhões, o que representa 38% do passivo total dos clubes em 2016 e a maior parte destes processos correspondem aos impostos trabalhistas de responsabilidade do clube, mas que na sua contabilidade são registrados como dívida fiscal. Uma justificativa plausível é apontada por Dantas et al. (2017), que identificaram que os clubes da primeira divisão do Campeonato Brasileiro e os maiores clubes do Brasil tendem a ser mais endividados devido a uma relação com altos salários de jogadores, grandes contratações e elevados custos de manutenção.

Deste modo, os valores dos passivos destas entidades são maiores a cada ano, embora seus resultados esportivos e suas receitas também cresçam, mas não em mesma proporção (CAPELO, 2017a). Assim, existem indícios demonstrando que os clubes gastam além da sua geração de caixa.

Na tentativa de auxiliar as equipes a quitarem suas dívidas com o Governo Federal, a mais recente medida instituída foi a Lei 13.155/2015, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE), criando o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), que prevê benefícios de parcelamento de débitos fiscais com o Governo Federal para os clubes que cumprirem determinados requisitos, como a publicação de Demonstrações Financeiras e o mandato de dirigentes limitados a quatro anos com única reeleição.

Neste caso, os clubes necessitam evidenciar tal benefício em seus demonstrativos, o que o que resultou no aumento das obrigações, pois, segundo Capelo (2016), as dívidas, que há muito vinham sendo escondidas, foram expostas pelos clubes que aderiram ao PROFUT, com aumento de quase R\$500 milhões em impostos no balanço dos clubes da primeira divisão em 2015 comparando com os resultados de 2014.

As justificativas para o problema enfrentado pelos clubes brasileiros são as mais variadas. Considerando que não existe estrutura de capital ótima que defina a melhor forma de uma entidade arrecadar recursos, principalmente para os clubes brasileiros, entidades sem fins lucrativos, onde não há atenção para os níveis de dívidas, os gestores não se preocupam com as necessidades de investidores e o patrimônio é composto por lucros retidos (DANTAS et al., 2017). Contudo, poucos são os estudos que discutem a estrutura de capital em clubes de futebol, como Mourão (2012), Cunha, Santos e Haveroth (2016) e Dantas et al. (2017).

Ainda assim, no Brasil, há indícios de uma relação negativa do EBITDA (BRANDÃO, 2012), dos ativos fixos (BRANDÃO, 2012; CUNHA; SANTOS; HAVEROTH, 2016), do tamanho do clube e da rentabilidade do ativo (CUNHA; SANTOS; HAVEROTH, 2016) com o endividamento das equipes. Por outro lado, verifica-se que variáveis como tangibilidade (CUNHA; SANTOS; HAVEROTH, 2016), e Série A do Campeonato Brasileiro (DANTAS et al., 2017) se relacionam positivamente com o endividamento dos clubes.

No cenário internacional, variáveis como salários, área de mercado e desempenho esportivo (MOURÃO, 2012), foram apontadas como capazes de explicar o endividamento dos clubes, enquanto que a falta de orçamentos adequados após o término das temporadas, o descenso das equipes, a proporção das dívidas fiscais e a mudança rápida na composição do endividamento são alguns dos fatores motivadores de insolvência (BEECH; HORSMAN; MAGRAW, 2012).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O aumento das dívidas em esportes profissionais é cada vez mais comum, principalmente em equipes de futebol, que necessitam captar recursos de terceiros para manter suas atividades, contudo, os valores angariados não são capazes de quitar as dívidas presentes, reduzindo a liquidez (Mourão, 2012). Além disso, houve considerável crescimento no número de discussões sobre as dívidas dos clubes brasileiros, as evidências de dificuldades financeiras pelas quais eles passam e o aumento expressivo dos seus passivos e contingências.

Embora exista demanda de acerca das dívidas dos clubes brasileiros, pouco se conhece sobre elas. Ainda que não exista uma estrutura de capital ótima para explicar o endividamento, parece que as teorias relacionadas podem não se aplicar aos clubes de futebol brasileiros devido suas particularidades e que estudos como o de Dantas et al. (2017) que apresentam a necessidade de se conhecer as dívidas das equipes brasileiras.

Assim, este estudo tem como questão pesquisa *qual o perfil dos passivos e contingências dos clubes de futebol brasileiros ente 2011 e 2016?*

1.2 OBJETIVOS

A partir da definição do problema e a questão de pesquisa, foram elaborados os objetivos geral e específicos para delinear os caminhos a serem percorridos na pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é **mapear as características dos passivos e contingências dos clubes de futebol brasileiros.**

1.2.2 Objetivos Específicos

- (a) Reclassificar os passivos de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado às Entidades Desportivas;
- (b) Identificar a composição e evolução dos passivos e contingências;
- (c) Examinar as notas explicativas concernentes aos passivos e contingências; e,
- (d) Avaliar a adesão ao PROFUT sobre os passivos e contingências a partir de 2015.

1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

Notícias como as de Mattos (2014), Pamplona (2015), Capelo (2017a), Mundim (2017) e os estudos de Brandão (2012) e Dantas et al. (2017) são cada vez mais frequentes no cenário esportivo brasileiro devido ao aumento considerável da dívida dos clubes. Tais discussões procuram identificar os principais pontos do endividamento dos clubes e a necessidade de entendê-lo. Assim, este estudo se justifica como tentativa de explicar o perfil das obrigações, pois, ao analisar passivos e contingências dos clubes é possível obter um panorama geral do setor, apresentando possíveis alternativas à melhoria da sua gestão e a diversificação das fontes de financiamento.

Além disso, justifica-se pela afirmação de Pavlović, Mijatović e Milačić (2013) de que desde que o futebol se tornou uma grande indústria, a avaliação dos seus relatórios se tornou imprescindível para as partes interessadas compreenderem este novo negócio. Neste sentido, Slack e Shrives (2008) pontuam que são três os motivos para estudar a área: (i) o futebol é um setor importante na economia devido à grande movimentação de recursos; (ii) se origina na comunidade, portanto, estudar os relatórios dos clubes é importante a ela; e, (iii) a legitimidade das informações contábeis divulgadas no futebol vem sendo mais questionada nos últimos anos. Assim, pesquisas contábeis na área tornam-se cada vez mais importantes à medida que o esporte ganha espaço como um negócio.

Não obstante, sócios, torcedores, investidores, governos, sociedade devem estar atentos ao endividamento dos clubes, por ser uma área com grandes transações monetárias que envolve dinheiro público ou de empresas públicas/estatais. Recentemente, a Caixa Econômica Federal viu a possibilidade de calote por parte do Corinthians quanto ao pagamento do empréstimo para a construção da Arena Itaquera inaugurada em 2014. A entidade atribuiu *rating* E para o clube diante dos constantes descumprimentos do contrato por parte da equipe e da constatação de que o fluxo de caixa atual do clube é insuficiente para arcar com as obrigações com a Caixa (GARCIA; MATTOSO; FABRINI, 2018).

Além da execução da dívida mediante a penhora dos ativos do clube, é possível que o mesmo seja contestado na justiça, de forma que o aumento nas contingências poderá ser verificado caso persista a situação de inadimplência. Situações como essa reforçam a importância e a necessidade de estudar não somente os passivos dos clubes, mas como também suas contingências à medida que podem compor as dívidas futuras e afetar significativamente a estrutura financeira do clube.

Portanto, o acesso as informações que permitam aos interessados avaliar os resultados e a situação patrimonial dos clubes é de suma importância para o tornar o futebol em um negócio no país. Entretanto, para que o futebol brasileiro seja atrativo como um negócio, é necessário não somente entender e melhorar sua gestão, mas também compreender a formação das dívidas e como elas são gerenciadas, haja vista que, em sua maioria, são insustentáveis e capazes deteriorar o valor de mercado das equipes e o valor agregado do mercado do futebol (MOURÃO, 2012).

Justifica-se ainda pela necessidade de entender porque os clubes continuam endividados mesmo com as ações do Governo Federal de refinanciamento de dívidas fiscais, já que estas são consideradas as suas principais obrigações. Em 2015, por exemplo, dentre os principais clubes paulistas, as dívidas fiscais cresceram, resultando no aumento do endividamento dos clubes, principalmente para aqueles que aderiram ao PROFUT (PEREIRA, 2016).

Deste modo, sabendo que as dívidas dos clubes aumentam a cada ano, decorrentes do crescimento dos custos do departamento de futebol ou pela necessidade de evidenciar dívidas antes não apresentadas (CAPELO, 2016; CAPELO, 2017a), identificar o perfil da dívida dos clubes é importante para avaliar a sua situação econômico-financeira e fazer projeções sobre o aumento do endividamento.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está dividido em cinco partes. Primeiramente, esta introdutória visa contextualizar o tema da pesquisa e definir os objetivos que serão percorridos no desenvolvimento do trabalho, bem se justificar diante da importância e relevância dos passivos e contingências para os clubes de futebol brasileiros.

Sem seguida tem-se a revisão da literatura convergente ao tema, discutindo a evolução do futebol mundial para um negócio, bem como esta transformação no Brasil, onde se apontam motivos que podem impactar negativamente no processo, bem como as medidas legais para auxiliar os clubes na profissionalização de sua gestão. Além disso, trata, resumidamente a teoria da estrutura de capital aplicável aos clubes, do endividamento destes e os fatores que podem explicar suas mutações.

A terceira seção deste estudo apresenta a amostra, os procedimentos de coleta e análise dos dados aplicados neste estudo, detalhando-os e apresentando as principais limitações encontradas no desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, a penúltima seção visa apresentar

os resultados encontrados, detalhando-os e determinando o perfil da dívida dos clubes de futebol brasileiro. Discute-se neste ponto os principais achados e os impactos nas finanças das equipes brasileiras, corroborando ou não resultados de outras pesquisas no contexto brasileiro e internacional.

Por fim, são apresentadas as considerações finais deste estudo, reforçando os principais pontos destacados na seção anterior, reforçando as limitações do estudo, decorrentes da metodologia aplicada ou não, bem como fornecendo *insights* para pesquisas futuras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O FUTEBOL NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

2.1.1 O Futebol Mundial

O futebol contemporâneo teve início com a criação da Associação de Futebol da Inglaterra, seguido da sua inserção nas escolas superiores e na corte. Ao final do século XIX, começaram a ser estabelecidas as principais regras do futebol, como conhecidas hoje (BRANDÃO, 2012), neste momento os jogadores começaram a tornar-se profissionalizados ao contrário dos gestores (GURGEL, 2006). Assim, o futebol foi se desenvolvendo pelo mundo, na França, em 1872, na Suíça, em 1879, na Bélgica, em 1880, Alemanha, Dinamarca e Holanda, em 1889, e Itália, em 1893.

Já o “Futebol Moderno” teve início na década de 70 na Inglaterra impulsionado pela alteração na forma jurídica dos clubes que logo atingiu outras equipes europeias (PAVLOVIĆ; MIJATOVIĆ; MILAČIĆ, 2013). A partir dos anos 1980, as principais ligas europeias de futebol começaram a se reorganizar com vistas a profissionalização do esporte (ALVITO, 2007).

Mas foi nos anos 1990 que a visão do futebol como negócio passou a ser reconhecida, expondo a necessidade de utilizar ferramentas empresariais na gestão, construindo um setor moderno e criando a “Indústria do Futebol”, decorrente, em partes, do aumento dos direitos de mídia que alavancaram as receitas dos clubes, tornando o futebol um negócio complexo voltado intrinsecamente para questões financeiras (ALVITO, 2007; MORROW; HOWIESON, 2014).

Segundo Dantas e Boente (2011), quando os jogos começaram a ser transmitidos gratuitamente, o futebol começou a ser visto como um negócio, pois começaram as negociações com patrocinadores e as vendas de placas publicitárias nos estádios e de espaços nas camisas para propaganda. Neste período os principais clubes europeus já tinham se transformado em empresas (PAVLOVIĆ; MIJATOVIĆ; MILAČIĆ, 2013).

O futebol se tornou uma indústria depois das mudanças estruturais sofridas e da adoção de práticas empresariais, elevando o esporte a um moderno, complexo e especializado setor econômico (BÁCS; NAGY, 2014). Logo, a profissionalização da gestão do futebol foi exigida e atingiu seu patamar máximo quando os clubes passaram a negociar capital nas bolsas de valores europeias. Isto decorreu, em parte, a necessidade das equipes, já tratadas como

empresas, principalmente na Inglaterra, arrecadaram recursos para superar as crises financeiras e a iminência de falência que os clubes enfrentavam (BRANDÃO, 2012).

Atualmente muitos clubes fecharam novamente seu capital sob a justificativa que se torna mais fácil de administrar o clube, como é o caso do inglês *Manchester United*, segundo clube a tornar-se sociedade anônima de capital aberto no mundo (BRANDÃO, 2012). Este cenário culminou na criação, pela *Union of European Football Associations* (UEFA), do *Financial Fair Play Regulations* (FFPR), o regulamento de práticas financeiras que todos os clubes associados devem obedecer, para alcançar uma estabilidade financeira (BÁCS; NAGY, 2014), sob pena de exclusão das competições que a UEFA organiza.

Em geral, os clubes europeus são considerados, juridicamente, como empresas, no entanto, em alguns países esta formação não é vista, como é o caso da Sérvia (PAVLOVIĆ; MIJATOVIĆ; MILAČIĆ, 2013) e da Alemanha (DIETL; FRANCK, 2007), onde a maior parte dos clubes são constituídos sob a forma de associação sem fins lucrativos.

Rezende e Custódio (2012, p. 233) pontuam que transformar clubes em empresas não garante a solução dos problemas das entidades, mas faz com que estejam “sujeitos a fiscalização mais rígida por parte das autoridades, bem como induzem a um aumento da profissionalização, pois busca conciliar os lucros e a performance nas disputas em campo”. Ainda que sejam vistos como clubes profissionalizados, os europeus enfrentaram, ou enfrentam, problemas financeiros.

Dietl e Franck (2007) pontuam que na Alemanha os clubes enfrentavam uma grande crise financeira, onde falhas graves de governança foram identificadas, sendo que as receitas aumentaram embora o desempenho financeiro tenha reduzido. Uma das justificativas apontadas para este paradoxo foi o aumento da diferença de arrecadação de receitas entre as divisões do Campeonato Alemão, a *Bundesliga*, o que ocasionou um crescimento nos investimentos de risco dos clubes na tentativa de contratar os melhores jogadores. Medidas foram tomadas para tentar coibir esta situação, mas, àquela época, pareciam não ser eficientes.

Beech, Horsman e Magraw (2010) apontam que, dos times que disputaram a primeira e a segunda divisão do campeonato inglês na temporada 2008/09, mais da metade apresentaram problemas de insolvência nos últimos anos. Isto se deve, em sua maioria, porque os clubes estavam gastando mais do que deviam e não conseguiam se sustentar. Neste cenário, foram criadas medidas para auxiliar os clubes na recuperação econômico-financeira, mas para tanto, foram penalizados esportivamente com a perda de pontos no principal campeonato inglês.

2.1.2 O Futebol Brasileiro

No Brasil, o futebol é associado ao entretenimento devido a admiração dos torcedores e a movimentação financeira envolvida. Porém, ainda que esta seja a visão, os clubes constituem-se em organizações empresariais, o que exige melhoria e equilíbrio dos resultados financeiros e esportivos, focando na gestão eficiente dos recursos e o que se vê são clubes com dificuldades no alinhamento dos resultados (CUNHA; SANTOS; HAVEROTH, 2017).

Segundo Leoncini e Silva (2005) o Brasil não aproveita o potencial econômico que o futebol possui devido aos problemas econômicos do país, a distribuição de renda e, principalmente, a má gestão dos clubes e organizações envolvidas. Brandão (2012) pontua que existe evolução do futebol dentro de campo no Brasil, mas não em sua gestão e organização.

Alvito (2007) corrobora ao apontar que a crise do futebol brasileiro é reflexo da má gestão da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o que resultou na criação do Clube dos 13, uma tentativa de melhorar a gestão do futebol brasileiro. Ambos viraram uma função política. Costa e Marinho (2005) constataram que não havia efetiva definição de papéis e alinhamento dos objetivos entre CBF, federações e Clubes dos 13, que focavam apenas em determinadas equipes e campeonatos, sendo os demais esquecidos.

Quanto aos aspectos de fiscalização econômico-financeira, atualmente os clubes que aderiram ao PROFUT devem se reportar a APFUT. Além disso, todas as entidades esportivas de futebol no Brasil devem obedecer às normativas contábeis instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e à Lei nº. 6.404/76 – Lei das Sociedade Anônimas. Entretanto, não parece haver profissionalismo entre estas entidades, mas sim um jogo político ao qual elas estão envolvidas (ALVITO, 2007).

Além disso, Costa e Marinho (2005) identificaram também como problemas na gestão do futebol brasileiro a dependência significativa das receitas provenientes de cotas de televisão, a má gestão de recursos acompanhada da falta de qualificação dos profissionais envolvidos e a própria estrutura física para sediar os jogos.

Segundo Rezende e Dalmácio (2015, p. 106),

a realidade econômica, financeira e operacional dos clubes de futebol brasileiros basicamente é delineada por atos de corrupção, escândalos administrativos de má gestão, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e fraudes financeiras, fatos que têm acarretado, aos clubes, um descrédito da sociedade, devido ao uso de modelos de gestão ultrapassados e amadores.

O futebol brasileiro vive um ciclo de insustentabilidade, conforme mostra a Figura 1, com uma grave crise financeira que remete a gestão amadora praticada pelos dirigentes das

entidades (ALVITO, 2007; REZENDE; CUSTÓDIO, 2012). Dantas et al. (2017) afirmam que há clubes brasileiros com passivos que superam seus ativos em 2.000%.



Figura 1: Ciclo da insustentabilidade financeira dos clubes brasileiros.

Fonte: Adaptado de Alvito (2007) e Pluri Consultoria (2014).

Dimitropoulos (2014) aponta que o motivo para os clubes da sua amostra não terem decretado falência, mesmo diante das constatações de alto endividamento é de que eles possuem diferentes partes interessadas que podem socorrê-los em caso de dificuldades financeiras. Esta característica também pode ser verificada para os clubes de futebol, que por terem adeptos que não os trocariam em função da má gestão lhes garante estabilidade, portanto, não existe pressão sobre seus gestores, a lucratividade não é um objetivo e o monitoramento das ações gerenciais é quase inexistente (DANTAS et al., 2017).

Proni e Zaia (2013) apontam que um dos problemas que afetam o pagamento das obrigações é a incapacidade de prever corretamente as receitas, pois os clubes precisam lidar com a possibilidade de venda de jogadores durante a temporada e o descenso nos campeonatos. Assim, se as receitas planejadas não se realizarem, a probabilidade de atrasos nos pagamentos das dívidas aumenta, como ocorre com salários.

Constata-se, então, que é necessário que os clubes brasileiros tenham situação financeira em equilíbrio com o bom desempenho em campo, para que se tenha eficiência de custos. Para tanto, é necessário também que os investimentos sejam feitos de acordo com a capacidade financeira do clube, para que, em caso de dificuldades, possa captar recursos com terceiros (DANTAS; BOENTE, 2011).

Além disso, existe a necessidade de tratar o futebol como um espetáculo, oferecendo serviços de qualidade (BRANDÃO, 2012) que, como tal, compreende um conjunto de medidas que envolvem os clubes, as demais organizações relacionadas ao futebol e o governo. Somente uma força conjunta será capaz de mudar o *status* do futebol brasileiro para um negócio.

Um dos problemas apontados para os clubes alemães por Dietl e Franck (2007), corroborado por Mattar (2014) para os brasileiros como impedimento de gestão profissionalizada, é a constituição jurídica dos clubes como associação sem fins lucrativos. Como tal, sua gestão não pode ser remunerada, portanto, não tende a ser especializada, e por não visarem o lucro, não há incentivos para que os clubes gerem e acumulem resultados positivos para que sejam reinvestidos internamente.

Na verdade, há incentivos para investir todo o fluxo de caixa e, se necessário, pedir capital emprestado para tornar os clubes competitivos, pois a forma como os gestores podem se beneficiar é por meio das conquistas. Ainda assim, incentivos pessoais não se tornam o maior problema dos clubes, mas sim a falta de governança como mecanismo de contenção da liberdade de decisão dos gestores (DIETL; FRANCK, 2007).

Na tentativa de mitigar as consequências da má gestão dos clubes de futebol, o governo brasileiro, desde a década de 90, adota medidas de transparência e prestação de contas para aumentar o nível e a qualidade da informação contábil divulgada “como requisito para mudanças de comportamento dos dirigentes e o desenvolvimento organizacional, econômico e financeiro das entidades vinculadas ao desporto (REZENDE; CUSTÓDIO, 2012, p. 230).

Os primeiros passos para tornar a gestão do futebol brasileiro profissional vieram com a Lei nº. 8.672/93, conhecida como Lei Zico, com a visão do esporte como um negócio (BRANDÃO, 2012). Desde então, dispositivos legais são criados para corrigir falhas normativas anteriores, mudar questões não bem aceitas pelas partes envolvidas e para tentar auxiliar os clubes no pagamento de suas dívidas, como o parcelamento das obrigações com o Governo Federal (Timemania e PROFUT).

Contudo, embora existam inúmeros dispositivos legais para auxiliar no processo de profissionalização da gestão do futebol brasileiro, pouco se sabe sobre o efetivo cumprimento

das obrigações por parte dos clubes. Dantas et al. (2017) pontuam que os problemas na gestão do futebol brasileiro se devem, em suma, pela falta de um ambiente legal rigoroso.

Isto pode ser visto quando diversas leis foram sendo instituídas, revogando as anteriores, porque as medidas sugeridas não foram bem aceitas pelos gestores, principalmente porque tentava profissionalizar a gestão sem qualquer incentivo, eliminando, ainda, os benefícios fiscais que os as entidades possuíam (REZENDE; CUSTÓDIO, 2012; PRONI; ZAIA, 2014).

A Figura 2 apresenta as principais leis instituídas desde a década de 1990 com impactos na gestão do futebol brasileiro.

Lei nº. 8.762/93 Lei Zico	• Instituiu as normas e os princípios gerais de desporto, do Sistema Desportivo Brasileiro e da Justiça Desportiva (BRASIL, 1993). Permitiu que as entidades esportivas contratassem empresas com finalidade lucrativa para gerenciar suas atividades e a transformação dos clubes em sociedade comercial como forma de facilitar a entrada de investidores privados no esporte.
Lei nº. 9.615/98 Lei Pelé	• Extinguiu o passe em termos parciais, exigiu a transformação em clube-empresa com a adoção de um estatuto. Tornou obrigatória a elaboração das demonstrações contábeis em consonância com as normas de contabilidade estabelecidas pelo CFC, acompanhadas de relatório de auditoria, com a publicação dos demonstrativos até o último dia útil de abril do ano subsequente ao exercício a que se refere em página própria ou da entidade responsável pela liga desportiva (BRASIL, 1998).
Lei nº. 10.671/03	• Estabeleceu o Estatuto de Defesa do Torcedor para regularizar a relação entre clube e torcedores, transformando o espectador em cliente, dispondo sobre seus direitos como tal (REZENDE; DALMÁCIO, 2015).
Lei nº. 10.672/03	• Legislou sobre a exploração e a gestão da atividade desportiva como atividade econômica, estabelecendo os princípios aos quais estavam submetidas. Redigiu novos requisitos a serem cumpridos para obter financiamento com recursos públicos. Tornou obrigatória a publicação das demonstrações financeiras na forma definida pela Lei nº. 6.404/76 (BRASIL, 2003).
Lei nº. 11.345/06	• Instituiu a Timemania como refinanciamento das dívidas fiscais e previdenciárias dos clubes de futebol brasileiros para “auxiliar os clubes a quitarem suas dívidas com o poder público” (REZENDE; DALMÁCIO, 2015, p. 108).
Lei 12.395/11	• Determinou a publicação das demonstrações contábeis nos websites dos clubes e no das federações aos quais estão associados (CUNHA; SANTOS; HAVEROTH, 2017). Obrigou os clubes a dar publicidade a outros documentos e certidões negativas de débito (BRASIL, 2011).

Figura 2: Marcos regulatórios sobre a organização financeira e esportiva no Brasil.

O que se vê no cenário brasileiro é que o mercado não impõe soluções para os problemas financeiros encontrados pelos clubes, mas sim o governo, que sanciona leis para resolver os problemas, mas também dá benefícios aos clubes, que continuam a depender dos incentivos fiscais recebidos. Logo, quando transformação em empresa surge para discussão, os clubes querem afastar a possibilidade que não lhes é favorável, porque deixam de obter certas vantagens. Assim, as facilidades apresentadas pelo estado podem incentivar os clubes a manterem sua gestão como está.

Após discussões entre as entidades desportivas e a União, a mais recente legislação aprovada foi a Lei nº. 13.155/15, a LRFE. Nesta, o primeiro capítulo é destinado ao PROFUT e tem como objetivo “promover a gestão transparente e democrática e o equilíbrio financeiro das entidades desportivas profissionais de futebol” (BRASIL, 2015). Visa estabelecer os princípios e normas da gestão do esporte no Brasil.

O PROFUT concede aos clubes benefícios fiscais em troca da apresentação de uma boa gestão do clube, com base em algumas regras pré-estabelecidas. A proposta é refinar as dívidas fiscais que os clubes possuem com a União em troca de administrarem suas atividades de forma ética, transparente e responsável. Também exige a publicação das demonstrações financeiras nos padrões já vigentes, a apresentação do estatuto social e atos de designação e responsabilidade dos gestores e a relação das operações de antecipação de receitas realizadas, aprovadas pelo Conselho Fiscal (BRASIL, 2015).

A adesão ao programa é facultativa, porém, para se obter os benefícios fiscais os clubes precisam, necessariamente, submeter-se as regras previstas no texto legal. Todavia, os clubes que aderiram tiveram perdão de juros (40%), multas (70%) e encargos legais (100%), além de um prazo total para pagamento de 240 meses. Entretanto, em caso de não cumprimento das condições estabelecidas, haverá a rescisão do parcelamento onde os acréscimos legais serão restabelecidos anteriores perdoados e os clubes ficam impedidos de obter novos parcelamentos e beneficiar-se de repasses fiscais por dois anos consecutivos (BRASIL, 2015).

Todavia, as contrapartidas dos clubes em relação ao PROFUT estão suspensas desde 18 de setembro de 2017, quando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.450, suspendeu o cumprimento das obrigações relacionadas ao PROFUT (BRASIL, 2017). Assim, além de se beneficiarem com perdão de parte de suas dívidas, as equipes agora não precisam se preocupar em apresentar as certidões negativas de débitos, ou qualquer outra contrapartida.

A referida ação discute a intensidade do grau de intervenção estatal nas organizações desportivas. Entretanto, quando a situação é ruim, os clubes estão endividados e seus patrocinadores encerram os contratos, a intervenção estatal é bem vista pelos mesmos, com parcelamento e perdão das dívidas, criação de loterias para financiá-los. Estas questões podem ser um fator preponderante para estagnar a mudança para uma gestão profissionalizada.

É de se esperar que os clubes estejam confortáveis com a situação, pois tiveram parte de suas dívidas perdoadas, o que diminui seus passivos e melhora a liquidez, facilitando a captação de recursos com terceiros, em geral, com órgãos públicos. O ambiente, portanto, favorece a manutenção da dependência dos clubes de recursos públicos. Logo, se a postura do Estado de se manter financiando os clubes não mudar, naturalmente, a gestão também não sofrerá as alterações esperadas e o mercado continuará não impondo soluções para a melhoria da gestão. Portanto, os clubes brasileiros continuarão sem aproveitar o potencial de geração do futebol e a importante economia em que ele se tornou.

2.2 OS PASSIVOS DOS CLUBES DE FUTEBOL

O endividamento nos esportes profissionais é um problema relevante que vem acometendo, principalmente, os clubes de futebol, haja vista as frequentes menções sobre o aumento da dívida, resultando em dificuldades de financiamento. Suas causas podem ser justificadas por questões institucionais, influência da mídia ou por fatores financeiros, podendo ainda ser decorrente da necessidade de captar fundos de terceiros, que não são capazes de liquidar as dívidas que os clubes possuem (MOURÃO, 2012).

Embora o nível de endividamento possa restringir a disponibilidade de fluxos de caixa, os gestores são levados a definir uma estrutura de capital que maximiza seus próprios interesses, sem restrições das partes interessadas, até o limite em que a empresa corre risco de falência. Contudo, nos clubes esse risco é praticamente inexistente, pois as possibilidades de descontinuar as atividades são baixas devido as várias partes interessadas que estão sempre aptas a socorrer os clubes em momentos de crise. Assim, os gestores não têm nenhuma restrição quanto a definição de uma estrutura de capital que lhes melhor convenha (DIMITROPOULOS, 2014). Entretanto, esta situação pode criar conflitos de interesses e aumentar a dívida dos clubes (BEECH; HORSMAN; MAGRAW, 2010).

Forças comportamentais como a mídia, a pressão e os altos salários afetam o endividamento dos clubes de futebol. De forma geral, os clubes sofrem pressão para ter sucesso

nas competições que participam, portanto, precisam de recursos para contratar os melhores jogadores e, para mantê-los frente às investidas de concorrentes, precisam oferecer os salários mais altos. Além disso, os clubes precisam atrair investimentos da mídia para aumentar suas receitas, pois é grande a dependência das cotas de televisão, de forma que contratam pessoas influentes – jogadores, diretores, técnicos – para se tornarem atrativos. Assim, há um ciclo que aumenta os custos de futebol (MOURÃO, 2012).

Dietl e Franck (2007) pontuam que clubes que aumentam mais rápido suas dívidas do que suas receitas se tornam insustentáveis e isso decorre da necessidade de os clubes investirem em elenco, oferecendo os maiores salários, para conquistar mais títulos e, assim, arrecadar receitas. Tal situação envolve os clubes em um ciclo de gastos (Figura 3) que pode se tornar insustentável a curto prazo, e é corroborada por Rezende e Dalmácio (2015, p.112), ao pontuarem que a “busca por melhores jogadores e, portanto, a esperança de melhor desempenho tem levado os clubes a se endividarem demasiadamente”.



Figura 3: Ciclo de gastos em clubes de futebol.
Fonte: Dantas e Boente (2011).

Entretanto, nem sempre ter dívidas é ruim, desde que sejam mantidas sobre controle e que não seja preciso recorrer a terceiros para se financiar e pagar as obrigações de curto prazo. O que acontece nos clubes brasileiros é que eles têm se sustentado com recursos de terceiros para pagamento de outras dívidas que já estão em atraso e, por isso, não conseguem investir internamente (PRONI, ZAIA, 2014).

Sabe-se, que na Alemanha há evidências de que os clubes praticavam contabilidade criativa, aumentando ativos e escondendo passivos. À exemplo, o *Schalke 04* estava sendo investigado por distorcer a situação financeira do clube e não abrir processo de insolvência.

Além disso, na temporada 2004/2005 da *Bundesliga*, apenas dois clubes - *Bayern* de Munique e *SC Freiburg* – não apresentaram passivo a descoberto (DIETL; FRANCK, 2007).

Segundo Brandão (2012), os clubes brasileiros estão endividados por diversos motivos, como má gestão e medidas do governo que parcelam a longo prazo as dívidas fiscais dos clubes. Discussões recentes na mídia relatam o acréscimo no valor das obrigações tributárias dos brasileiros nos últimos anos, isto porque, há indícios da existência de passivos não computados e que muitos clubes começaram a trazer algumas de suas dívidas para o balanço somente com a adesão ao PROFUT, impactando em aumento significativo do endividamento.

Além disso, existe o problema da não separação das atividades realizadas pelos departamentos de futebol e social, que podem causar contratação de dívidas desnecessárias. Mattar (2014) corrobora o pensamento ao apontar que esta é uma das causas para o futebol brasileiro ainda não ter profissionalizado sua gestão.

Um dos principais fatores relacionados ao endividamento dos clubes de futebol são os altos valores de salários, pois, para se tornarem competitivos as equipes precisam investir em jogadores, o que exige um aumento nos custos com salários e encargos relacionados (DANTAS; BOENTE, 2011). Além disso, Mourão (2012) pontua que, para os clubes se adaptarem ao modelo de negócio praticado pelas equipes, a contratação de dirigentes renomados se torna essencial, elevando ainda mais os custos com pessoal, o que pode ocasionar um aumento das dívidas se uma boa gestão de recursos não for realizada.

Além disso, sabe-se que um dos propulsores do Futebol Moderno foi a comercialização dos direitos de imagem que inflaram a partir da década de 90 (ALVITO, 2007; MORROW; HOWIESON, 2014), e que, por isso, os clubes dependem da receita de mídia, necessitando ganhar destaque esportivo, seja pela conquista de títulos ou pela contratação das chamadas “estrelas do futebol”, o que pode resultar no aumento dos passivos (MOURÃO, 2012).

O aumento no endividamento em clubes de futebol também pode ser explicado por variáveis esportivas. Clubes campeões tendem a um maior valor de dívidas (MOURÃO, 2012; DANTAS et al., 2017), isto porque, em decorrência da necessidade de ganhar títulos e melhorar a imagem na mídia para aumentar as receitas arrecadadas, as equipes investem muito em elenco, o que não é garantia de resultados e acabam aumentando o endividamento.

Por vez, o aumento nas dívidas também pode ser explicado por variáveis financeiras, como os ativos fixos (BRANDÃO, 2012; CUNHA; SANTOS; HAVEROTH, 2017; DANTAS et al., 2017). Mourão (2012) pontua que à medida que os clubes precisam renovar suas

estruturas físicas, o endividamento tende a aumentar se o clube não tiver uma política de renovação de imobilizados coerente com sua estrutura de capital.

Variáveis econômicas, como a densidade demográfica, também foram testadas em relação a estrutura de capital em clubes de futebol. Mourão (2012) pontuou que clubes localizados em regiões com maior densidade demográfica tendem a acessar mais fontes de recursos, o que permitiria reduzir o endividamento, entretanto, verificou o contrário. Dantas, Macedo e Machado (2016) pontuam que clubes mais distantes dos grandes centros têm maiores custos.

Dantas, Macedo e Machado (2016) apontaram que clubes com maiores torcidas tendem a reduzir custos. Portanto, naturalmente, deveriam reduzir o endividamento também, já que a variável custo (custos operacionais – salários) foi identificada como fator explicativo das dívidas por Mourão (2012). Além disso, Dantas et al. (2017) identificaram que a popularidade dos clubes está associada às suas taxas de dívidas.

Barajas e Rodríguez (2010) identificaram que os clubes que participaram da Série B do Campeonato Espanhol eram mais endividados que os da Série A. Contudo, Dantas et al. (2017) identificaram que os clubes brasileiros da Série A do Campeonato Brasileiro tinham as maiores taxas de endividamento em relação às equipes das divisões inferiores. Beech, Horsman e Magraw (2010) identificaram que entre os clubes ingleses que sofreram com problemas de insolvência, estavam aqueles que foram rebaixados no campeonato e não conseguiram lidar com a redução do orçamento.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Estudos que tratem da estrutura de capital, endividamento, passivos e contingências em clubes de futebol são escassos na literatura nacional e internacional. O Quadro 1 apresenta alguns deles.

Quadro 1: Estudos anteriores acerca do tema em clubes de futebol.

Brandão (2012)	Analisou os fatores explicativos do endividamento total, bancário e financeiro dos principais clubes brasileiros e constatou que, para o endividamento total, à medida que os ativos fixos aumentam, o percentual de dívida reduz, assim como uma melhora no resultado operacional se converte em melhoria nas taxas de dívidas. O mesmo foi verificado para o endividamento bancário.
Mourão (2012)	Identificou os fatores que afetaram o endividamento dos clubes de futebol portugueses participantes da Primeira Liga entre as temporadas 1999/00 a 2005/06. Os achados indicam que quanto maior o valor dos ativos fixos, maior será o endividamento. A localização geográfica do clube e o custo dos salários também influenciam negativamente a taxa de dívida.

Dimitropoulos (2014)	Avaliou o impacto da Governança Corporativa na estrutura de capital de 67 clubes de futebol europeus e identificou que os mecanismos de governança, como aumento no tamanho dos conselhos e a sua independência, bem como uma estrutura de propriedade mais pulverizada (gerencial e institucionalmente) são capazes de reduzir as taxas de dívidas dos clubes.
Cunha, Santos e Haveroth (2016)	Evidenciaram os fatores explicativos da estrutura de capital dos clubes de futebol brasileiros em 2015. Com os achados, identificaram que quanto maior o tamanho da equipe e mais rentável ela for, menor é o endividamento. Relação contrária verificada para a tangibilidade.
Dantas et al. (2017)	Verificaram a influência de fatores financeiros e esportivos nos clubes de futebol brasileiros. Para a amostra de 33 clubes estudados, entre 2010 e 2013, encontraram que os fatores financeiros à medida que tamanho e rentabilidade aumentam, o endividamento diminui. Situação contrária foi verificada para a relação entre custo da dívida e os ativos totais, que tendem aumentar a taxa de dívidas quando esta relação cresce. Para os fatores esportivos, verificou-se que o fato de um clube pertencente a Série A do Campeonato Brasileiro e/ou ser um dos 12 maiores clubes do Brasil é fator preponderante para aumentar o endividamento.

Estes estudos mostram resultados contraditórios, como Mourão (2012) e Brandão (2012) para ativos fixos, mas nenhum deles entra na discussão de contingências passivas que podem impactar de forma significativa no aumento do endividamento se sua probabilidade de ocorrência mudar.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA

Foram selecionados os clubes participantes das séries A e B do Campeonato Brasileiro de 2017, totalizando 40 clubes (Quadro 2) e corresponde à 31,25% do total de clubes participantes das Séries A, B, C e D do Campeonato Brasileiro de 2017 (128 equipes). Compõe-se de sete clubes de São Paulo, seguido de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com quatro equipes cada, Pernambuco e Goiás com três, Bahia com dois, Mato Grosso, Ceará, Pará e Alagoas com uma equipe cada.

Quadro 2: Clubes que compõe a amostra do estudo.

Clubes	Estado	Série	Clubes	Estado	Série
ABC Futebol Clube	RN	B	Esporte Clube Vitória	BA	B
América Futebol Clube	MG	B	Figueirense Futebol Clube	SC	B
Associação Atlética Ponte Preta	SP	A	Fluminense Football Club	RJ	A
Associação Chapecoense de Futebol	SC	A	Goiás Esporte Clube	GO	B
Atlético Clube Goianiense	GO	A	Grêmio Esportivo Brasil	RS	B
Avaí Futebol Clube	SC	A	Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense	RS	A
Boa Esporte Clube	MG	B	Guarani Futebol Clube	SP	B
Botafogo de Futebol e Regatas	RJ	A	Londrina Esporte Clube	PR	B
Ceará Sporting Club	CE	B	Luverdense Esporte Clube	MT	B
Clube Atlético Mineiro	MG	A	Oeste Futebol Clube	SP	B
Clube Atlético Paranaense	PR	A	Paraná Clube	PR	B
Clube de Regatas Brasil	AL	B	Paysandu Sport Club	PA	B
Clube de Regatas do Flamengo	RJ	A	Santa Cruz Futebol Clube	PE	B
Clube de Regatas Vasco da Gama	RJ	A	Santos Futebol Clube	SP	A
Clube Náutico Capibaribe	PE	B	São Paulo Futebol Clube	SP	A
Coritiba Foot Ball Club	PR	A	Sociedade Esportiva Palmeiras	SP	A
Criciúma Esporte Clube	SC	B	Sport Club Corinthians Paulista	SP	A
Cruzeiro Esporte Clube	MG	A	Sport Club do Recife	PE	A
Esporte Clube Bahia	BA	A	Sport Club Internacional	RS	B
Esporte Clube Juventude	RS	A	Vila Nova Futebol Clube	GO	B

Entende-se que a amostra escolhida compreende os principais clubes do Brasil, pois 34 destes estão entre os 40 primeiros do *Ranking* de Clubes 2017 da CBF, sendo que o Campeonato Brasileiro pode ser considerado a competição mais importante do país, pois detém o maior número de participantes. Em 2017, esta foi a considerada a terceira liga mais difícil do mundo pela *International Federation of Football History & Statistics* (IFFHS, 2018).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E PADRONIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados financeiros foram coletados nas Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais de 2011 a 2016 dos 40 clubes. A Lei 12.395/11 alterou a Lei 9.615/98 e dispôs sobre a obrigatoriedade de os clubes publicarem suas demonstrações em seus *websites* e nos das federações às quais estão associados por um prazo mínimo de três meses. Tais documentos foram recolhidos por um dos seguintes meios: (a) diretamente no *website* das entidades; (b) nos *websites* das federações estaduais de futebol às quais os clubes estão associados; (c) em mecanismo de busca na *internet*; e, (d) em contato direto com os clubes por *e-mail*.

Embora a análise recaiu, preponderantemente, sobre o Balanço Patrimonial e as Notas Explicativas, somente foram analisados os clubes que tiveram o conjunto completo de Demonstrações Financeiras localizado nos seis anos analisados. Assim, a amostra analisada neste estudo consistiu, inicialmente, em 21 clubes, pois os demais não apresentaram algum ou todos os demonstrativos requisitados e nem retornaram o contato, que foi realizado em dois momentos, 09 de agosto e 09 de outubro de 2017.

Na primeira tentativa, apenas a Chapecoense e Sport responderam. Aquela, afirmando que os demonstrativos do período solicitado (2011 a 2013) estavam disponíveis no *website* da Federação Catarinense de Futebol (FCF), entretanto, não estavam. Quanto ao Sport, a resposta dada foi que o clube possuía somente os balanços patrimoniais referentes a 2011 e 2012 e não o conjunto completo de informações. Na segunda tentativa, nenhum clube retornou o contato.

Além disso, na primeira tentativa o *website* da Luverdense estava indisponível, de forma que nem a tentativa de coleta das demonstrações nem o contato com o clube foi possível. Já para o Londrina, Oeste e Paysandu, não havia e-mail para fazer o contato, mas os clubes disponibilizavam ouvidoria no *website*, todavia, ao enviar a solicitação, a página apresentava erro. Na segunda tentativa, Londrina e Oeste mantiveram a mesma situação.

Inicialmente foram levantados os Balanços Patrimoniais dos clubes no que tange aos seus passivos. Para tanto, foram considerados as contas e valores apresentados nos demonstrativos de cada ano analisado, contudo, para aqueles balanços em que, no comparativo do exercício seguinte, foi apresentado reclassificação ou republicação do demonstrativo do ano anterior, utilizou-se o valor mais recente. O mesmo vale para as notas explicativas.

Quanto as contas dos passivos, estas foram padronizadas, inicialmente, de acordo com os balanços dos clubes. Assim, adotou-se como base os balanços de 2011 e, em seguida, observou se os títulos das contas se mantinham ao longo dos anos. Quando houve alteração,

utilizou-se o balanço comparativo para “retroagir” a classificação nos anos anteriores aquele a mudança, para manter a atualização dos títulos conforme os balanços mais recentes.

Após esse procedimento inicial e com os valores já coletados, os passivos de cada clube foram padronizados conforme o Balanço Patrimonial (Quadro 3) proposto pelo Manual de Contabilidade para Entidades Desportivas elaborado pela APFUT (2017). Tal unificação visou permitir comparabilidade na análise entre as entidades, proporcionando maior compreensão de como as obrigações estão compostas.

Quadro 3: Estrutura padronizada dos passivos de curto e longo prazo.

Conta	Descrição
Contas a Pagar Fornecedores Credores Diversos	Registrar as obrigações da entidade esportiva junto a fornecedores diversos, ainda não quitadas, que não sejam relativos a: atletas, outros clubes, federações, confederação e agentes, uma vez que essas possuem grupos contábeis específicos.
Empréstimos	Registrar as obrigações não quitadas decorrentes de empréstimos contraídos junto à instituição financeira ou não, além das atualizações monetárias decorrentes dessas captações.
Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	Registrar os impostos e contribuições sociais correntes a recolher, além das possíveis atualizações decorrentes de atrasos.
Obrigações Trabalhistas e Sociais	Registrar as provisões de 13º salário e férias de todos os empregados, além de possíveis verbas trabalhistas e sociais vencidas e não quitadas.
Contratos de Imagem a Pagar	Registrar os valores vencidos e ainda não quitados referente aos contratos de imagem a pagar, assim como encargos incidentes sobre esses valores.
Exigibilidades com Outros Clubes	Registrar valores a pagar a outros clubes, referente a aquisições de direitos federativos, empréstimos de atletas, mecanismo de solidariedade, entre outros. Deverão ser registradas as atualizações monetárias e encargos, quando aplicáveis.
Exigibilidades com Federações/Confederação	Registrar valores a pagar a título diverso, atualizados se aplicável, a federações e/ou confederação.
Exigibilidades com Agentes	Registrar valores atualizados a pagar a agentes, a título de comissões por intermediação de negócios ou outros.
Tributos Parcelados	Registrar o saldo atualizado dos refinanciamentos de tributos feitos pela entidade esportiva, junto aos diversos órgãos.
Provisão para Contingências	Registrar contabilmente os valores referentes às ações judiciais onde a probabilidade de perda seja provável.
Adiantamentos Diversos	Registrar os valores recebidos antecipadamente, referentes a contratos já pactuados pela entidade cuja vigência se dará no futuro, a título ou não de antecipação de recursos, como por exemplo: direitos de transmissão, patrocínio e material esportivo, entre outros. Não deverão ser registrados nesse grupo os empréstimos contratados cuja garantia seja recebíveis futuros, que deverão ser registrados no grupo “Empréstimos”
Receita Antecipada	Registrar os valores recebidos a título de luvas ou prêmio pela assinatura de contratos, que estejam atrelados a contrato específico, e cuja vigência se dará em períodos subsequentes ao da data-base das demonstrações contábeis. Deverão ser também registrados nesse grupo os custos para a entidade esportiva, dos produtos sobre os quais os sócios-torcedores, em razão do previsto em seus programas, seja por fidelidade ou não, tenham direito de receber.
Transação com Partes Relacionadas	Registrar valores a pagar junto a, e/ou recebimentos já ocorridos por conta de sociedades ligadas, ou vinculadas direta ou indiretamente, por participação acionária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial. Inclui-se nesse grupo as transações com partes relacionadas referentes a gestão de estádios e arenas, assim como as transações com dirigentes, diretores e/ou patrocinadores.

Fonte: APFUT (2017, p.25).

Para fazer a padronização conforme o Quadro 3, inicialmente foi observado o conteúdo das notas para realizar a classificação, assim, quando as contas apresentavam informações de diversas contas do balanço padronizados, os itens foram considerados separadamente para que a melhor realocação fosse feita. Nos casos em que a conta apresentada no balanço não teve a respectiva nota explicativa, o montante foi alocado conforme o valor pertinente a conta no demonstrativo, que, em casos em que não era claro, necessitou arbitramento. Além disso, em certos momentos a nota explicativa não era clara, gerando dúvida quanto as realocações, que foram feitas com base em julgamento próprio.

Como exemplo, a conta “Obrigações Tributárias e Trabalhistas” em que muitos clubes a apresentavam em conjunto, neste caso, observou-se a nota separando os valores de acordo com as definições de “Impostos e Contribuições Sociais” e “Obrigações Trabalhistas e Sociais” proposta pela APFUT (2017).

Ressalta-se ainda que foram encontradas “Receitas a Apropriar” para o São Paulo como contas redutoras do ativo de 2011 a 2013, sendo que estas se enquadravam nos conceitos de “Adiantamentos Diversos” do Quadro 3. Por isso, optou-se por trazer estas receitas para dentro do passivo, como os demais clubes fazem.

As notas explicativas apresentadas pelos clubes muitas vezes não eram claras e informativas, dificultando a interpretação e a realocação dos valores no passivo padronizado, considerada a principal limitação encontrada no estudo, de forma que, em caso de replicação, outros resultados são possíveis.

Ressalta-se que, no caso do Santos, foram levantados os demonstrativos e coletados os valores dos passivos ao longo do período analisado. Contudo, quando a padronização começou a ser realizada, verificou-se que as notas explicativas do ano de 2013 estavam incompletas e, considerando que o clube apresentou republicação do Balanço Patrimonial de 2012, não havia como fazer a padronização nos moldes realizados aos outros clubes. Logo, o clube foi excluído e a análise foi realizada em 20 clubes.

Em relação as republicações/reapresentações e reclassificações dos passivos, estas informações foram levantadas no próprio Balanço Patrimonial dos clubes, quando havia menção ou pela diferença entre os valores do balanço “original” e o “comparativo”. Durante as conferências de saldos foram constatadas diferenças de valores entre o balanço “original” e “comparativo”, ainda que o clube não tivesse mencionado qualquer mudança, o que levou ao entendimento de que havia ocorrido, pelo menos, reclassificação.

Já no que tange as provisões e contingências, inicialmente foi identificado se os clubes as declaravam em seus balanços e notas explicativas. A partir das informações fornecidas pelos clubes em notas explicativas, tanto provisões como contingências foram classificadas conforme a sua natureza, em: (i) tributária; (ii) trabalhista; (iii) cível; e, (iv) outras, sendo consideradas somente aquelas que cumprem com os requisitos de reconhecimento com probabilidade de perda provável e possível para o clube, respectivamente. Quando o clube não efetuava esta rotulação, as provisões foram alocadas em um quinto tipo, não classificadas.

Acerca das notas explicativas, foram levantadas somente as que se destinavam a apresentar informações sobre os passivos e contingências dos clubes. Considerou-se a quantidade de notas que os clubes apresentavam sobre o tema e o número de contas no Balanço.

As notas ainda foram qualificadas por assunto, sendo verificadas individualmente e classificadas de acordo com uma das 12 contas do Quadro 3. No entanto, foram consideradas as informações apresentadas na nota, de forma que, nos casos em que houve mais de um tipo de informação no seu conteúdo, foram consideradas notas diferentes.

Como exemplo desta situação tem-se a nota sobre “Contas a Pagar”, em alguns clubes, no seu conteúdo constavam informações a serem classificadas em “Exigibilidades com Outros Clubes” e “Exigibilidades com Federações/Confederações”. Para efeitos deste estudo, foram consideradas, portanto duas notas distintas, pois a informação estava lá, mas não em uma nota própria. Cabe salientar, ainda, que nos casos de notas com mesma finalidade, por exemplo, fornecedores no circulante e no não circulante, foram consideradas como uma única nota.

3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Com os balanços padronizados conforme o Quadro 3, deu-se início a análise qualitativa acerca das informações sobre passivos apresentadas aos clubes. Primeiramente, foram identificadas a quantidade de contas apresentadas nos balanços originais. Em seguida, foi realizada uma estatística descritiva para resumir os dados acerca dos passivos dos clubes e apresentar um panorama geral da área no período analisado. O objetivo foi identificar os pontos centrais das dívidas dos clubes e suas variações no período analisado.

Foi verificada a composição e a evolução dos passivos por meio das análises vertical e horizontal em conjunto com os indicadores de estrutura de capital e endividamento (Quadro 4), para apresentar um padrão das dívidas dos clubes e o seu comportamento ao longo dos anos.

Quadro 4: Indicadores de estrutura de capital e endividamento utilizados na análise.

Indicador	Fórmula	Resultado
Endividamento Geral (EG)	$EG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$	Percentual
Composição do Endividamento de Curto Prazo (CECP)	$CECP = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Total do Passivo}}$	Percentual
Composição do Endividamento de Longo Prazo (CELP)	$CECP = \frac{\text{Passivo Não Circulante}}{\text{Total do Passivo}}$	Percentual

Fonte: Marion (2012) e Dantas, Machado e Macedo (2015).

Ainda para as análises, os passivos foram divididos em endividamento financeiro, fiscal e operacional, conforme o Quadro 5.

Quadro 5: Definição de endividamento financeiro, fiscal e operacional.

Endividamento	Composição	Referências
Financeiro	Compõe-se dos valores apresentados, após a padronização, na conta “Empréstimos”.	Brandão (2012) e Mourão (2012)
Fiscal	Compõe-se dos valores apresentados, após a padronização, na conta “Impostos e Contribuições Sociais” e “Tributos Parcelados”.	Brandão (2012) e Mourão (2012)
Operacional	Compõe-se dos valores não classificados como endividamento financeiro e fiscal.	Mourão (2012)

Salienta-se que as classificações do endividamento foram retiradas dos trabalhos de Brandão (2012) e Mourão (2012), contudo, a forma como estão compostos foi adaptada para esta pesquisa, principalmente, em função de que na conta “Empréstimos” não se classificam somente os bancários, mas todos os tipos de financiamentos dos clubes, conforme a padronização estabelecida pela APFUT (2017).

Quanto as informações de republicação/reapresentação ou reclassificação dos passivos, foram analisadas qualitativamente em função do número de balanços que sofreram alterações ao longo dos anos e a frequência média com que isso ocorre por clube e por ano. Foram verificadas as informações de 2011 a 2015, pois a republicação/reapresentação ou reclassificação de 2016 só será possível verificar com a publicação dos balanços de 2017. Cabe ressaltar que a verificação recaiu apenas sobre a frequência em que estas alterações ocorreram e não nos motivos que levaram a esta situação.

Em relação as provisões, foram identificadas inicialmente algumas informações como (i) existência da conta no balanço; (ii) nota explicativa sobre o tema; (iii) probabilidade de ocorrência; (iv) movimentações da conta (adições e baixas); (v) número de processos; e, (vi) classificação das provisões. Além disso verificou-se a frequência com que os clubes apresentam

provisões e quais as principais. Em seguida, uma análise descritiva foi realizada em conjunto com a estatística descritiva acerca dos valores.

O mesmo foi realizado para as contingências, onde verificou se os clubes divulgavam: (i) notas explicativas; (ii) origem das contingências; (iii) probabilidade de ocorrência; e, (iv) classificação. Foi verificada a frequência com que as contingências aparecem nas notas explicativas e quais as principais delas. Uma análise descritiva foi realizada para este grupo.

Inicialmente, as análises foram feitas considerando os valores de “Receitas Antecipadas” e “Adiantamentos Diversos”, contudo, verificou-se que poderiam afetar os resultados do estudo. O maior indício foi em 2016, ano atípico para os clubes, onde foram realizados novos contratos televisivos para as transmissões das temporadas 2019 a 2024, gerando recorde na arrecadação dos clubes, mas que por outro lado inflou os seus passivos em função do regime de competência. Neste caso, as equipes reconhecem entre as dívidas o valor das receitas dos contratos e também, as luvas, prêmio pelo fechamento com as emissoras, ainda que não exista uma contrapartida das equipes com estes valores.

Considerando que não havia detalhamento preciso nas notas de todos os clubes acerca dos valores relativos a luvas, de forma que a exclusão destes valores se tornou inviável, optou-se, então, por mantê-los integralmente na análise de dados e fazer os principais comentários acerca destes valores em seção separada.

Para estas análises, os valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Acumulado (IPCA) para a data de dez/2016, assim todas as análises realizadas com valores monetários neste estudo, foram feitas com os valores atualizados pelos índices da Tabela 1.

Tabela 1: Índices de correção monetária dos passivos.

IPCA	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15
Índice de correção no período	1,410104	1,336160	1,263217	1,185502	1,073084
Valor percentual correspondente	41,0104%	33,6160%	26,3217%	18,5502%	7,3084%

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN, 2018).

Para as notas explicativas, uma análise qualitativa descritiva também foi realizada. Verificou-se a proporção entre o número de notas e o número de contas apresentadas no Balanço Patrimonial, bem como a evolução nestes números. Foram identificados os principais clubes que publicam notas e os temas mais apresentados.

Para a análise qualitativa do PROFUT, verificou-se, em notas explicativas, quais os clubes aderiram ao programa e em que data fizeram, se 2015 ou 2016. Em seguida, foi buscado o valor que o Governo Federal perdoou a título de juros, encargos e multas. Por último, foi levantado o valor da dívida do clube, no balanço de 2015 e 2016, sendo que o montante

apresentado em 2015 considerado como dívida total parcelado. Contudo, como valor total da obrigação foi considerada a soma da dívida parcelada acrescido do perdão efetuado.

Neste momento foram verificadas a média de dívida, a média do perdão, bem como as representatividades destes valores em relação ao passivo total dos clubes e agregado para as 20 equipes nos dois anos em que o parcelamento vigorou.

Por fim, foi gerado um quadro geral individual dos clubes, apontando o comportamento das dívidas, as principais contas, quais deles apresentavam situação de passivo a descoberto, se havia parecer com ressalva ou ênfase sobre passivos e quais deles tiveram reclassificação ou reapresentação dos balanços.

Salienta-se que para os pareceres de auditoria foram verificados buscando referência a continuidade operacional do clube e a situação de passivo a descoberto/patrimônio líquido negativo. Estes foram classificados em ressalva ou ênfase. Contudo, quando do levantamento, identificou-se outros temas relacionados aos passivos apontados nos pareceres e foram classificados como “outros”.

3.3.1 Teste de diferença para duas amostras

Em relação a avaliação dos impactos da adesão ao PROFUT nos passivos e contingências, foi realizado um teste de diferença para duas amostras, já que a comparação entre dois grupos por meio de testes estatísticos é indicada para verificar se existem evidências de diferenças entre os tratamentos.

Os valores de endividamento geral, passivos, provisões e contingências foram divididos em dois períodos, pré-adesão (2014) e pós-adesão (2015), constituindo-se duas amostras dependentes, pois contém os mesmos sujeitos. Escolheu-se 2015 como período pós adesão pois foi o ano de promulgação da Lei 13.155 e os clubes, a partir desta data, puderam aderir ao PROFUT até o início de 2016. Portanto, entende-se que este tenha sido o ano de adesão e o melhor ano para captar as mudanças, já que os clubes tinham que apresentar os demonstrativos corretamente para fazer parte do programa.

Foram realizados diversos testes para identificar o exame mais aconselhado para testar a H_0 : de que a diferença de médias entre as duas amostras é zero, ou seja, de que a adesão ao PROFUT não alterou, significativamente, o endividamento, os passivos e as contingências dos clubes de futebol brasileiros.

Inicialmente, para avaliar se a adesão ao PROFUT alterou significativamente os passivos e contingências dos clubes, selecionou-se como variáveis o endividamento, os valores totais de passivos, provisões e contingências, além do endividamento geral. Utilizou-se uma variável categórica para identificar a adesão ao PROFUT, adotando-se 1 (um) para os clubes que o fizeram e 0 (zero) para os que não.

Em seguida, testou-se a normalidade para estas variáveis através do teste de *Shapiro-Wilk* e *Shapiro-Francia*, contudo, para as variáveis passivo total, total das provisões e total das contingências, verificou-se ausência de normalidade. Assim, estas foram transformadas em seu logaritmo natural para tentar corrigir a situação e atender o pressuposto. No entanto, o passivo total teve distribuição normal somente no *Shapiro-Francia*, enquanto que as contingências em nenhum dos dois testes apresentaram distribuição normal, assim como o endividamento geral.

Assim, optou-se por utilizar o teste não paramétrico Prova de *Wilcoxon*, para todas as variáveis, inclusive para o total das provisões que apresentou distribuição normal quando da transformação em logaritmo natural. Esta opção foi feita para evitar trabalhar com testes paramétricos e não paramétricos ao mesmo tempo. Especificamente, *Two-sample Wilcoxon rank-sum (Mann-Whitney) test*, que tem como hipótese nula de que a distribuição de ambos grupos é a mesma.

Para testar o impacto das variáveis torcida, localização e série, os mesmos testes também foram realizados. Contudo, não tiveram os pressupostos de normalidade analisados, haja vista que as variáveis passivo total, provisões e contingências já haviam apresentado ausência de normalidade. Portanto, os mesmos procedimentos para a análise do PROFUT foram adotados para testar as demais hipóteses.

Com relação a variável série, foram categorizadas como *dummies* também. Para tanto, foi atribuído 1 (um) para o clube que, entre os seis, teve participações na Série A e 0 (zero) para quando esteve na Série B. Estas informações foram retiradas do *website* da CBF. Para a variável localização, identificou-se que a amostra final era composta predominantemente por clubes das regiões Sul e Sudeste, de forma que a categorização foi realizada em função da região com maior número de representantes. Por isso, para os clubes que têm a sede localizada na região Sudeste foi atribuído valor 1 (um) e para os demais, 0 (zero).

Com relação a variável torcida, as informações foram retiradas do levantamento de Lemos, Breves e Silva (2017). Optou-se por utilizar a média de público dos clubes pois os *rankings* têm metodologias diferentes e os resultados podem ser altamente variados. Assim, a média de público também condiz, em geral, com os torcedores que estão mais próximos dos

clubes, acompanhando seu dia-a-dia, e foi escolhida, pois estes podem exercer influência no desenvolvimento das atividades do clube por existir uma relação mais próxima.

Contudo, apesar de afirmar que estão computados os dados dos clubes da Série B, esta informação não foi verificada no levantamento, pois alguns clubes desta amostra não tiveram as médias de públicos calculadas. O referido levantamento computa as médias a partir de 2012. Desta forma, e para não diversificar a fonte dos dados, optou-se em estabelecer uma média das médias para os clubes em que os dados eram faltantes e para o ano 2011 onde nenhum deles tinha informações. Em seguida, foi determinada a média geral de público do período, que foi de 13.500 torcedores. Assim, a variável torcida foi categorizada em clubes que tinham média superior à média geral, sendo atribuído 1 (um), caso contrário, 0 (zero).

Por último, foi realizada uma análise de correlação entre as variáveis. Todas as análises estatísticas foram realizadas no *software* STATA.

3.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

No tocante as limitações deste estudo, cabe ressaltar, inicialmente, a falta de demonstrativos completos disponíveis, o que reduziu a amostra pela metade, afetando na atribuição de um panorama geral da dívida dos clubes de futebol brasileiros. Além disso, destaca-se também a falta de retorno às solicitações das demonstrações. Apenas dois clubes responderam, Chapecoense, indicando que os demonstrativos solicitados estavam no *website* da Federação, quando não estavam, e o Sport, que somente tinha os Balanços Patrimoniais.

Embora a legislação vigente desde 2011 exija a publicação dos demonstrativos completos e com parecer de auditoria tanto no *website* do clube, como no da federação ao qual ele é filiado, parece que poucos os fazem. Neste sentido, há que se ressaltar que a própria lei fixa um prazo mínimo para que os documentos estejam disponíveis *online*, o que pode justificar a retirada dos documentos dos *websites*. Desta forma, ainda que se preconize a transparência e acesso à informação dos clubes, o diverso número de legislações criadas para rumar o futebol brasileiro ao caminho da gestão profissionalizada parece ser contraditório.

Outra limitação encontrada é a qualidade dos documentos, não em seu conteúdo, mas no formato. Muitos documentos eram digitalizados com qualidade baixa para leitura, em que alguns números ficavam distorcidos e dificultava a busca no arquivo. Houve até mesmo demonstrações em formato de foto. Além disso, em alguns clubes era comum o parecer de auditoria ser digitalizado, mas as demonstrações e notas em formato editável. Aconteceu

também de encontrar demonstrações digitalizadas e as notas não, o contrário também foi visto. Teve documento até que parte das notas era apresentada em documento editável e outra digitalizado.

Também se destaca como limitação os problemas encontrados com os saldos das notas explicativas, saldos dos balanços e o somatório individual das contas, que em alguns clubes eram divergentes entre si. Para alguns valores individuais que necessitaram ser somados, em alguns casos, foi verificado a soma não fechava com o saldo apresentado na nota e no balanço. Em outros, o saldo da nota era diferente dos balanços.

Ainda como limitações, tem-se a falta de explicações sobre as provisões e contingências, principalmente no detalhamento das probabilidades de perda dos processos, que dificultou a classificação das ações judiciais. Além disso, há generalização das informações divulgadas e a possibilidade de os clubes apenas copiarem a nota do ano anterior para o em questão, alterando apenas o valor, sem fazer os ajustes necessários para que se enquadre no texto (formato da nota). Em alguns momentos, havia tantos valores em uma mesma nota que ficou difícil compreender sobre o que se tratava.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

4.1.1 O endividamento dos clubes de futebol brasileiros

O levantamento das demonstrações dos 20 clubes analisados resultou em 120 balanços no período de 2011 a 2016, no quais foram identificadas 130 contas passivas (circulante e não circulante), resultando em uma média de 6,50 contas por clube, reclassificadas entre as 12 contas propostas pela APFUT (2017).

4.1.1.1 Achados gerais sobre o Passivo

O valor médio total das dívidas apresentado em cada balanço é de R\$ 485,2 milhões, sendo a maior parte referente ao passivo não circulante, que representa 63,30% do passivo total (Tabela 2). Este achado diverge de Cunha, Santos e Haveroth (2015) quando encontraram a maior representatividade para as dívidas de curto prazo.

Tabela 2: Estatística descritiva dos passivos de 2011 a 2016 (em milhares de reais).

	Obs.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Variância amostral	Assimetria	Intervalo	Mín.	Máx.
Passivo Circ.	120	178.058	186.335	135.253	1.83E+10	0.5645	613.275	4.861	618.136
Passivo Não Circ.	120	307.159	223.020	296.491	8.79E+10	1.4451	1.571.662	2.714	1.574.376
Passivo Total	120	485.216	470.760	411.533	1.69E+11	0.9937	1.819.517	23.983	1.843.500

Os dados se encontram altamente variados e assimétricos, conforme o desvio padrão, variância e assimetria. A média inferior à mediana para os passivos circulantes indica que há balanços com obrigações de curto prazo pequenas, que acabam reduzindo-a. O contrário pode ser verificado para os passivos não circulantes e o total dos passivos, onde a média é superior a mediana, indicando a existência de clubes com passivos não circulantes elevados. Isto pode ser verificado pelo intervalo entre os valores máximos e mínimos na Tabela 2.

Destaca-se o Criciúma foi o clube que divulgou o balanço com o valor mais baixo de passivo circulante, R\$ 4,86 milhões, em 2016, e o balanço com o menor passivo total (2013), ao contrário do São Paulo que apresentou o maior valor de dívidas classificadas como

circulante, em 2012. Já para o passivo não circulante, destaque para o Juventude em 2013, com o menor valor de passivos totais (R\$ 2,71 milhões) e para o Corinthians, que divulgou o balanço com a maior dívida não circulante do período em 2016 (R\$ 1,57 bilhões) e, também em 2016, o maior valor de passivos totais (R\$1,843 bilhões) entre os 120 balanços analisados.

É importante ressaltar que o valor do passivo do Corinthians pode ser ainda maior. O clube tem dívidas com a Caixa referentes a construção da Arena Itaquera que ultrapassa um bilhão de reais e contava com os incentivos fiscais da Prefeitura de São Paulo para efetuar o pagamento perante o banco, todavia, recebeu apenas pouco menos de 13% do valor esperado (GARCIA; MATTOSO; FABRINI, 2018). Por outro lado, de 2011 a 2016, o valor do empréstimo não esteve registrado na referida conta nem informado nas notas deste conteúdo, o que já havia sido apontado por Mattos (2014). Em 2016, o total apresentado nesta conta, tanto circulante como não circulante era de R\$ 52,647 milhões.

Caso a dívida seja reportada no balanço do clube, o passivo total, considerando que as demais se mantenham as mesmas, ultrapassaria os três bilhões de reais, trazendo para o clube um patrimônio líquido a descoberto de mais de meio bilhão de reais. A situação é crítica, pois desconsidera que o clube possui ressalvas em seu último balanço devido a reavaliação de ativos (NIERO, 2017).

A Figura 4 apresenta as médias de passivos para os 20 clubes da amostra.

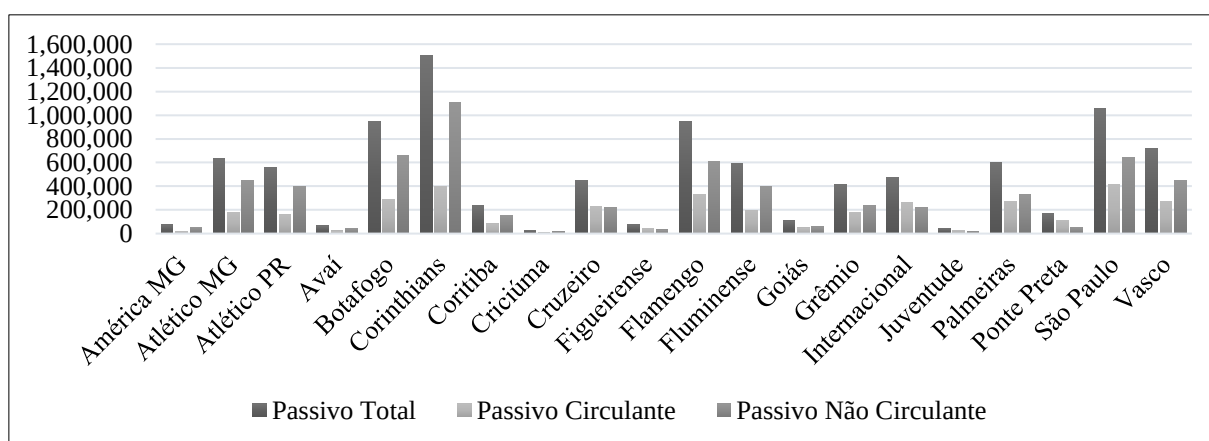


Figura 4: Média dos passivos por clube entre 2011 e 2016 (Em milhares de reais).

Por apresentarem os maiores valores de passivos circulante e não circulante (Tabela 2) São Paulo e Corinthians são os clubes que tiveram o passivo médio superior a um bilhão de reais no período, consequência dos valores classificados como não circulante. Em ambos os clubes, os principais valores estão em “Adiantamentos Diversos”. Por outro lado, as menores médias são de Criciúma e Juventude, decorrentes, em sua maioria, de dívidas do circulante.

Enquanto para o Criciúma a principal obrigação também é classificada como “Adiantamentos Diversos”, para o Juventude até 2014 eram as dívidas tributárias, mudando em 2015 para obrigações com fornecedores.

Dos 20 clubes, 55% tem média de passivos totais inferior a R\$ 500 milhões, sendo que nos outros 45% estão três clubes paulistas e as quatro cariocas. Dos cinco clubes com média inferior a R\$ 100 milhões, estão os três catarinenses, Avaí, Criciúma e Figueirense.

Todos os clubes apresentaram média de passivo circulante inferior a R\$ 500 milhões, sendo que metade dos clubes possui dívidas entre R\$ 100 e R\$ 300 milhões, sendo o São Paulo com a maior média no período e o Criciúma com a menor. Por vez, em relação ao passivo circulante, 16 clubes apresentaram média inferior a R\$ 500 milhões, sendo que para 35% deles a média foi menor que R\$ 100 milhões. Neste grupo, Corinthians e Criciúma aparecem com a maior e a menor média, respectivamente.

Os indicadores de estrutura de capital e endividamento estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Indicadores de estrutura de capital e endividamento.

ESTRUTURA DE CAPITAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Endividamento Geral (EG)	91,91%	97,87%	102,18%	109,28%	106,99%	97,69%	100,78%
Composição do Endividamento de Curto Prazo (CECP)	39,29%	37,68%	38,03%	37,19%	34,86%	33,12%	36,70%
Composição do Endividamento de Longo Prazo (CELP)	60,71%	62,32%	61,97%	62,81%	65,14%	66,88%	63,30%

De modo geral, vê-se um crescimento no Endividamento Geral e na Composição do Endividamento de Longo Prazo, o que indica que as dívidas aumentaram entre 2011 e 2016, especialmente aquelas de longo prazo. Além disso, é possível que algumas obrigações circulantes tenham sido reclassificadas para o não circulante ou que os clubes passaram a contrair mais dívidas classificadas como não circulante. As obrigações registradas como longo prazo concentram os maiores valores em relação tanto ao passivo total.

Para o endividamento geral, os resultados aqui verificados corroboraram Dantas, Machado e Macedo (2015), que verificaram entre 2010 e 2012, índices próximos dos 100%, indicando, em alguns casos, a existência de passivo a descoberto, ocasionado, principalmente, pelos sucessivos déficits gerados por essas entidades. Os clubes aqui estudados apresentam situação pouco melhor do que os analisados pelos referidos autores, que verificaram que um endividamento geral superior a 100% entre 2010 e 2013.

O mesmo pode ser verificado quando comparados os resultados de Dantas et al. (2017), quando os clubes estudados por eles também apresentaram passivos superiores a ativos ao longo

dos anos. Além disso, os clubes brasileiros apresentaram situação semelhante aos espanhóis em 2007 e 2018 (BARAJAS; RODRÍGUEZ, 2010), a maior parte está se financiando com capitais de terceiros, sem conseguir gerar recursos com a estrutura própria.

Isto evidencia que estes clubes têm se financiado a longo prazo com recursos de terceiros e se torna inquietante à medida que o endividamento tem crescido ao longo dos anos, principalmente em relação as dívidas onerosas (que possuem juros), como os empréstimos. Embora a maior parte de dívidas esteja concentrada no não circulante, o que, inicialmente, seria positivo devido ao maior tempo para gerar recursos para a liquidação dessas obrigações, é relevante à medida que a representatividade do patrimônio líquido tem diminuído.

O que se pode deduzir é que as obrigações contraídas, em geral, não servem como complemento dos capitais próprios já que internamente os clubes não têm gerado recursos com a sua estrutura. Há contratação de dívida para liquidar outras dívidas, o que pode acarretar em insustentabilidade financeira dependendo do tempo para a liquidação dessas obrigações.

Segundo Myers (1984) as empresas preferem financiamento interno e, em casos em que a saída é captar recursos com terceiros, procuram dívidas mais seguras primeiro e que não existe um ponto de equilíbrio entre elas, apenas financiamento interno e externo. Contudo, estes achados demonstram que os clubes têm optado por financiamento externo e, ao que parece, não tem procurado dívidas seguras, haja vista que o endividamento financeiro aumentou no período. Estes resultados preliminares dão indícios de que, para estas instituições, a teoria *Pecking Order* pode não se aplicar, corroborando Dantas et al. (2017).

4.1.1.2 Passivo Circulante e Não Circulante: evolução e composição

Inicialmente, enquanto houve um crescimento dos passivos de 7,47% de 2011 para 2016, o contrário foi verificado para o Patrimônio Líquido, que reduziu em 71,18%. Ainda que o valor do Patrimônio Líquido tenha se mantido positivo ao fim do período, foi verificado três períodos com passivo a descoberto, sendo o menor valor encontrado em 2013.

A Tabela 4 apresenta a evolução e a composição dos passivos.

Tabela 4: Evolução e composição dos passivos (em percentual).

PASSIVO	2011	2012		2013		2014		2015		2016		AH (2011- 2016)
	AV	AV	AH (2012- 2011)	AV	AH (2013- 2012)	AV	AH (2014- 2013)	AV	AH (2015- 2014)	AV	AH (2016- 2015)	
<i>Passivo Total¹</i>	91,91	97,87	17,08	102,18	-3,52	109,28	-0,16	106,99	-5,66	97,69	1,02	7,47
Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos	7,27	7,59	22,22	7,99	1,62	9,00	12,41	10,61	11,21	9,39	-10,57	38,85
Empréstimos	13,43	11,84	3,28	13,97	13,77	17,59	25,75	18,23	-2,23	16,43	-8,95	31,54
Impostos e contribuições sociais a recolher	6,57	6,37	13,54	7,30	10,50	7,03	-3,91	4,39	-41,11	4,78	9,97	-21,93
Obrigações trabalhistas e sociais	4,66	3,98	0,10	3,78	-8,42	6,02	59,09	5,51	-13,69	5,27	-3,34	21,69
Contratos de imagem a pagar	2,62	3,51	57,14	3,48	-4,32	4,49	28,53	4,77	0,25	3,95	-16,25	62,25
Exigibilidades com outros clubes	1,02	0,86	-1,50	1,38	55,26	1,16	-16,11	1,18	-4,20	1,60	37,16	68,56
Exigibilidades com federações/confederação	0,00	0,01	147,10	0,03	218,93	0,00	-99,13	0,00	-100,00	0,01	100,00	143,88
Exigibilidades com agentes	0,67	0,87	51,91	1,22	35,50	1,28	4,24	1,07	-21,00	0,84	-21,00	33,93
Tributos parcelados	20,95	20,45	14,32	20,12	-5,09	20,17	0,08	20,12	-5,91	19,56	-1,78	0,35
Provisão para contingências	5,55	6,73	41,92	8,29	18,92	7,16	-13,73	5,24	-30,98	5,29	2,00	2,51
Adiantamento diversos	35,93	35,46	15,55	29,84	-18,82	24,57	-17,77	27,18	4,34	31,74	17,95	-5,08
Receita antecipada	0,67	1,54	170,42	1,33	-16,81	0,86	-34,98	0,85	-7,45	0,90	7,66	45,75
Transações com partes relacionadas	0,67	0,78	36,95	1,27	57,04	0,66	-47,88	0,86	22,46	0,24	-72,08	-61,67
<i>Patrimônio Líquido¹</i>	8,09	2,13	-71,09	-2,18	-194,59	-9,28	298,09	-6,99	-27,47	2,31	-136,5	-71,18
TOTAL DO PASSIVO + PL	100	100	9,95	100	-7,58	100	-6,65	100	-3,64	100	10,62	1,11

Legenda: AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

¹ AV realizada sobre o Total do Passivo mais Patrimônio Líquido. Os demais valores foram calculados sobre o valor do Passivo Total.

O aumento considerável do endividamento dos clubes brasileiros é corroborado por Brandão (2012) e Dantas et al. (2017). Contudo, não é particularidade somente dos brasileiros, haja vista que Barajas e Rodríguez (2010) apontaram, àquela época, que endividamento dos clubes espanhóis era crescente à medida que as receitas também aumentaram, devido ao fato de que os clubes gastavam mais do que arrecadavam. Situação verificada para os clubes brasileiros, principalmente em 2016 quando as equipes bateram recorde de arrecadação, mas ainda apresentaram crescimento no total das suas dívidas e déficits no resultado. Mourão (2012) também identificou esta situação para as equipes portuguesas.

Isto indica que os clubes estão cada vez mais se financiando com recursos de terceiros do que próprios, que está atrelado ao elevado número de déficits apresentados no período (77 de 120 balanços) e, portanto, estão produzindo mais dívidas do que gerando recursos com a própria estrutura, ainda que o futebol tenha elevado potencial de geração de receitas. Tal situação é corroborada por Proni e Zaia (2013), Cunha, Santos e Haveroth (2015) e Dantas, Macedo e Machado (2016).

O ano em que a dívida mais cresceu foi 2012, 17,08% em relação ao ano anterior, porém, até 2015, verificou-se uma redução das obrigações de 9,13%. Chama atenção os quase 300% de aumento do patrimônio líquido negativo dos clubes em 2014, mesmo que os passivos tenham reduzido 0,16% em relação a 2013. Todavia, os achados da análise de Grafietti (2017) corroboram este estudo à medida que se verificou, para ambas as amostras, que o valor total dos passivos de 2016 se manteve praticamente estável, o crescimento observado neste estudo foi de 1% entre 2015 e 2014.

Verificou-se que os valores que mais impactam nos passivos são “Adiantamentos Diversos”, “Tributos Parcelados” e “Empréstimos”, nesta ordem. Embora a composição tenha variado ao longo dos anos, não houve mudança na ordem de participação destes nos passivos, sendo os principais no período. Além destas, somente “Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos” apresentou participação no passivo total superior a 10% e apenas em 2015.

Por outro lado, as contas que menos impactam na composição dos passivos são “Exigibilidades com Federações/Confederação”, ainda que seja a conta que mais tenha aumentado no período (143%), “Transações com Partes Relacionadas” e “Receitas Antecipadas”, que intercala sua baixa representatividade com “Exigibilidades com Outros Clubes” e “Exigibilidades com Agentes”, em 2012 e 2015, respectivamente.

Além de “Exigibilidades com Federações/Confederações”, “Exigibilidades com Outros Clubes” e “Contratos de Imagem a Pagar” também apresentaram considerável crescimento no

período, enquanto “Transações com Partes Relacionadas”, “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher” e “Adiantamentos Diversos” foram as únicas a reduzirem. Contudo, os menores crescimentos foram verificados em “Provisões para Contingências” e “Tributos Parcelados”.

Em relação as principais contas tanto do passivo circulante quanto do não circulante, a composição apresentada é a mesma para o passivo total. Diferentemente do apontado para obrigações totais, quando se verifica as dívidas de curto prazo, os valores que mais aumentaram ao longo do tempo foram os referentes as “Provisões para Contingências” (104,26%), enquanto no longo prazo as dívidas classificadas como “Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos” apresentaram 267,04% de crescimento.

Contudo, apesar do valor apresentado em “Exigibilidades com Federações/Confederações” ter crescido entre 2011 e 2016, quando se tratam destas obrigações classificadas como curto prazo, elas foram liquidadas completamente em 2016. O mesmo aconteceu para “Transações com Partes Relacionadas”. Já no não circulante a conta que apresentou redução no seu valor em 2016 em relação a 2011 foi “Exigibilidades com Agentes”, apesar de ter apresentado um crescimento de 153,84% em 2016. Ainda acerca da evolução das dívidas, chama-se a atenção de 1022,72% entre 2015 e 2016 nos valores da conta “Exigibilidades com Outros Clubes”.

A Figura 5 apresenta o comportamento ao longo do tempo do endividamento financeiro, fiscal e operacional.

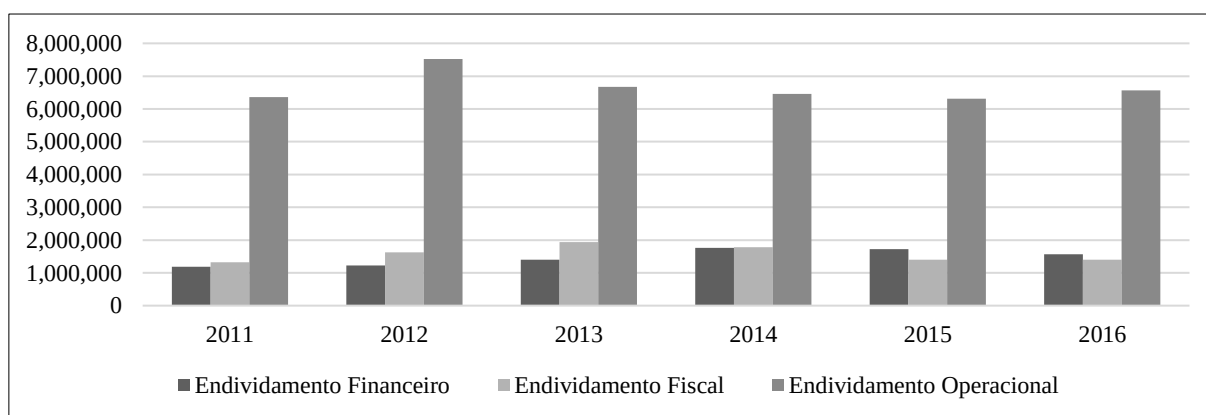


Figura 5: Evolução das dívidas financeiras, fiscais e operacionais (Em milhares de reais).

Embora diversas reportagens mencionem o aumento significativo das obrigações tributárias em suas amostras ao longo dos anos, não é o que se verifica para os clubes estudados, onde houve crescimento de apenas 0,34% entre 2011 e 2016 sobre os valores parcelados e redução de quase 22% em “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher”. Os reflexos destas

variações é uma redução de 5% nas obrigações fiscais dos clubes. Os resultados corroboram os achados da análise de Grafietti (2017) em sua amostra.

Importante ressaltar que Capelo (2016) aponta que a dívida fiscal dos clubes, com a adesão ao PROFUT, torna-se menos preocupante devido aos 240 meses de parcelamento das obrigações, mas que não devem ser esquecidas quando analisadas. Contudo, com as evidências da Receita Federal notificando os clubes acerca de pagamentos de impostos, aqueles não devidos em função da personalidade jurídica dos clubes, este valor pode vir a ser maior nos próximos períodos.

Em 2016 os clubes com a maior dívida fiscal eram Atlético Mineiro (R\$ 284 milhões) e Botafogo (R\$ 292 milhões), enquanto que Atlético Paranaense (R\$ 17 milhões) e Criciúma (R\$ 288 mil), eram os com as menores obrigações tributárias. Dos clubes citados, apenas o mineiro não constava entre os clubes com as maiores e menores dívidas fiscais em 2011.

Já no que se refere aos empréstimos, também estão entre os valores que mais impactam no passivo total. Em geral, estão computados os valores relativos a empréstimos bancários, os quais, podem ter uma elevada taxa de juros capaz de comprometer a estrutura de capital dos clubes, conforme apontam Proni e Zaia (2013), ainda mais considerando que tanto a dívida de curto como a de longo prazo aumentaram no período analisado em 31,54%. Desde 2014, quando apresentou a maior taxa de crescimento, o valor das obrigações decorrentes de empréstimos tem caído e apresenta uma redução acumulada de pouco mais de 10%.

Em 2016, Atlético Mineiro (R\$ 173 milhões) e Atlético Paranaense (R\$ 378 milhões) eram os responsáveis pelas maiores dívidas bancárias, ao contrário de Goiás (R\$ 638 mil) e Ponte Preta (R\$ 4 milhões) as menores dívidas bancárias. Destes, só o clube mineiro constava entre as maiores e menores dívidas de 2011.

Há que se ressaltar que 2014 foi o ano de entrega dos estádios da Copa do Mundo no Brasil e, com isso, alguns clubes reconheceram os empréstimos efetuados para as construções. Porém, como já se sabe também, outros não fizeram assim. Desta forma, a situação dos clubes brasileiros torna-se crítica. A justificativa de Capelo (2016) para o clube paranaense aparecer como o clube com maior valor de empréstimos é que ele, ao contrário de outras equipes, reconhece (pelo balanço consolidado) o valor do empréstimo para a construção da Arena da Baixada.

Enquanto o endividamento fiscal aumentou e o financeiro reduziram para os brasileiros, o contrário foi verificado para os espanhóis (BARAJAS; RODRÍGUEZ, 2010). Isto pode indicar que, enquanto os europeus buscaram outras fontes de recursos, os brasileiros optaram

por se financiar, em geral, com recursos bancários, elevando a dívida não somente pelo valor principal, mas também pelos juros agregados.

Em relação as dívidas decorrentes da atividade operacional dos clubes, exceto as fiscais e de empréstimos, estas cresceram 7,80% no período, sendo que 2012 foi o ano com maior valor de obrigações operacionais. Além disso, dos clubes que apresentaram as maiores e menores dívidas operacionais em 2011, Botafogo e Criciúma, respectivamente, se mantiveram quando analisados os dados de 2016.

Embora muito se discuta sobre obrigações trabalhistas, como exemplo, Mundim (2017), o valor das dívidas trabalhistas mais os contratos de imagem a pagar apresentou uma média, anual, de R\$ 791 milhões. A representatividade em relação ao passivo total é apresentada na Figura 6.

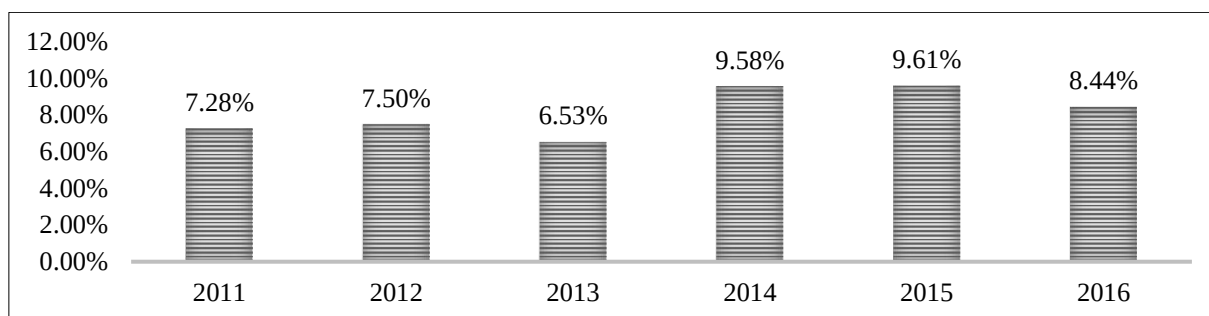


Figura 6: Representatividade das obrigações trabalhistas no passivo total.

O crescimento das obrigações trabalhistas no período foi de 24,62%, principalmente pelas dívidas classificadas como circulantes. Em 2011 as dívidas de curto e longo prazo eram quase de mesmo valor, composição alterada ao longo do período, onde as obrigações do circulante se destacaram mais. Na reportagem de Mundim (2017), as dívidas trabalhistas respondiam, em 2016, respondiam a 38% dos passivos entidades daquelas entidades. Neste estudo, o passivo é composto, em média, por 8,16% de obrigações trabalhistas. A cada R\$ 12 milhões de passivos totais, R\$1 milhão é referente aos passivos trabalhistas.

Há que se ressaltar que apesar do crescimento das dívidas no período, que atingiram o maior valor da série histórica em 2014, elas vêm reduzindo desde então e os passivos não circulantes estão quase alcançando o valor inicial. Embora 2014 tenha sido o ano com maior valor monetário, 2015 teve as obrigações trabalhistas com maior participação na composição do passivo total (9,61%). A menor relação identificada foi em 2013, quando 6,53% do passivo total era proveniente de dívidas trabalhistas.

As maiores dívidas trabalhistas verificadas em 2016 são as de Botafogo e Fluminense, também responsáveis pelas obrigações trabalhistas maiores obrigações em 2011, sendo os clubes com os maiores valores em todos os períodos. Além disso, o Botafogo é o clube com o balanço que apresenta a maior dívida trabalhista nos seis anos, 2014 com R\$ 281 milhões. Por vez, Juventude e Ponte Preta possuem as menores dívidas em 2016, situação apresentada por Atlético Paranaense e Criciúma em 2011. O valor apresentado pelo clube catarinense em 2011, R\$ 492 mil, é o menor entre todos os clubes na série histórica.

4.1.1.3 Discussões adicionais: “Adiantamentos Diversos” e “Receitas Antecipadas”

Em relação as contas que agregam antecipações recebidas pelos clubes, “Adiantamentos Diversos” e “Receitas Antecipadas”, destaca-se que em “Adiantamentos Diversos” estão valores referentes a obrigações que podem não exigir contrapartida do clube, como os valores recebidos a títulos de cotas de televisão. Desta forma, acabam inflando o passivo em função do regime de competência, haja vista que não foram reconhecidos como receita ainda devido a não realização dos campeonatos aos quais se referem.

O mesmo acontece com as “Receitas Antecipadas”, onde estão classificadas as “luvas” recebidas pelo fechamento dos contratos de cotas de televisão. O aumento de 45,75% em 2016 em relação a 2011 se deve, principalmente, em função dos novos contratos de transmissão fechados em 2016 para a transmissão dos Campeonatos Brasileiros de 2019 a 2024. Importante ressaltar, que estes contratos são atípicos e renovações serão feitas somente perto do fim dos novos contratos que ainda vão entrar em vigor em 2019.

Quando desconsiderados os valores relativos a estas duas contas, a composição dos passivos é alterada em pequena escala. As maiores representatividades ficam a cargo de “Tributos Parcelados”, “Empréstimos” e “Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos”, sendo que esta última é substituída por “Provisão para Contingências” em 2013.

Vê-se a influência novamente dos “Tributos Parcelados” e “Empréstimos” em relação aos passivos dos clubes. Nas dívidas parceladas encontram-se os valores das obrigações tributárias com o Governo Federal que foram parceladas pela adesão a Timemania e ao PROFUT. Estas dívidas, em geral, estão classificadas no longo prazo, pois, conforme o PROFUT, o prazo de parcelamento é de 20 anos para os clubes que aderiram, assim como era para os que aderiram a Timemania. Nesta situação (excluindo “Adiantamentos Diversos” e “Receitas Antecipadas”), “Tributos Parcelados” também ficam atrás de “Adiantamentos

Diversos” quanto a representatividade, sendo que somente em 2013 a conta foi a mais significativa de passivos não circulantes, dois anos antes da instituição do PROFUT.

Interessante ressaltar que os altos valores classificados nestas duas contas, que juntas compõe 32,64% do passivo total dos clubes em 2016, representam a dependência que as equipes têm das receitas antecipadas para desenvolverem suas atividades. É sabido, na literatura sobre estas entidades, que os clubes dependem, principalmente, das receitas de televisão e patrocínios (COSTA; MARINHO, 2005; GONÇALVES; CARVALHO, 2006; DANTAS; BOENTE, 2011; REZENDE; CUSTÓDIO, 2012; DANTAS; MACHADO; MACEDO, 2015).

Assim, o clube se compromete com contratos de transmissão, por exemplo, para temporadas futuras, sem ao menos saber se continuará disputando determinada série ou competições. Um dos fatores de insolvência apontados por Beech, Horsman e Magraw (2010) eram clubes rebaixados que não conseguiam lidar com a redução das receitas no orçamento.

Neste contexto, os clubes brasileiros investem, em geral, no início das temporadas para montar equipes competitivas, capazes de conquistar as principais competições que participam. Todavia, a eficiência não é garantida e existe a possibilidade de que ao fim da temporada o clube não tenha conquistado nenhum título ou tenha sido rebaixado. Quando isso acontece, o orçamento para a temporada seguinte também fica comprometido, principalmente, devido aos recursos que foram antecipados.

Tabela 5: Representatividade dos Adiantamentos Diversos (Em milhares de reais).

Clube	Representatividade no Passivo Total						Média do Período	Taxa de Evolução
	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
América MG	23,27%	16,27%	20,06%	23,32%	9,33%	10,37%	12.756	-49,89%
Atlético MG	6,82%	4,17%	4,97%	1,81%	0,85%	1,26%	20.589	-79,58%
Atlético PR	83,33%	75,30%	45,29%	32,32%	29,54%	37,88%	248.276	42,18%
Avaí					0,79%	5,10%	1.546	100,00%
Botafoogo	28,03%	1,28%	2,60%	3,08%	0,97%	8,21%	75.987	-79,16%
Corinthians	63,03%	77,29%	74,31%	70,03%	72,23%	77,90%	1.105.260	134,67%
Coritiba	18,66%	20,94%	16,21%	11,54%	8,86%	20,56%	37.939	41,86%
Criciúma	37,40%	38,53%	41,56%	34,16%	30,99%	37,50%	10.449	15,21%
Cruzeiro	45,80%	54,59%	50,69%	44,14%	39,77%	33,94%	198.851	12,93%
Figueirense	48,38%	2,09%	6,31%	10,78%	9,09%	0,31%	11.089	-99,47%
Flamengo	46,70%	10,25%	15,97%	14,92%	14,00%	12,07%	191.657	-87,22%
Fluminense	3,45%	2,74%	2,47%	2,06%	0,15%	3,67%	14.577	0,82%
Goiás	0,00%	1,71%	1,65%	2,59%	0,45%	36,54%	7.601	100,00%
Grêmio	11,43%	7,76%	6,87%	3,37%	1,71%	1,75%	20.155	-76,69%
Internacional	20,90%	12,45%	14,20%	6,78%	19,34%	38,15%	91.995	150,30%
Juventude	3,79%	2,08%	1,11%	4,09%	5,08%	4,04%	1.548	48,69%
Palmeiras	60,60%	50,73%	39,64%	14,15%	15,34%	11,07%	215.986	-88,85%
Ponte Preta	0,43%	1,63%	2,09%	4,12%	1,59%	3,10%	3.681	568,56%
São Paulo	56,25%	68,03%	64,87%	58,97%	61,91%	58,81%	654.226	22,51%
Vasco	15,08%	15,60%	5,81%	4,87%	6,64%	6,07%	65.370	-68,71%

Com a Tabela 5 se verifica que cinco dos 20 clubes apresentaram pelo menos um balanço em que mais de 50% do valor total do passivo era decorrente de “Adiantamentos Diversos”, sendo que a maior representatividade encontrada no período foi em 2011, quando o passivo total do Atlético Paranaense era composto em 83,33% por estes valores. Por vez, a menor representatividade encontrada foi para as antecipações do Fluminense, em 2015, quando a taxa verificada foi 0,15%.

A maior média de “Adiantamentos Diversos” foi identificada para o Corinthians, que representa 77,90% passivo total do clube em 2016. Ainda que seja a equipe com a maior média de antecipações diversas, não foi a que apresentou maior crescimento no período. Neste ponto, destaca-se a Ponte Preta que viu o valor aumentar em mais de 500% no período, ao contrário do Figueirense que teve redução de quase 100% nesta conta.

Avai e Juventude apresentaram as menores médias do período, R\$ 1,546 e R\$ 1,548, respectivamente, e estão entre as 12 equipes que apresentaram crescimento das antecipações no período. Contudo, há que se ressaltar que o clube catarinense apresentou estes valores somente em dois anos, 2015 e 2016.

Se verifica que oito clubes apresentaram reduções nesta conta quando comparados 2011 e 2016. Ainda que o último ano tenha sido de fechamento de novos contratos, o que inflaria o passivo dos clubes, algumas situações podem ter acontecido. A primeira é de que os clubes poderiam classificar nestas contas outras antecipações, que não só cotas de televisão, que foram reconhecidas como receita no período, mas não teve novos contratos realizados.

Outra situação é de que os clubes, ainda que não em conformidade com as normas contábeis, podem ter reconhecido o valor já como receita no período, sem transitar pelo passivo. Também, é possível que as equipes podem ter firmado contratos de transmissão de jogos com cotas inferiores aquelas vigentes em 2011.

Em relação as “Receitas Antecipadas”, a Tabela 6 apresenta as informações.

Tabela 6: Representatividade das Receitas Antecipadas (Em milhares de reais).

Clube	Representatividade no Passivo Total						Média do Período	Taxa de Evolução
	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
Botafogo		6,47%	5,48%	2,21%	3,78%		41.543	-100,00%
Flamengo	0,20%						2.326	-100,00%
Fluminense	4,38%	8,23%	7,44%	6,79%	5,40%	4,17%	36.095	-9,54%
Goiás	24,14%	35,54%	27,76%	24,11%	24,29%		31.317	-100,00%
Palmeiras						7,54%	19.000	100,00%

Em relação as “Receitas Antecipadas”, onde estão classificadas as luvas, apenas cinco clubes apresentaram a informação sobre este valor em notas explicativas. Contudo, o Flamengo

que divulgou luvas em 2011 não o fez no restante do período, ao contrário do Palmeiras, que só o fez em 2016. Assim, apenas o Fluminense fez a separação dos valores referentes as luvas em todo o período e é o clube com a segunda maior média.

O Botafogo apresentou a maior média no período, ainda que não tenha sido possível identificar valor de luvas em 2011 e 2016, contudo, quando observadas as representatividades em relação ao passivo total do clube, elas são inferiores a 7%. O Goiás apresentou a terceira maior média do período, porém, as “Receitas Antecipadas” são as mais representativas em relação ao passivo do clube.

Somente o Palmeiras apresentou crescimento no período, isto porque o clube só classificou luvas em 2016, os demais tiveram redução, sendo que o Fluminense era o único que tinha valores classificados como “Receitas Antecipadas” ao final da série histórica. Há que se ressaltar que os motivos para a redução nestes valores podem ser os mesmos apresentados anteriormente para “Adiantamentos Diversos”.

Quando excluídos as antecipações recebidas (receitas ou adiantamentos diversos), verifica-se que as reduções no valor total das obrigações apresentadas pelos 20 clubes são superiores a 25% em todos os anos, ou seja, um quarto das obrigações destas entidades decorre de antecipações recebidas para disputas de campeonatos em que os clubes não sabem se de fato competirão.

A média de redução verificada foi de R\$ 3 bilhões e o endividamento geral médio dos clubes ainda mostra uma situação de passivo a descoberto, sendo as dívidas de longo prazo as de maior influência. Neste caso, os passivos não circulantes acabam reduzindo em 7,95% no período, ao contrário dos 3,71% de crescimento apresentados anteriormente. Todavia, para as dívidas do circulante a redução ainda se mantém ao longo dos anos, mas em menor proporção quando comparadas com os resultados anteriores.

Logo, verifica-se que a situação financeira deficitária apresentada anteriormente não deixa de ser verificada quando excluídos os valores de antecipações recebidas. O que muda, portanto, é a sua configuração e intensidade, mas as apreensões financeiras continuam como questão relevante aos clubes. Assim, entende-se que a situação dos clubes se torna mais inquietante ainda porque eles estão utilizando-se de recursos futuros para desenvolverem suas atividades presentes e uma má gestão dos recursos pode comprometer a execução destes contratos.

4.1.1.4 Relatos sobre Passivo a Descoberto

Salienta-se que na relação entre passivos e ativos totais, identificou-se que as obrigações com terceiros, superam, em média, os ativos dos clubes em 0,78% (Tabela 3) e denota uma situação de passivo a descoberto ao longo dos anos. Entre 2011 e 2016 o Patrimônio Líquido dos clubes, reduziu em 71,18%, o valor que era de R\$ 780 milhões positivos passou para R\$ 224 milhões. Foi verificado que em 2013, 2014 e 2015, o agregado dos clubes apresentou o passivo total superando os ativos totais.

A Tabela 7 apresenta o total de balanços com passivo a descoberto identificados.

Tabela 7: Taxa de balanços com passivo a descoberto.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Total de Balanços	20	20	20	20	20	20	120
Passivo a Descoberto	6	7	8	10	11	10	52
% de Passivo a Descoberto	30,00%	35,00%	40,00%	50,00%	55,00%	50,00%	43,33%

Nota-se que vem crescendo o número de balanços com passivo a descoberto, sendo que em 2015 mais da metade dos clubes apresentaram esta situação. Anualmente, oito balanços são identificados com passivos superiores a ativos, em média, demonstrando que, a cada dois clubes, um está em situação deficitária. Além disso, desde 2014 ao menos metade dos clubes vem reportando passivos a descoberto em seus balanços. Os resultados são próximos aos de Dantas, Machado e Macedo (2015) que constataram que 45,83% dos balanços estudados entre 2011 e 2012 apresentaram passivo a descoberto.

Reportagens como a de Capelo (2016) dão indícios de que os clubes ao aderirem o PROFUT trouxeram para seus balanços dívidas antes não evidenciadas, elevando seu endividamento. Desta forma, importante ressaltar que 2015 foi o ano em que os clubes puderam fazer a opção pelo parcelamento. Assim, mesmo com os perdões de multas, juros e encargos, esta poderia ser uma justificativa para 50% dos clubes estudados apresentarem situação de passivo a descoberto nos últimos três anos analisados.

Os dados mostram que 60% dos 20 clubes estudados apresentaram situação deficitária em pelo menos um balanço, sendo que destes, Botafogo, Fluminense, Goiás, Palmeiras e Vasco tiveram valores negativos de PL em todos os anos. O número considerável de balanços em situação semelhantes também foi constatado por Dantas, Machado e Macedo (2015) e Dantas, Macedo e Machado (2016) em suas amostras.

Ressalta-se que três dos quatro clubes cariocas da amostra encontram-se com a situação financeira deficitária, mas salienta-se que o Flamengo não está aquém, pois teve os capitais

próprios superiores aos de terceiros apenas em 2011. Brandão (2012) e Proni e Zaia (2013) verificaram que os quatro clubes eram os com as maiores dívidas em seu estudo. Não obstante, esta situação pode ter relação direta com os problemas econômicos enfrentados pelo estado do Rio de Janeiro. Tal situação ainda é verificada pelo Figueirense também com cinco balanços com PL negativo. Ademais, tem-se o Grêmio (4), Coritiba (3), Avaí (2) e Corinthians (2), também apresentado esta situação.

Ainda que tenha apresentado constantes situações de passivo a descoberto e, considerando os dois anos consecutivos com as maiores obrigações da série histórica (2011/12) do clube, as perspectivas para o Flamengo são de melhora nos próximos anos. Entre 2011 e 2016 o clube reduziu pela metade seu endividamento, principalmente, em função da redução dos déficits milionários do clube desde 2013, ainda que sejam relevantes em 2016. O clube viu um aumento no período de 380% em provisões para contingências e de 92% em tributos parcelados e reduções nas demais obrigações de curto e longo prazo.

Para Wiziack e Prado (2018) este aumento nos valores parcelados é a justificativa para o clube ter melhorado sua situação financeira, pois, com o perdão de parte das dívidas com o PROFUT e as exigências deste, o clube contratou uma gestão especializada que tem gerenciado melhor o endividamento e os recursos do clube carioca.

De forma geral, o elevado número de clubes reportando passivo a descoberto em seus balanços é uma questão relevante. Em alguns casos, esmo que todos os ativos da equipe fossem liquidados, ainda assim não seriam capazes de cobrir todas as suas obrigações. Ou seja, a situação dos clubes é crítica, pois se apresentam insustentáveis, sendo poucos os clubes com perspectivas de reversão do cenário, o de falência.

4.1.1.5 Reclassificação e Reapresentação dos Passivos

Outro ponto interessante a respeito dos passivos dos clubes é a reapresentação/republicação e reclassificação de balanços, como mostra a Tabela 8. Dos 120 balanços analisados, 26 (21,67%) apresentaram alguma alteração nos passivos quando apresentado o demonstrativo comparativo. Em geral, quando há mudanças nos valores dos passivos, os clubes tendem a mencionar abaixo da identificação do ano a que se referem, entretanto, foi verificado que em 6,67% demonstrativos que tiveram alterações nos valores, as entidades não fizeram qualquer menção a respeito.

Tabela 8: Frequência de reapresentação/republicação e reclassificação de passivos.

	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Apresenta Informação:	5	6	1	5	1	18
Republicação/Reapresentação	1	5	0	2	1	9
Altera o Passivo Circulante	0	0	0	0	1	1
Altera o Passivo Não Circulante	0	0	0	0	0	0
Altera o Passivo Circulante e Não Circulante	0	2	0	0	0	2
Altera o Patrimônio Líquido	1	3	0	2	0	6
Reclassificação	4	1	1	3	0	9
Altera o Passivo Circulante	1	0	1	0	0	2
Altera o Passivo Não Circulante	0	0	0	0	0	0
Altera o Passivo Circulante e Não Circulante	2	1	0	3	0	6
Altera o Patrimônio Líquido	1	0	0	0	0	1
Não Apresenta Informação	2	1	3	1	1	8
Altera o Passivo Circulante	0	0	1	0	0	1
Altera o Passivo Não Circulante	0	0	0	0	0	0
Altera o Passivo Circulante e Não Circulante	0	0	0	1	1	2
Altera o Patrimônio Líquido	2	1	2	0	0	5
TOTAL	7	7	4	6	2	26

Das seis republicações com alteração no patrimônio líquido, duas foram provocadas por mudanças no passivo circulante e/ou não circulante, o mesmo acontece para as reclassificações. Em relação aos balanços que sofreram mudanças e não havia menção sobre o fato, das cinco alterações, duas se referiam a apresentação de balanços consolidados, uma sobre alterações no não circulante que impactaram no patrimônio líquido.

Cabe ressaltar que o Fluminense apresenta, em 31/12/2012, reclassificação do balanço de 31/12/2011, entretanto, os saldos não mudaram ao comparar as duas demonstrações. Outra particularidade a ser mencionada é que o Coritiba, em 31/12/2013, reapresentou os balanços de 31/12/2012 e 31/12/2011, entretanto, não havia notas explicativas reapresentadas para 2011.

Cabe ressaltar, ainda, que a quantidade de balanços reapresentados ou reclassificados caiu entre os anos, sendo que as maiores frequências foram observadas nos primeiros anos analisados, 2011 e 2012. Uma justificativa para tal situação pode ser a maior observação e rigidez das normas contábeis aplicadas aos clubes de futebol.

4.1.2 Provisões para Contingências

Dos 120 balanços analisados, apenas 9 não apresentaram provisões para contingências no período. Desta forma, inicialmente, eram 18 clubes que apresentavam a conta no balanço destinada ao provisionamento de valores discutidos judicialmente, sendo que a partir de 2014 passaram a ser 19.

Quadro 6: Reconhecimento de provisões para contingências.**15) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS**

A Entidade calcula a provisão em face de perdas prováveis em ações judiciais, com base nas informações dos advogados que patrocinam as causas e no histórico do acompanhamento dos pagamentos das causas, realizado pela administração. A estimativa da Administração, baseada na opinião destes advogados é que não há nenhuma ação judicial em curso que possa ser considerada como perda provável (contabilizada como contingência), ou possível (divulgada em nota explicativa).

Fonte: Cruzeiro (2016).

O Cruzeiro não demonstrou informações sobre as provisões em nenhum ano, enquanto que o Avaí passou a fazer apenas a partir de 2014. Quanto ao Cruzeiro, embora não apresente as provisões no balanço, desde 2013 consta uma nota esclarecendo que o clube não faz o provisionamento por não ter ações judiciais em que a probabilidade de perda seja possível, conforme a Quando 6.

4.1.2.1 Achados gerais sobre provisões para Contingências

Desde 2014 todos os clubes da amostra apresentaram notas explicativas sobre as provisões para contingências, sendo que, dos 120 balanços analisados 114 apresentavam notas e 92,50% uma conta de provisões para contingências no Balanço Patrimonial, dos quais 59 mencionavam que as provisões constituídas estavam embasadas na perda provável do clube em relação a ação. Em 2011, eram 9 clubes que citavam a probabilidade de perda provável, nos demais anos, passaram para 10.

Nenhum clube apresentou todas as informações levantadas, todavia, o Palmeiras é um dos que mais teve informações, exceto as relacionadas a quantidade de provisões do clube. Neste ponto, cabe destacar que o Coritiba, desde 2014 e o Grêmio, para todos os anos, demonstram o número de processos os quais estão submetidos.

Tais resultados diferem dos relatos de Mundim (2017), quando Grêmio e Coritiba apresentaram 154 e 128 processos trabalhistas, respectivamente, sendo o número de processos apresentados nos balanços de 134 e 78, respectivamente. Concomitantemente, os valores provisionados também diferem, haja vista que lá se apresentavam como R\$ 19,35 milhões, para o Grêmio e R\$ 36,71 milhões para o Coritiba. Neste estudo, identificou-se valor a maior para ambos os clubes, com base em suas notas explicativas.

Foi verificado também que em 2015 o Grêmio apresentava três processos administrativos na Receita Federal. Em 2016, o clube mencionava novamente estas ações, contudo, quando da verificação dos valores individuais, não haviam obrigações administrativos no ano corrente nem no comparativo.

Quanto a classificação das provisões, desde 2014 apenas América MG, Ponte Preta e São Paulo não tiveram essa informação encontrada em notas. Em 2012, além destes clubes, o Grêmio também não classificou suas provisões. Em todos os anos o Coritiba classifica apenas o que é demanda trabalhista, as demais estão com os valores agregados. Nos demais clubes, quando não há provisões classificadas, significa que eles só apresentaram o valor global.

Importante salientar que em alguns casos o clube não classificava as provisões, mas no balanço comparativo ela estava detalhada, de forma que utilizou o apresentado no comparativo. Além disso, ressalta-se que as provisões consideradas como não classificadas são aquelas que os clubes apresentaram apenas os valores ou consideram todas em conjunto.

A estatística descritiva das provisões para contingências está apresentada na Tabela 9.

Tabela 9: Estatística descritiva das provisões para contingências (Em milhares de reais).

	Obs.	Média	Mediana	Desvio padrão	Variância amostral	Assimetria	Intervalo	Mín.	Máx.
Trabalhistas	93	12.921	7.495	17.183	2,95E+08	3,9656	127.171	287	127.459
Tributárias	34	31.885	14.182	52.173	2,72E+09	2,7379	233.111	89	233.200
Cíveis	81	15.288	5.986	23.565	5,55E+08	2,7051	117.794	111	117.906
Outras	5	5.208	5.340	658	4,33E+05	-0,3160	1.610	4.351	5.961
Não classificada	22	8.375	4.829	7.738	5,99E+07	1,3220	27.458	1.401	28.859
Total	111	33.643	15.248	53.455	2,86E+09	3,4370	367.012	1.141	368.153

O total de provisões no período (R\$ 3,734 bilhões) representa 6,41% do passivo total dos clubes, sendo que a maior taxa anual encontrada foi em 2013, onde a proporção era de 8,29% das obrigações totais. Observa-se que ao longo dos seis anos, foram encontradas 111 menções de provisões para contingências nos 120 balanços analisados (92,50%), o que gerou uma média de R\$ 33.643 milhões em provisões identificadas por balanço. O desvio padrão e a variância amostral indicam que há uma alta variabilidade no valor apresentado pelos clubes, mostrando alta assimetria nos dados, assim como apresentado para os passivos anteriormente.

Embora esteja apresentada em maior número, as provisões trabalhistas têm menor média que as tributárias e cíveis, respectivamente, indicando a existência de um número elevado de processos com baixas quantias em discussão. Entretanto, representam a 32,18% do valor total das provisões e a 2,06% das obrigações totais dos clubes, o que faz com que as provisões tributárias não sejam as mais representativas. Como havia maior número de menções sobre as trabalhistas, naturalmente, em valores absolutos, elas seriam as mais representativas também.

O Botafogo é o clube que apresentou os maiores valores de provisões, sendo elas as tributárias e as trabalhistas, ambas em 2013 e juntas representam 39,18% das obrigações da equipe, de forma que é o clube com o maior valor de provisões para contingências neste ano. A

quantia provisionada em 2013 é a maior entre todos os clubes analisados no período. Em 2014 e 2016 o maior valor provisionado era do Botafogo também, ainda que em 2016 fosse inferior a R\$ 100 milhões. Segundo Mundim (2017), o clube respondia em 2017 a processos que acumulavam uma quantia cerca de R\$ 200 milhões.

Por vez, o Goiás é o clube que apresentou os menores valores provisionados em trabalhistas e cíveis, ambos em 2013. Neste ano, o clube apresentou a quinta menor quantia total de provisão. Por vez, no que tange ao grupo outras, foi o único que apresentou provisões administrativas, de forma que os valores máximo e mínimo são identificados em seus balanços.

Em 2012 o Flamengo foi o clube que mais provisionou contingências, sendo que é também o responsável pelo maior valor de provisões classificadas como cíveis. Em 2015 o clube voltou a ser a equipe com maior dívida de probabilidade de ocorrência provável, sendo o único a apresentar valor superior aos R\$100 milhões neste ano.

Outro ponto a ser destacado é o menor valor das provisões que não foram classificadas, apresentado pelo América Mineiro. Este clube não apresentou em notas explicativa quaisquer movimentações acerca de adições ou reduções na conta de provisões para contingências, sendo que o valor se manteve o mesmo de 2011 a 2014. Tal situação também foi verificada para dupla catarinense, Avaí e Figueirense, em 2015 e 2016 e 2011 e 2012, respectivamente, para as questões trabalhistas, para o Atlético Mineiro nos seis anos para as ações cíveis e para o Goiás com as provisões administrativas de 2011 a 2013.

O mesmo foi verificado também para Flamengo e Fluminense, que em algumas provisões apresentaram valores semelhantes ao longo dos anos. Contudo, o Flamengo em 2012, embora tenha dedicado espaço às baixas e adições nas provisões, não teve qualquer movimentação nas questões tributárias. Já o Fluminense entre 2011 e 2013 apresentou as provisões cíveis sem qualquer alteração, já para as tributárias, esta situação se observou entre 2012 e 2014. Entretanto, desde 2013 o clube destina um espaço em notas para mostrar as movimentações nas provisões, sem explicar o porquê destas não modificações.

O fato que chama a atenção nestes casos é que as provisões ficam por tempos sem qualquer informação adicional ou atualização, todavia, não é possível determinar as causas. É possível que o clube não tenha realizado atualização por não acompanhar os processos ou pelo mesmo não ter sofrido qualquer mudança ao longo dos anos. Contudo, as equipes também não mencionam o porquê as provisões não sofreram qualquer movimentação ao longo dos anos.

4.1.2.2 Provisões para Contingências: Evolução e Composição

Ao longo dos seis anos, verificou-se que o número de clubes que apresentaram provisões trabalhistas foi crescente, sendo as de maior número, seguidas das cíveis e tributárias. Denota-se que, em geral, a frequência de menção dos tipos de provisões teve um comportamento praticamente constante a partir de 2012, principalmente as trabalhistas. Exceto os clubes que não tinham provisões, os que não mencionaram este grupo é porque não classificaram as ações.

A Figura 7 demonstra a frequência com que os clubes apresentam cada tipo de provisão.

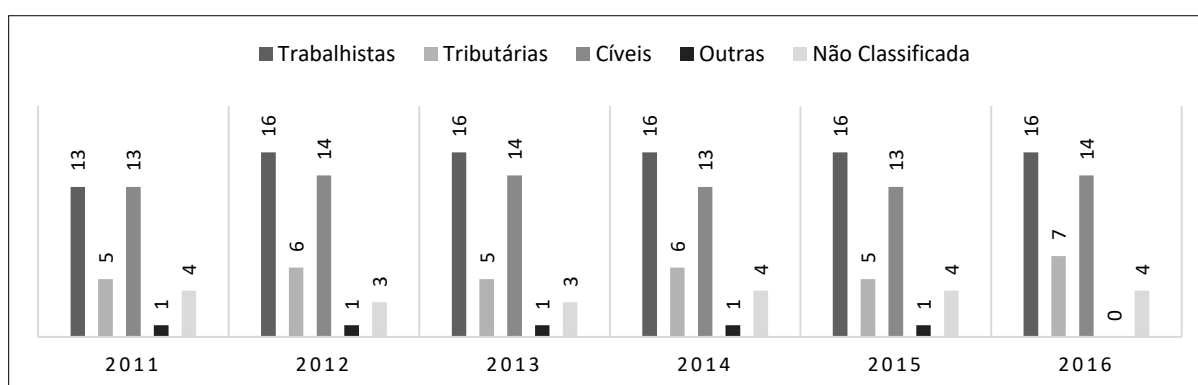


Figura 7: Frequência de apresentação das provisões para contingências.

As provisões trabalhistas são praticamente apresentadas por todos os clubes e denotam, em sua maioria, causas referentes a verbas trabalhistas ou direitos de imagem. Mundim (2017) destacou que entre os 20 clubes que participaram da Série A de 2017 e o Internacional, o número total de processos trabalhistas eram de 3.037, com um valor equivalente a R\$ 2,4 bilhões, contudo, estes números não estão claros na amostra estudada.

Apesar de muitas discussões na mídia sobre a dívida fiscal dos clubes, as provisões tributárias não são as mais mencionadas. Uma possibilidade a ser levantada é que com os parcelamentos da Timemania e do PROFUT, o que se discutia judicialmente acabou parcelado, virando uma obrigação de fato. Um exemplo disto é apresentado pelo Botafogo, conforme a Quadro 7, em que os valores de provisões da controladora estão zerados.

Quadro 7: Excerto sobre reclassificação das provisões fiscais.

(c) De natureza tributária: Referem-se a discussões na esfera administrativa ou judicial relativa a valores dos processos em dívida ativa, Fazenda Nacional, de impostos de retenção na fonte, de impostos sobre receitas e ausência de recolhimentos dos encargos previdenciários. Os saldos foram transferidos em decorrência da adesão ao pedido de parcelamento do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT, de que trata a Lei nº 13.155 de 4 de agosto de 2015 e instituiu parcelamento especial para recuperação de dívidas das entidades desportivas com a União Federal.

Fonte: Botafogo (2015).

Em relação a classificação “outras”, consta as provisões administrativas apresentadas pelo Goiás, único clube com este tipo de processo. Contudo, em 2016, não havia valor destinado neste grupo, nem no comparativo com 2015. A nota não mencionava qualquer motivo para o valor ter sido baixado, quer por perda realizada, mudança de probabilidade ou extinção do processo ao qual se referia. Entretanto, ao se comparar os valores, verifica-se que em 2016 elas foram classificadas como tributárias e não mais administrativas, como mostra a Quadro 8.

Quadro 8: Mudança de classificação das provisões.

Composição:				Composição:			
DESCRIÇÃO		2015	2014	DESCRIÇÃO		2016	2015
Cíveis	(a)	504.000,00	451.964,93	Cíveis	(a)	218.522,96	504.000,00
Trabalhistas	(a)	1.404.598,72	3.214.394,37	Trabalhistas	(a)	12.011.611,51	1.404.598,72
Tributária	(a)	4.055.123,21	3.996.333,70	Tributária	(a)	4.055.123,21	4.055.123,21
TOTAL		5.963.721,93	7.662.693,00	TOTAL		16.230.257,68	5.963.721,93

Fonte: Goiás (2015 e 2016).

O que se vê, portanto, é a falta de uniformidade nas nomenclaturas utilizadas, bem como na estrutura de apresentação das notas, não só para o Goiás, mas como também para os demais clubes da amostra.

A Figura 8 apresenta os valores totais anuais das provisões.

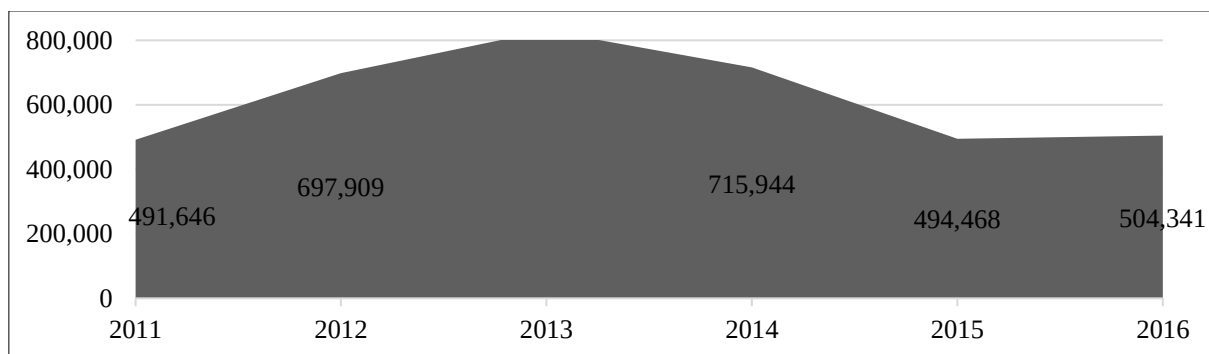


Figura 8: Evolução das provisões para contingências por ano (Em milhares de reais).

O ano com maior valor provisionado foi 2013, que apresentou crescimento de 68,83% em relação a 2012. Contudo, desde então vem reduzindo seu valor total, de modo que em 2016 nenhum clube apresentou valor total provisionado acima dos R\$ 100 milhões. Novamente, a justificativa para este fato pode estar relacionada com a adesão ao PROFUT pelos clubes, que retirou deste grupo os valores referentes aos processos tributários na esfera federal.

Por outro lado, verifica-se que o crescimento do valor foi de 2,58% entre 2011 e 2016. Uma justificativa plausível é a possibilidade que os atletas têm, devido Art. 31 da Lei Pelé, de

ingressarem na justiça trabalhista pedindo a rescisão indireta de contrato, que ocorre quando os salários estão atrasados por pelo menos três meses. Neste caso, o clube recebe uma liminar para rescindir o contrato, mas as verbas trabalhistas ainda são discutidas.

Recentemente, Figueirense e Fluminense passaram por esta situação com os atletas Bruno Alves e Gustavo Scarpa, em 2017 e 2018, respectivamente. Tal situação pode justificar o valor das provisões trabalhistas que os clubes apresentam em notas, principalmente em função dos atrasos de salários que podem ser discutidos na justiça e que as entidades julgam prováveis de perda.

Destes valores totais, praticamente todos estão apresentados no passivo não circulante dos clubes, exceto para Flamengo, Internacional e Vasco que apresentaram pelo menos um balanço com parte dos valores de provisões para contingências classificados como circulante. Os clubes não justificam essa classificação.

A Tabela 10 apresenta a representatividade das provisões em relação ao passivo total por clubes.

Tabela 10: Representatividade das Provisões para Contingências (Em milhares de reais).

Clube	Representatividade no Passivo Total						Média do Período	Taxa de Evolução	Principal Provisão
	2011	2012	2013	2014	2015	2016			
América MG	2,48%	2,19%	2,03%	1,80%	6,38%	14,23%	3.774	545,16%	Não classifica
Atlético MG	3,86%	3,17%	2,74%	3,91%	3,88%	3,59%	22.167	2,73%	Cíveis
Atlético PR	7,65%	3,54%	3,75%	5,60%	2,79%	1,88%	21.212	-23,35%	Trabalhistas
Avaí				11,02%	12,17%	10,68%	8.258	100,00%	Trabalhistas
Botafogo	9,76%	17,19%	39,99%	20,28%	9,06%	10,71%	169.357	-21,96%	Tributárias
Corinthians	1,01%	0,57%	0,45%	0,58%	0,36%	1,11%	10.106	109,52%	Cíveis
Coritiba	9,62%	6,47%	4,69%	10,30%	14,73%	15,69%	25.006	110,13%	Trabalhistas
Criciúma	8,91%	7,65%	13,86%	11,50%	10,97%	7,30%	2.860	-5,83%	Trabalhistas
Figueirense	1,27%	2,78%	6,31%	10,28%	8,38%	10,48%	5.204	585,87%	Trabalhistas
Flamengo	0,66%	17,61%	14,47%	14,09%	13,82%	8,97%	108.864	575,77%	Cíveis
Fluminense	6,39%	6,60%	7,26%	5,77%	6,84%	6,84%	39.048	1,54%	Tributárias
Goiás	14,69%	9,32%	4,40%	8,60%	8,05%	19,47%	11.296	-11,22%	Trabalhistas
Grêmio	9,30%	10,74%	7,00%	6,98%	6,18%	5,33%	30.246	-12,80%	Trabalhistas
Internacional	6,95%	6,07%	2,09%	3,05%	3,04%	4,63%	20.188	-8,63%	Cíveis
Juventude	5,55%	3,12%	4,63%	16,08%	19,60%	21,03%	5.616	428,74%	Trabalhistas
Palmeiras	1,95%	0,69%	1,62%	2,11%	1,95%	6,80%	13.990	112,39%	Cíveis
Ponte Preta	4,13%	10,90%	4,07%	2,32%	2,55%	1,13%	7.434	-74,35%	Não classifica
São Paulo	0,63%	0,67%	1,43%	1,48%	1,09%	2,08%	12.752	283,59%	Não classifica
Vasco	21,83%	15,45%	14,22%	13,69%	13,03%	12,13%	109.143	-56,84%	Cíveis

Com a Tabela 10, vê-se que apenas três clubes apresentaram provisões para contingências com representatividade no passivo total superior a 20%, sendo eles Botafogo, Juventude e Vasco. O Botafogo apresentou dois balanços onde a representatividade era superior a 20%, em 2013 (39,99%) e em 2014 (20,28%). Por vez, 20 dos balanços analisados apresentaram representatividade menor que 2%, sendo seis divulgados pelo Corinthians.

Com relação a principal provisão, foram identificadas com base na maior média do período, por provisão classificada, sendo que as trabalhistas são as principais em 40% dos clubes da amostra. Contudo, para América Mineiro, Ponte Preta e São Paulo, as principais provisões não estavam classificadas em suas notas.

Oito clubes apresentaram diminuição no valor das provisões no período, sendo que a redução mais significativa observada foi para a Ponte Preta. Por vez, dos 12 clubes que tiveram crescimento no valor desta conta, nove a taxa de evolução foi superior a 100%, sendo que Figueirense, Flamengo e o América Mineiro com aumento superior a 500% no período.

Dentre os quatro clubes cariocas da amostra, quatro (Botafogo, Flamengo e Vasco) foram os responsáveis por apresentar a maior média de provisões no período. Os três clubes catarinenses neste estudo apresentaram média inferior a R\$ 10 milhões por ano, junto com Ponte Preta, Juventude e América Mineiro, sendo este o que apresentou a menor média de provisões para contingências no período.

Cabe ressaltar ainda que foram encontradas divergências entre o somatório das provisões e o saldo da conta na nota explicativa e no balanço. O total destas diferenças é de R\$ 200.198, considerando as informações de Atlético Mineiro (2014), Atlético Paranaense (2014), Botafogo (2012), Flamengo (2014) e Goiás (2011). Ainda que o total das provisões apresentado nas notas explicativas eram iguais aos dos balanços destes clubes, quando somados os valores individuais dos processos, os resultados eram diferentes.

Além disso, em 2016 o Goiás também apresentou divergências entre os valores apresentados em notas explicativas e o saldo no balanço patrimonial em 2016. Neste caso, o somatório das provisões coincida com o saldo apresentado no demonstrativo, mas não com o saldo da nota, que estava apresentado em R\$ 55 mil a menor.

Dentre estas equipes, a com maior valor divergente apresentado é do Atlético Paranaense, de R\$ 188.420, sendo que este não foi o único problema encontrado em seus demonstrativos. Em 2013, para as “Contas a Pagar”, havia uma diferença de R\$ 90 mil entre o somatório dos valores e o saldo da conta apresentado no balanço e na respectiva nota explicativa.

Salienta-se, apenas que, para fins deste estudo, ainda que os valores não tenham coincidido exatamente, utilizou-se para análise das provisões apenas os totais individuais e não o saldo final da conta. Entretanto, quando da análise dos passivos como um todo, utilizou-se o saldo da conta apresentado nos balanços.

Chama a atenção, principalmente, a falta de informações em notas acerca das provisões. Poucos são os clubes que detalham os provisionamentos que eles fizeram. As informações apresentadas são generalizadas de modo que não se sabe, de fato, quantos processos os clubes estão respondendo. Observou-se que, em alguns casos, as notas apenas repetiam as anteriores e, além disso, muitas vezes erros foram encontrados na posição dos valores, haja vista que apenas pareciam ter sido coladas e o valores do ano a que se referiam, atualizados.

Por outro lado, importante salientar que ao longo dos anos os clubes passaram a apresentar mais informações acerca das provisões para contingências. De modo geral, há um detalhamento maior em relação aos anos iniciais analisados, que pode ser observado, por exemplo, pelo aumento no número de provisões classificadas entre uma das categorias mencionadas. Contudo, este crescimento em divulgação não denota qualidade.

4.1.3 Contingências

Em relação às ações com probabilidade de perda possível para os clubes, as contingências, foram identificados que das 20 equipes analisadas, apenas Cruzeiro, Ponte Preta e Vasco não demonstraram a existência dessas questões em suas notas explicativas em nenhum dos anos verificados.

4.1.3.1 Achados gerais sobre as Contingências

O número de clubes que apresentam contingências em suas notas cresceu ao longo dos anos, passando de seis em 2011 para 17 em 2015 e 2016. Dos que apresentaram algum tipo de contingências ao longo dos anos, apenas o Juventude não as demonstrou em 2016. Somente Botafogo, Figueirense, Fluminense, Goiás e Internacional apresentaram os processos com perda possível para o clube em todos os anos. O Juventude divulgou contingências em 2011 também.

Cabe salientar que o São Paulo, tanto em 2011 como em 2012 apenas afirma que não foram constituídas provisões para causas com perdas possíveis ou remotas, sem mencionar os porquês. Já o Palmeiras, entre 2011 e 2013, apresentava valores sobre processos judiciais, contudo, não foi possível afirmar se se tratavam de contingências ou passivos contingentes, pois o clube apenas mencionava que a probabilidade de ocorrência destes valores era possível ou remota, como mostra a Quadro 9. O mesmo acontece para o América Mineiro em 2013 e 2014.

Quadro 9: Excerto sobre contingências.

Além dos processos acima mencionados, o Clube possui outros processos cíveis e trabalhistas em andamento, relacionados substancialmente a danos morais e materiais, a pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, direito de imagem e direito de arena. O montante perfaz em R\$ 7.770 (R\$ 8.749 em 31/12/2011) e não foram contabilizados em 31 de dezembro de 2012, pois, baseado na opinião dos assessores jurídicos, a possibilidade de perda é considerada como possível ou remota.

Fonte: Palmeiras (2012).

Em 2011 não era comum os clubes apresentarem a probabilidade de ocorrência, de forma que não foi possível determinar se o que estava apresentado era provisão, contingência ou passivo contingente. Apresentar as probabilidades pode ser uma justificativa para o aumento no número de contingências identificadas. Também não era comum no começo do período analisado os clubes apresentarem a classificação, contudo, em 2016, embora em número pequeno, nove equipes passaram a classificar as contingências, 80% a mais que em 2011. Espera-se que para os próximos anos este número aumente.

Ainda sobre a classificação, vale ressaltar que em 2016 o São Paulo não separava todas as contingências em trabalhistas, cíveis, tributárias, mas por tipo de processo. Desta forma, os valores apresentados em nota foram realocados para um dos tipos solicitados neste trabalho com base em julgamento próprio.

Em relação às contingências, nenhum clube apresentou a quantidade de processos com perdas possíveis. Assim como para as provisões, as contingências trabalhistas são as mais demonstradas pelos clubes, seguida das que não foram classificadas. Para este grupo o número de causas cíveis sendo discutidas também era superior as tributárias.

De forma geral, o número de contingências trabalhistas, tributárias e cíveis cresceu, sendo o grupo outras sem nenhuma menção ao longo dos seis anos. Contudo, vale ressaltar que este aumento também foi verificado para as contingências não classificadas, que em 2011 era apenas um clube que não o fazia, dos seis que apresentavam estes processos, para oito em 2016, dos 17 que tinham causas com perdas possíveis. Neste caso, o mais coerente parece ser que os clubes passaram a divulgar mais as contingências, todavia, sem as classificarem.

Geralmente, os clubes que não classificavam suas contingências no início do período, mantiveram este comportamento até 2016. Contudo, alguns clubes fizeram o contrário ao longo dos anos, apresentando as contingências classificadas no início do período, e, depois, não mais.

A Tabela 11 apresenta a estatística das contingências entre 2011 e 2016.

Tabela 11: Estatística descritiva das contingências (Em milhares de reais).

	Obs.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Variância Amostral	Assimetria	Intervalo	Mín.	Máx.
Trabalhistas	34	6.106	1.850	10.876	1,18E+08	2,5442	50.017	5	50.022
Tributárias	10	9.419	644	14.033	1,97E+08	1,0390	31.341	104	31.445
Cíveis	27	14.022	7.017	14.959	2,24E+08	0,8695	46.524	13	46.537
Não classificada	27	59.832	24.771	89.187	7,95E+09	1,9548	312.558	1.018	313.576
Total	68	35.522	10.212	65.125	4,24E+09	2,8606	313.571	5	313.576

Dos 120 conjuntos de demonstrações analisados, foram verificados que 68 apresentaram processos aos quais os clubes estão respondendo com probabilidade de perda possível. Nestes, a média de contingências apresentada é de R\$ 35,522 milhões. O total de identificado no período (R\$ 2,415 bilhões) para este grupo representa, 4,15% do total de passivos acumulados entre os 20 clubes, sendo que a maior proporção verificada foi em 2016, quando as contingências representavam 10,78% das obrigações daquele ano. Novamente, o desvio padrão e a variância da amostra indicam a alta variabilidade no valor das contingências apresentados pelos clubes, bem como a assimetria entre eles.

Consoante ao verificado para as provisões, o valor total das contingências trabalhistas é superior ao das tributárias. Em 2016, o valor de processos trabalhistas com perdas possíveis e prováveis era de cerca de R\$ 255 milhões, equivalente 2,68% do total das obrigações dos 20 clubes e representa 39,04% do total dos processos trabalhistas e das dívidas trabalhistas apontadas por Mundim (2017).

O Botafogo é o clube com os maiores valores de contingências tributárias e cíveis nos seis anos analisados, sendo eles evidenciados ambos em 2012 e juntas correspondem a 8,42% do passivo total do clube neste ano. Também em 2012 foi o clube que apresentou o maior valor de processos com perdas possíveis, superando os R\$ 100 milhões. O mesmo aconteceu em 2013, porém, as contingências do clube reduziram seu valor em 5,46%.

Em relação ao total de contingências, o Palmeiras, desde 2014 é o clube com o maior valor de processos em discussão com perda possível, sendo que o valor aumentou 43,49% entre 2014 e 2016, de forma que no último ano analisado, o clube divulgou o maior valor de contingências entre os 16 clubes estudados no período de 2011 a 2016. Como as notas não apresentam muitas informações, não é possível identificar as causas deste crescimento.

Em geral, os maiores valores de contingências foram apresentados entre 2011 e 2013, exceto para o Palmeiras e seus processos não classificados. Em relação aos menores valores de contingências, foi identificado em geral após 2014, exceto para o Figueirense e as ações não classificadas e o Juventude e as questões trabalhistas, ambos em 2012.

4.1.3.2 Contingências: evolução e composição

A Tabela 12 apresenta a representatividade das contingências em relação ao passivo total dos clubes ao longo dos seis anos analisados.

Tabela 12: Representatividade das Contingências (Em milhares de reais).

Clube	Representatividade no Passivo Total						Média do Período	Taxa de Evolução	Principal Provisão
	2011	2012	2013	2014	2015	2016			
Atlético MG		4,69%	11,40%	3,71%	5,21%	9,21%	44.456	100,00%	Não classifica
Atlético PR					0,45%	0,61%	3.527	100,00%	Trabalhistas
Avaí					11,34%	25,19%	14.239	100,00%	Trabalhistas
Botafogo	2,89%	11,09%	10,56%	5,97%	5,73%	6,67%	66.341	64,53%	Cíveis
Corinthians		0,72%	0,67%	0,79%	0,48%	2,10%	15.978	100,00%	Não classifica
Coritiba		0,00%	0,91%	0,31%	3,97%	5,84%	7.008	100,00%	Não classifica
Criciúma		9,82%	7,60%	14,10%	13,67%	6,35%	3.069	100,00%	Trabalhistas
Figueirense	1,20%	1,86%	7,80%	7,22%	3,97%	4,54%	3.553	215,57%	Não classifica
Flamengo				4,74%	14,29%	48,75%	144.958	100,00%	Não classifica
Fluminense	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	88	-42,52%	Trabalhistas
Goiás	1,30%	19,02%	17,82%	19,88%	21,90%	20,42%	17.449	948,83%	Cíveis
Grêmio					2,13%	2,15%	10.335	100,00%	Não classifica
Internacional	0,17%	0,08%	0,05%	0,11%	1,56%	5,39%	6.696	4148,18%	Trabalhistas
Juventude	0,21%	0,01%	0,72%				144	-100,00%	Trabalhistas
Palmeiras				49,44%	43,96%	62,22%	250.034	100,00%	Não classifica
São Paulo			2,28%	2,89%	2,90%	18,41%	65.895	100,00%	Outras

Dos 16 clubes que apresentaram contingências em pelo menos um dos seis anos analisados, apenas o Juventude não o fez em 2016, o que resultou na redução total no período. Além deste, o Fluminense também teve o valor de suas contingências reduzidas em 2016 quando comparado com 2011 (42,52%). Os demais clubes apresentaram crescimento, sendo que aqueles em que a taxa de evolução foi 100% é porque em 2011 não foram identificadas contingências em suas notas.

O Palmeiras apresentou a maior média de contingências do período, sendo que nos três anos em que foram verificadas, elas representaram mais de 40% do passivo total do clube, sendo que em 2016 as contingências equivaliam a 62,22% das obrigações do clube. A menor média do período foi verificada para o Fluminense, sendo que a representatividade de suas contingências é inferior a 1% em todos os anos.

As contingências reportadas pelo Internacional foram as que mais cresceram no período, seguida das apresentadas pelo Goiás e Figueirense. Para estes clubes o percentual de crescimento foi superior a 100%. Além disso, os valores das ações de probabilidade de perda possível do Botafogo também cresceram no período.

Com relação as principais contingências pelos clubes, foi considerado a média por tipo de provisão apresentado, contudo, em sete dos 16 clubes que reportaram os processos, as

principais não apresentavam classificação. Além disso, quatro clubes reportaram contingências com representatividade em relação ao passivo superior a 20% em sete balanços.

De forma geral, parece haver uma tendência decrescente nos valores das contingências individuais dos clubes, todavia, como mais clubes tem evidenciado essa informação, os valores totais estão aumentando, conforme a Figura 9.

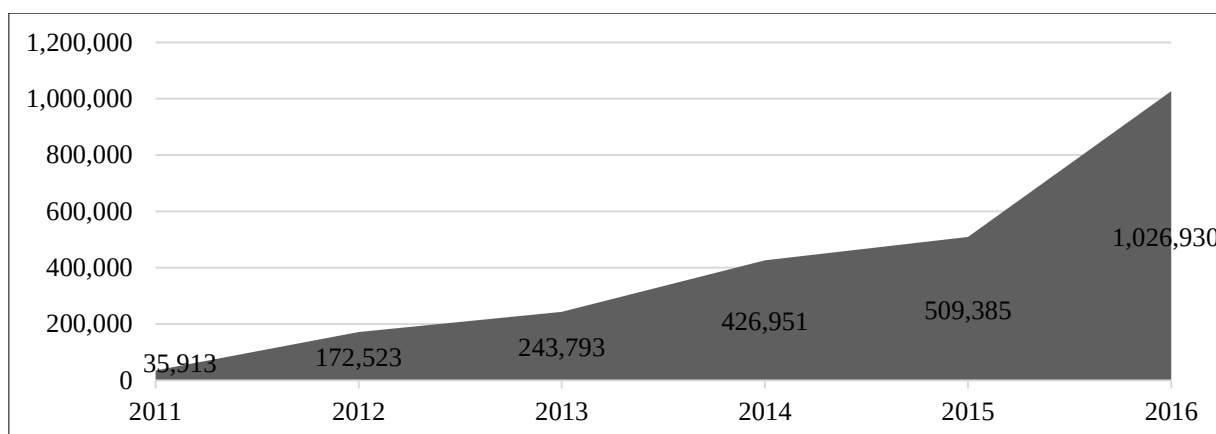


Figura 9: Evolução das contingências por ano (Em milhares de reais).

Entre 2011 e 2016 o aumento das contingências foi cerca de R\$ 991 milhões, o que representa um crescimento de quase 3000% no período, sendo que entre 2015 e 2016 o valor total das contingências dobrou. Entre 2015 e 2016 não houve variação no número de clubes que passaram a evidenciar as contingências em suas notas explicativas, apenas de valor.

Assim, entende-se que existem três possibilidades que justificam este aumento significativo no valor das contingências. A primeira delas é de que o número de processos tenha aumentado significativamente, afetando os valores das contingências. Também é plausível que o valor daqueles processos já mencionados em 2015 tenha sofrido acréscimos consideráveis e que tenham sido capazes de afetar o valor global das contingências. Além disso, provisões para contingências ou passivos contingentes podem ter mudado de probabilidade de ocorrência para possível, elevando os valores. Por fim, possível que estas três situações tenham acontecido em conjunto, porém, com a falta de informações acerca das contingências não é possível identificar o que tenha ocorrido de fato.

Ao longo dos seis anos, os clubes que apresentaram maior crescimento de contingências foram Internacional (4148%), Goiás (949%), São Paulo (666%), Coritiba (594%) e Flamengo (520%). As únicas entidades que apresentaram redução neste valor foram Criciúma (32%) e Grêmio (4%). Contudo, o único clube a extinguir as contingências foi o Juventude, que o fez

em 2014, sem qualquer menção sobre a mudança na probabilidade de ocorrência de possível para provável ou para remota, pois a nota não apresentava as movimentações.

Em relação ao Flamengo, o significativo aumento pode ser justificado, em partes, pela atualização sofrida por uma de suas contingências, que em 2013 era cerca de R\$ 38 milhões e, em 2015, o valor foi corrigido passando para próximo dos R\$ 100 milhões. O clube também atualizou esta contingência em 2016.

Por fim, cabe ressaltar ainda que o Corinthians apresentou, em 2012 valores de contingências idênticos aos das provisões naquele ano, sendo que as contingências trabalhistas somente apareceram nas notas de 2013. Além disso, da mesma forma que para as provisões, alguns clubes mantiveram os valores das contingências imutáveis por mais de um período, como nos casos de Botafogo, Figueirense, Flamengo e Goiás.

De forma geral, é importante ressaltar a falta de informações em notas explicativas sobre as contingências passivas. Não há detalhamento sobre a quantidade e os principais processos com perdas possíveis estimadas, além de não haver as movimentações acerca de novas estimativas ou baixas nestas contingências. Também importante ressaltar que as informações aparecem de forma generalizada e muitas vezes não é possível identificar se trata de uma provisão, contingência ou passivo contingente. Em alguns clubes há tantos valores na mesma nota que fica difícil discernir a que se referem.

Diferentemente do esperado para as provisões, é possível que as contingências continuem sem detalhamento, haja vista os dados observados que não apresentam perspectivas de melhora. Contudo, tende a aumentar o número de clubes que divulgam contingências. Portanto, é natural que informações de passivos contingentes sejam escassas, que em 2016 foi relatado apenas pelo Juventude.

A situação apresentada pode ser crítica à medida que os processos tenham a sentença final determinada e os clubes necessitem arcar com estas obrigações, ou em caso de mudança da probabilidade, aumentando ainda mais o valor do passivo. Ao incorporar as contingências ao passivo dos clubes, novamente o valor do patrimônio líquido agregado seria consumido pelas obrigações totais dos clubes, ficando mais uma vez negativo.

Desta forma, é necessária maior atenção aos processos judiciais aos quais os clubes estão submetidos, principalmente os de perda possível, pois, em primeiro momento, não afetam a sua estrutura de capital, mas, os valores são significativos a curto prazo e mudanças repentinas podem prejudicar ainda mais a saúde financeira destas entidades, que já estão passando por significantes crises. Portanto, é preciso que os clubes tratem destas ações com maior cautela e

acompanhem o desenvolvimento dos processos, atentando sempre para a mudança das probabilidades de ocorrência de perda.

4.1.4 Notas Explicativas

Entre 2011 e 2016 foram identificadas 898 notas explicativas, resultando em uma média de 149,67 notas por ano. Este resultado indica que, dentre os 120 conjuntos de demonstrações levantados, foram analisadas uma média de 7 notas sobre passivos por balanço apresentado. Todavia, houve uma defasagem de apresentação de notas de 38,08% em relação ao total de contas acerca das obrigações constantes no balanço patrimonial, onde foram identificadas 1.240 contas. A média de contas passivas apresentadas é de 10 por balanço.

A Tabela 13 apresenta as informações sobre as notas explicativas por clube ao longo dos anos analisados.

Tabela 13: Informações gerais por clube para notas explicativas.

Clube	TOTAIS		MÉDIAS		%	Principal Tema
	Nº NE	Nº Contas	Nº NE	Nº Contas		
América MG	42	69	7	12	61	Adiantamento Diversos
Atlético MG	24	64	4	11	38	Empréstimos
Atlético PR	41	50	7	8	82	Obrigações Trabalhistas e Sociais
Avaí	42	55	7	9	77	Tributos Parcelados
Botafogo	58	72	10	12	81	Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos
Corinthians	35	53	6	9	66	Empréstimos
Coritiba	54	60	9	10	91	Tributos Parcelados
Criciúma	33	64	6	11	52	Impostos e Contribuições Sociais a Recolher
Cruzeiro	36	67	6	11	54	Adiantamento Diversos
Figueirense	48	54	8	9	89	Obrigações Trabalhistas e Sociais
Flamengo	40	48	7	8	87	Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos
Fluminense	59	75	10	13	78	Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos
Goiás	41	64	7	11	64	Impostos e Contribuições Sociais a Recolher
Grêmio	50	67	8	11	75	Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos
Internacional	50	78	8	13	64	Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos
Juventude	47	60	8	10	78	Obrigações Trabalhistas e Sociais
Palmeiras	38	58	6	10	65	Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos
Ponte Preta	49	57	8	10	85	Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos
São Paulo	52	66	9	11	79	Adiantamento Diversos
Vasco	59	59	10	10	100	Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos

Legenda: NE - Nota Explicativa.

Somente o Vasco apresentou notas explicativas para todas as suas 11 contas do balanço. Cabe ressaltar que este clube dividiu as notas em circulante e não circulante, sendo que elas foram apresentadas para cara uma das contas destes grupos. Por vez, a menor relação encontrada entre notas explicativas e contas foi para o Atlético Mineiro. No período, o clube

apresentou uma média de 4 notas por ano para uma média de 10 de contas no balanço, ou seja, menos da metade das contas tinham detalhamento em notas.

Fluminense e Vasco foram os clubes que mais apresentaram notas explicativas no período, um total de 59, e Grêmio e Fluminense, com 78 e 78 contas, respectivamente. Ao contrário, verificou-se o menor número de notas totais foram apresentados por Criciúma (33) e o Atlético Mineiro (24). Além disso, Atlético Paranaense (50) e Flamengo (48) foram os clubes com o menor número de contas sobre passivos apresentadas nos Balanço Patrimoniais.

Exceto o Atlético Mineiro, todos os demais clubes apresentaram notas explicativas para pelo menos metade das contas passivas que exibiram nos balanços. Dentre os principais temas divulgados pelos clubes estão os classificados como “Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos”, sendo que 40% dos clubes apresentaram esta como a principal nota. Cabe salientar que Atlético Mineiro, Corinthians e Palmeiras apresentaram outros temas com frequência igual aos temas pontuados na Tabela 13.

A Figura 10 apresenta a evolução no número de notas e contas apresentadas no período.

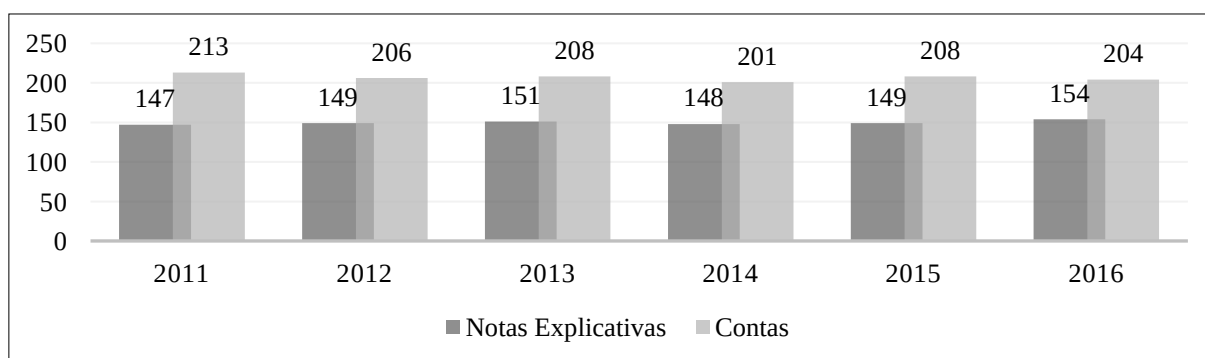


Figura 10: Evolução no número de notas e contas apresentadas pelos clubes.

Entre 2011 e 2016 houve uma redução de 4,22% no número de contas apresentados no balanço. Tal situação, se deve, em geral pela melhoria dos balanços quanto aos aspectos de apresentação. Inicialmente, era comum ver balanços com contas agregando informações similares que podiam se reagrupadas em uma única conta, contas com materialidade pequena. Isto foi diminuindo com o tempo, contudo, não quer dizer que alguns clubes ainda não as façam.

Concernente a isso, deve-se reforçar que, embora 2011 seja o ano em que os clubes apresentaram o maior número de contas, este também foi o ano com maior número de balanços reclassificados (Tabela 8). A reclassificação dos balanços pode ser uma justificativa para a redução no número de contas apresentadas nos balanços, pois também diminuiu no período.

Um fato a ser ressaltado é que os clubes passaram a agregar mais informações às contas elevando a materialidade dos valores a serem apresentados nos balanços.

É possível constatar a baixa variação no número de contas apresentados nos balanços a partir de 2012, a qual se manteve praticamente constante nos anos seguintes. O mesmo pode ser verificado para o número de notas explicativas apresentadas pelos clubes, que apresentaram crescimento inferior a 5% entre 2011 e 2016, sendo este o ano em que os clubes publicaram o maior número de notas sobre passivos.

Importante ressaltar que o aumento no número de notas explicativas divulgadas não denota aumento da qualidade, questão não avaliada neste estudo. Contudo, é de se esperar que as duas questões sejam alinhadas no longo prazo, haja vista que os clubes falham ao fornecer informações sobre passivos, como visto para as provisões, contingências e nos casos de saldos divergentes dos valores individuais apresentados nas notas.

A Tabela 14 apresenta a quantidade dos temas discutidos em notas por ano.

Tabela 14: Frequência dos temas discutidos em notas explicativas.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos	28	28	28	30	30	31	175
Empréstimos	22	21	22	21	21	19	126
Impostos e contribuições sociais a recolher	22	22	20	23	21	25	133
Obrigações trabalhistas e sociais	20	21	21	23	26	26	137
Contratos de imagem a pagar	9	10	10	12	12	11	64
Exigibilidades com outros clubes	6	7	7	7	6	8	41
Exigibilidades com federações/confederação	3	3	3	1	0	1	11
Exigibilidades com agentes	3	2	3	3	3	3	17
Tributos parcelados	22	23	23	19	20	23	130
Provisão para contingências	16	18	20	18	20	21	113
Adiantamento diversos	24	22	23	22	22	23	136
Receita antecipada	2	5	3	3	3	3	19
Transações com partes relacionadas	2	2	3	2	2	3	14
Total	179	184	186	184	186	197	1.116

Foram identificadas, dentre os 120 conjuntos de notas explicativas analisadas no período, 1.116 informações classificadas entre as 12 contas da Tabela 14. Embora se tenha avaliado as informações e as classificado como notas explicativas, o total ainda é inferior ao total de contas identificadas nos 120 balanços em 10%. Considerando que cada uma das 1.116 são uma nota, em média, os clubes apresentam 9 notas sobre passivos.

Foram divulgadas pelo menos uma nota por ano para cada uma das 12 contas, sendo que as informações classificadas como “Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos” foram as mais encontradas em todos os anos. O principal motivo para estes resultados é que esta conta engloba todos os valores que não se enquadram nas demais contas da Tabela 14, assim,

naturalmente, ao analisar as notas sobre passivos, serão encontradas informações dispersas que se classificam como tal.

Como o número de notas cresceu, similarmente o número de informações dispersos em diferentes notas também. A tendência é que essa dispersão reduza a partir dos balanços de 2017, pois os clubes deverão adotar, integralmente, os modelos de demonstrações estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicado às Entidades Desportivas. Assim, com a padronização dos balanços as notas explicativas tendem a ser padronizadas também.

Informações sobre as exigibilidades com agentes ou federações foram pouco encontradas em notas explicativas. Acredita-se que esses valores estejam agregados a outros e que não estão detalhados no texto. Em relação as dívidas com os agentes, entende-se que estes valores devem ser significativos à medida que os clubes fazem diversas transações de compra/venda de jogadores, no entanto, não estão detalhados em notas explicativas e não que os clubes não têm essas obrigações.

Já as dívidas com federações/confederações, notou-se que raramente os clubes mencionam valores devidos a eles e, ainda menos apresentam informações do que seriam as obrigações entre eles. Em alguns clubes era possível identificar que se tratavam de receitas antecipadas, de forma que estes valores foram realocados em “Adiantamentos Diversos”, se não fossem decorrentes de luvas.

Embora os valores de provisões e contingências tenham sido relevantes nos demonstrativos dos clubes, as notas explicativas sobre “Obrigações Trabalhistas e Sociais” não acompanham a apresentação. Algumas equipes apresentam informações sobre o tema em até três notas diferentes, como é o caso do Figueirense e Juventude em 2016, porém, outras se quer tem uma nota. Neste ano, foram três clubes que não apresentam nenhuma nota explicativa sobre o tema e cinco o fizeram em duas ocasiões.

Considerando que foi a principal conta quando verificados os valores excluídos as “Receitas Antecipadas” e “Adiantamentos Diversos”, “Tributos Parcelados” também apresentava informações dispersas em diferentes notas explicativas. O que se verificou para este grupo é que, por exemplo, para os parcelamentos decorrentes da Timemania e, em seguida, do PROFUT, os clubes tinham uma nota específica, porém, para os parcelamentos dos demais tributos, estes se encontravam junto com “Impostos e Contribuições Sociais” ou como outros parcelamentos. Salienta-se que classificar os tributos parcelados em decorrência do PROFUT separado dos demais parcelamentos seria interessante à medida que poderia acompanhar o efetivo pagamento da obrigação, exigindo uma nota explicativa em separado.

Como “Adiantamentos Diversos” englobou várias antecipações, exceto os provenientes de luvas, é natural que as informações sobre estes itens estejam dispersas entre as notas. Em alguns momentos, haviam duas ou três notas contemplando passivos provenientes de adiantamentos de contratos, sem que esses fossem a título de luvas.

A conta “Empréstimos” tem situação semelhante, pois em alguns casos os clubes dividiam ainda este valor com financiamentos ou de empréstimos com terceiros, o que denota o alto número de informações verificadas (126).

Uma constatação a ser ressaltada é que as informações mais encontradas em notas explicativas são as mesmas dos maiores valores de dívidas encontrados quando da análise de composição das obrigações de curto e longo prazo. Em geral, verifica-se que os clubes tendem a explicitar as informações de maior valor material.

Por fim, importante salientar que em alguns casos as notas explicativas não tinham a finalidade de explicar, mas sim mostrar que o clube tinha a nota. O observado é a falta clareza, consistência e padrão das notas, o que dificultou a padronização dos passivos e a classificação das notas de acordo com a proposta do estudo.

4.2 O PERFIL DA DÍVIDA DOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS

Os clubes de futebol brasileiro apresentam, anualmente, uma dívida média no valor de R\$485,2 milhões. A taxa anual de crescimento dos passivos totais é de 1,45%, sendo que as dívidas de curto prazo vêm sendo reduzidas anualmente em 1,96%, enquanto as de longo prazo aumentam 3,44%. Essa situação gerou um aumento nas dívidas totais de 7,47% no período. A média de dívida anual é de R\$ 9 bilhões.

A dívida dos clubes é composta, principalmente, por obrigações de longo prazo, que representam mais de 60% das obrigações totais dos clubes, as quais são formadas, principalmente, por obrigações fiscais e empréstimos, que juntas correspondem a quase 70% dos passivos não circulantes, quando excluídas as antecipações de receitas.

A dívida tributária, ainda que elevada, é decorrente, principalmente da adesão ao PROFUT, que parcelou as dívidas em 20 anos. Desta amostra, o Palmeiras é o único clube que não aderiu ao programa. O endividamento fiscal médio é de R\$ 127 milhões por balanço e de R\$ 2,55 bilhões anualmente, e vem apresentando redução anual de 1,01%.

Já a dívida de empréstimos é a que merece maior atenção, cresce significativamente ao longo dos anos, e nela estão incluídos juros, que dependendo das cláusulas contratuais, podem

prejudicar ainda mais as finanças dos clubes. O endividamento financeiro médio é de R\$ 73 milhões por balanço, enquanto que, anualmente, é de R\$ 1,48 bilhões. A taxa anual de crescimento é de 5,64%.

A Figura 11 apresenta o perfil da dívida dos clubes brasileiros.

Informações Gerais	• Dívida média: R\$ 485,2 milhões por balanço e R\$ 9 bilhões ao ano. • Crescimento das dívidas: 1,45% ao ano.
Financiamento	• Preponderantemente capitais de terceiros. • Proveniente de adiantamentos diversos.
Composição	• 63,30% das dívidas são classificadas no não circulante.
Passivo a Descoberto	• Um a cada dois balanços apresenta passivos totais superiores aos ativos dos clubes.
Principais Dívidas	• 70% das dívidas são obrprovenientes de obrigações fiscais e empréstimos, quando excluídas as antecipações.
Reclassificação ou Reapresentação	• Um a cada quatro balanços apresenta alterações nos passivos dos clubes quando apresentado em comparativo com o ano seguinte.
Provisões	• Representam, em média, 6,41% do passivo total dos clubes. • O crescimento médio é de 0,51% ao ano. • A média anual de provisões é de R\$ 33 milhões por clube. • As principais provisões são trabalhistas e cíveis
Contingências	• Representam, em média, 4,15% do passivo total dos clubes. • O crescimento médio é de 95% ao ano. • A média anual de contingências é de R\$ 35 milhões por clube. • As principais contingências são trabalhistas e cíveis
Notas Explicativas	• O número de notas é inferior em 38,08% o número de contas. • O número de notas cresce a uma taxa média anual de 0,93%. • Os principais temas discutidos envolvem os valores classificados como contas a pagar, fornecedores e credores diversos.

Figura 11: Perfil da dívida dos clubes de futebol brasileiros.

De modo geral, o passivo dos clubes de futebol brasileiro é composto, principalmente, por antecipações recebidas, obrigações tributárias, parceladas e correntes, e empréstimos. Juntas, estas dívidas representam mais de 70% do passivo total dos clubes.

A cada dois balanços verificados, um apresenta passivo a descoberto, situação crescente no cenário esportivo, sendo que nos últimos três anos mais da metade dos clubes tiveram esta situação identificada. Dos 20 clubes analisados, 12 divulgaram passivo a descoberto em pelo menos um balanço. Isso permite verificar que, preponderantemente, as equipes se financiam com recursos de terceiros sem qualquer restrição, com frequentes déficits apresentados.

Outra característica importante acerca dos passivos dos clubes é que a cada quatro balanços analisados, um apresenta reclassificação ou reapresentação quando verificado o balanço comparativo. Destes o maior número é de republicações, porém, ambas situações vêm se tornando menos frequente entre os clubes. É comum, ainda, o clube alterar valores no balanço comparativo sem comunicar reapresentação ou reclassificação de passivos.

Relatar provisões para contingências é comum nos clubes de futebol brasileiros e o número dessas contingências vem aumentando. Nem todos os clubes apresentem uma conta específica para tal ou afirmam ter processos com perdas prováveis. Também é crescente o número de notas que tratam do assunto, tornando-se de divulgação completa ao fim da série histórica analisada. Todavia, não é comum a divulgação do número de processos discutidos, mas classifica-los tem sido cada vez mais efetuado pelos clubes.

As principais provisões para contingências relatadas são as trabalhistas e cíveis, que tem R\$ 200 milhões e R\$ 180 milhões, respectivamente, como valor médio anual reportado pelos clubes. Estes dois tipos de provisões representam, em média, 3,93% do passivo total dos clubes, enquanto que o total de provisões identificado representa 6,41% das obrigações totais.

O valor global das provisões cresce a uma taxa média 0,51% por ano, contudo, desde 2013 apresenta redução. Os tipos que mais cresceram foram as trabalhistas e as cíveis, enquanto as tributárias e as provisões não classificadas apresentaram concomitante redução.

Acerca das contingências passivas o reporte em notas explicativas é crescente, contudo, menos da metade dos clubes o fazem. Não há menção da quantidade de processos com possibilidade de perda possível e a média R\$ 35 milhões por relato feito. Estas ações representam, em média, 4,15% do total das obrigações dos clubes e vem crescendo, em média, 95% ao ano. As contingências trabalhistas também são as mais significativas em valor, mas representam, em média, apenas 0,36% do passivo total dos clubes e menos de 10% do total dos

processos reportados com possibilidade de perda possível. Neste caso, as ações cíveis são mais significativas em valor, quase 16% do total das contingências.

Quanto as notas explicativas sobre passivos e contingências, elas são insuficientes para representar todas as contas do balanço, 38,08% das contas do balanço não possuem a respectiva nota explicativa. Em média, os clubes apresentam sete notas explicativas de cada dez contas relatadas no balanço. Além disso, enquanto o número de notas explicativas cresce 0,93% ao ano, o número de contas cai a uma taxa de 0,86% ao ano.

Em relação aos principais temas relacionados com os passivos, foi encontrado que os clubes tendem a divulgar mais informações sobre contas a pagar, fornecedores e credores diversos. Considerando cada informação encontrada como uma nota diferente, a média de notas explicativas apresentadas por clubes sobe para 9, mas ainda é inferior o número de contas do balanço.

4.3 IMPACTOS DA ADESÃO AO PROFUT

Dos 20 clubes analisados, apenas dois não foram encontradas informações em notas explicativas sobre a adesão ao PROFUT, Criciúma e Palmeiras. Além disso, todos os clubes que optaram por parcelar seus débitos com os Governo Federal, fizeram a opção em 2015, apresentando, nos demonstrativos do respectivo ano, as informações do parcelamento.

4.3.1 Achados gerais sobre o PROFUT

Dos 18 clubes que apresentavam, em notas explicativas, a adesão ao PROFUT em 2015, dois deles (América Mineiro e Cruzeiro) não apresentaram os valores devidos nem o quanto foi perdoado com a adesão. Ressalta-se que ambos os clubes tinham outros parcelamentos e a nota explicativa para tributos parcelados apresentava o valor global, não sendo possível determinar qual o valor de fato do PROFUT para eles.

Dos 18 clubes que apresentavam, em notas explicativas, a adesão ao PROFUT em 2015, dois deles (América Mineiro e Cruzeiro) não apresentaram os valores devidos nem o quanto foi perdoado com a adesão. Ressalta-se que ambos os clubes tinham outros parcelamentos e a nota explicativa para tributos parcelados apresentava o valor global, não sendo possível determinar qual o valor de fato do PROFUT para eles.

A Tabela 15 apresenta as informações sobre o PROFUT por clubes.

Tabela 15: Informações gerais sobre o PROFUT por clubes (Em milhares de reais).

Clubes	Valor Total	2015			2016		Variação no Período
		Dívida PROFUT	Valor Perdão	% Passivo Total	Dívida PROFUT	% Passivo Total	
Atlético MG	28.881		28.881				
Atlético PR	12.594	12.594		1.96%	11.142	1.61%	-11.53%
Avai	25.080	25.080		33.55%	25.975	32.71%	3.57%
Botafogo	441.474	284.452	157.022	33.38%	265.360	33.34%	-6.71%
Corinthians	195.981	195.981		12.42%	201.560	10.93%	2.85%
Coritiba	115.635	93.513	22.121	36.51%	95.316	37.40%	1.93%
Figueirense	18.242	18.242		22.54%	17.636	23.61%	-3.32%
Flamengo	371.990	273.959	98.031	36.47%	265.647	45.91%	-3.03%
Fluminense	237.141	174.081	63.060	33.09%	181.560	31.55%	4.30%
Goiás	25.067	25.067		31.52%	24.114	28.83%	-3.80%
Grêmio	121.881	78.377	43.504	15.84%	81.355	17.23%	3.80%
Internacional	141.559	91.007	50.553	18.93%	91.169	15.94%	0.18%
Juventude	20.731	20.731		46.01%	20.193	39.41%	-2.60%
Ponte Preta	21.945	21.945		13.76%	20.154	13.79%	-8.16%
São Paulo	88.439	88.439		8.53%	89.284	9.16%	0.96%
Vasco	248.458	126.628	121.830	20.36%	116.203	20.78%	-8.23%
Total	2.115.097	1.530.095	585.002	16.22%	1.506.668	15.81%	-1.53%

Dos 18 clubes que apresentavam, em notas explicativas, a adesão ao PROFUT em 2015, dois deles (América Mineiro e Cruzeiro) não apresentaram os valores devidos nem o quanto foi perdoado com a adesão. Ressalta-se que ambos os clubes tinham outros parcelamentos e a nota explicativa para tributos parcelados apresentava o valor global, não sendo possível determinar qual o valor de fato do PROFUT para eles.

O Atlético Mineiro foi o único clube que apresentou o valor que foi perdoado pelo Governo. Por outro lado, sete clubes não o fizeram, apresentando somente o valor da dívida. Logo, metade dos clubes apresentou as duas informações. O valor médio da dívida total entre os 16 clubes foi de R\$ 132 milhões. Foram perdoados, para os clubes nesta amostra, considerando as informações encontradas, mais de R\$ 500 milhões de reais em 2016, o que representa 27,65% da dívida total do PROFUT.

Apesar de Botafogo (R\$ 441 milhões) e Flamengo (R\$ 371 milhões) serem os clubes com a maior dívida total, o Flamengo é o terceiro clube com o perdão mais alto apresentado (R\$ 98 milhões), atrás de Botafogo (R\$ 157 milhões) e Vasco (R\$ 121 milhões). Foram cinco os clubes que apresentaram parcelamento, em 2015, superior a R\$ 100 milhões, os quatro cariocas mais o Corinthians. A mesma situação foi verificada para 2016.

Em relação a proporção da dívida em relação ao passivo total, em 2015 ela representava 46,01% do passivo do Juventude, enquanto que em 2016, o Flamengo viu suas obrigações serem representadas por 45,91% dos valores do parcelamento do PROFUT. Metade dos clubes apresentaram redução no valor do parcelamento, sendo a mais significativa para o Atlético

Paranaense, que viu sua dívida diminuir em 11,53% entre 2015 e 2016. Já em relação aos outros oito clubes nenhum deles apresentou crescimento do valor parcelado superior a 5%, sendo que a maior evolução foi observada pelo Fluminense, que teve aumento em 4,30% no valor do PROFUT.

Cabe salientar que as informações contidas em notas sobre o PROFUT, em geral, são semelhantes entre os clubes. Eles pontuam qual foi a lei que instituiu o parcelamento, quando os clubes aderiram, que tipos de perdão tiveram (apresentavam os percentuais, nem sempre os valores) e o que devem cumprir para continuar tendo o direito de parcelar os débitos. Em alguns clubes, a nota explicativa aparenta ser um resumo da Lei 13.155/15.

4.3.2 Teste de diferença de médias

Inicialmente foi realizado o *Two-sample Wilcoxon rank-sum (Mann-Whitney) test* para passivos, provisões e contingências. Os resultados são apresentados na Tabela 16.

Tabela 16: Resultados do *Two-sample Wilcoxon rank-sum (Mann-Whitney) test*.

Endividamento Geral				Passivo Total			
profut	obs	rank sum	expected	profut	obs	rank sum	expected
não	84	4.830	5.082	não	84	4.999	5.082
sim	36	2.430	2.178	sim	36	2.261	2.178
combined	120	7.260	7.260	combined	120	7.260	7.260
unadjusted variance				unadjusted variance			
adjustment for ties				adjustment for ties			
adjusted variance				adjusted variance			
Ho: eg(profut==0) = eg(profut==1)				Ho: pt(profut==0) = pt(profut==1)			
z = -1,443				z = -0,475			
Prob > z = 0,1490				Prob > z = 0,6346			
Provisões				Contingências			
profut	obs	rank sum	expected	profut	obs	rank sum	expected
não	77	4.125	4.312	não	42	1.315	1.449
sim	34	2.091	1.904	sim	26	1.031	897
combined	111	6.216	6.216	combined	68	2.346	2.346
unadjusted variance				unadjusted variance			
adjustment for ties				adjustment for ties			
adjusted variance				adjusted variance			
Ho: prov(profut==0) = prov(profut==1)				Ho: cont(profut==0) = cont(profut==1)			
z = -1,196				z = -1,691			
Prob > z = 0,2316				Prob > z = 0,0908			

Com a *Prob > z* superior a 0,05 para os quatro cenários, os resultados apresentados na Tabela 16 permitem não rejeitar a hipótese nula de que as distribuições são simétricas,

indicando, a um nível de significância de 5%, não sendo possível afirmar que o PROFUT teve efeitos nos respectivos valores.

Ainda que Capelo (2016) e Pereira (2016) mencionem que a adesão ao PROFUT fez com que os clubes apresentassem um endividamento maior, por computarem dívidas antes não registradas no passivo, estas informações não podem ser sustentadas nesta pesquisa. Este estudo não procura apresentar o PROFUT como variável explicativa das mudanças no passivo total, nem se haviam omissões de dívidas antes do parcelamento, mas apenas identificar possível diferença significativa quando do evento, ou seja, que as dívidas presentes e futuras foram impactadas pela adesão ao programa. Contudo, as evidências significativas suportam o contrário.

Cabe salientar que, quando observado o comportamento das obrigações totais dos clubes (seção 4.1.1.2), verificou-se que entre 2014 e 2015 houve uma redução de 5,66% no valor total dos passivos, onde foi identificado também, decréscimo no endividamento fiscal, sendo 41,11% em “Impostos e Contribuições Sociais” e 5,91% em “Tributos Parcelados”. Além disso, o valor total das contingências reduziu aproximadamente 31% entre 2014 e 2015. Neste mesmo período, as contingências foram as únicas a apresentarem crescimento (19,31%), todavia, as classificadas como tributárias diminuíram em 98,34%.

Assim, estes resultados preliminares davam indícios de que os passivos, provisões e contingências e o endividamento poderiam ter sido afetados pela adesão ao PROFUT. Ainda que não se possa afirmar estatisticamente que este evento impactou significativamente nestes valores, ressalta-se que foram perdoados mais de R\$ 500 milhões em dívidas no período, o que pode ser justificativa para as reduções apresentadas, principalmente para as contingências tributárias.

De modo geral, a redução nos impostos pode ser resultado do parcelamento, quando os valores devidos foram reclassificados para a conta adequada. Já a redução dos valores parcelados pode ser decorrente do perdão de parte das obrigações. Assim, é possível que os resultados do teste tenham sido impactados pelo tamanho da amostra utilizada, mas também, pela diferença número de períodos pós-adesão inferior ao pré-adesão analisados.

4.4 TORCIDA, LOCALIZAÇÃO E SÉRIE

Os resultados dos testes de diferença entre duas amostras para as variáveis endividamento, passivo total, contingências e provisões, em relação a torcida, localização e série estão apresentados na Tabela 17.

Tabela 17: Resultados do teste de Wilcoxon.

	Endividamento Geral	Passivo Total
Série A	Ho: eg(seriea==0) = eg(seriea==1) z = -1.057 Prob > z = 0.2903	Ho: pt(seriea==0) = pt(seriea==1) z = -5.520 Prob > z = 0.0000
Região	Ho: eg(reg==0) = eg(reg==1) z = -1.968 Prob > z = 0.0491	Ho: pt(reg==0) = pt(reg==1) z = -6.747 Prob > z = 0.0000
Torcida	Ho: eg(medtorc==0) = eg(medtorc==1) z = 0.216 Prob > z = 0.8291	Ho: pt(medtorc==0) = pt(medtorc==1) z = -5.646 Prob > z = 0.0000
	Provisões	Contingências
Série A	Ho: prov(seriea==0) = prov(seriea==1) z = -4.028 Prob > z = 0.0001	Ho: cont(seriea==0) = cont(seriea==1) z = -1.593 Prob > z = 0.1112
Região	Ho: prov(reg==0) = prov(reg==1) z = -2.704 Prob > z = 0.0068	Ho: cont(reg==0) = cont(reg==1) z = -3.993 Prob > z = 0.0001
Torcida	Ho: prov(medtorc==0) = prov(medtorc==1) z = -2.340 Prob > z = 0.0193	Ho: cont(medtorc==0) = cont(medtorc==1) z = -2.697 Prob > z = 0.0070

De fora geral, todas as hipóteses testadas para o passivo total e provisões foram rejeitadas, identificando que suas distribuições e a das variáveis série A, região e torcida são diferentes. 20 dos clubes brasileiros participaram 91 vezes na série A nos seis anos e os resultados da Tabela 17 demonstram que existem diferenças significativas entre os valores dos passivos e das provisões dos clubes da série A em relação ao dos clubes da série B, ainda que quatro eles tenham apresentado valores superiores a medianas, ao contrário dos clubes da série A, onde 56 estavam acima da mediana.

Quanto a localização do clube, das 20 equipes da amostra, 11 estão localizadas na Região Sudeste do Brasil, uma no Centro-Oeste e oi na Região Sul. Para endividamento geral, passivos, provisões e contingências, foi identificado que existem diferenças significativas para os valores entre os clubes pertencentes a Região Sudeste e as demais. Com relação a torcida, somente para o endividamento geral não foram verificadas diferenças nas distribuições,

rejeitando-se a hipótese nula de que as distribuições entre as amostras são simétricas para passivo, provisões e contingências.

A Tabela 18 apresenta a análise de correlação entre as variáveis.

Tabela 18: Resultados da análise de correlação.

	EG	PT	PROV	CONT	PROFUT	SERIEA	REG	TORC
EG	1,0000							
PT	0,1246	1,0000						
PROV	0,6467	0,3154	1,0000					
CONT	0,1378	0,1762	0,2376	1,0000				
PROFUT	-0,0040	0,0895	-0,0612	0,0350	1,0000			
SERIEA	-0,0816	0,4150	0,1731	0,1780	0,1261	1,0000		
REG	0,2012	0,7509	0,3922	0,4615	-0,0143	0,3592	1,0000	
TORC	-0,3233	0,5323	-0,1011	0,3260	0,1782	0,3992	0,4380	1,0000

Com os resultados da análise de correlação foi constatado que nenhuma das correlações foi alta, contudo, algumas situações devem ser mencionadas. O primeiro ponto é que a correlação, mesmo que inferior a 0,10, demonstra que o participar da série A pode reduzir o endividamento, o que contraria Dantas et. al (2017), que identificaram que o endividamento é maior para clubes da primeira divisão. Por outro lado, Barajas e Rodríguez (2010) corrobora ao pontuarem que os clubes da primeira divisão do Campeonato Espanhol eram menos endividados que os da Série B.

Também chama a atenção da relação negativa entre a torcida e o endividamento. Como a torcida foi operacionalizada com a média de público nos estádios, clubes com as maiores médias tendem a auferir mais receitas com bilheteria, o que geraria mais caixa e aumentaria a liquidez, impactando no endividamento. Desta forma, quanto maior a média, menor seria o endividamento.

Por outro, a correlação superior a 0,50 entre torcida e o passivo total também é interessante. Da mesma forma, a operacionalização da variável torcida pode afetar o resultado. Como a média de público reflete a torcida que frequenta o estádio, é natural que os torcedores que vão aos jogos tenham maior cobrança sobre a gestão, principalmente, quanto a formação de elenco. Assim, quanto maior a torcida no estádio, maior tende a ser a pressão sofrida pelos dirigentes e isso pode estar relacionado às dívidas à medida que os clubes gastem mais para contratar mais e melhores jogadores. Dantas et al. (2017) identificaram que a popularidade dos clubes está associada as suas taxas de endividamento, sendo o resultado constatado neste estudo.

Todavia, a correlação mais alta identificada foi entre a variável região e o passivo total dos clubes. Os resultados indicam que os clubes que estão localizados na Região Sudeste do

Brasil tendem a um passivo mais elevado que os das demais regiões. A Figura 12 evidencia esta relação.

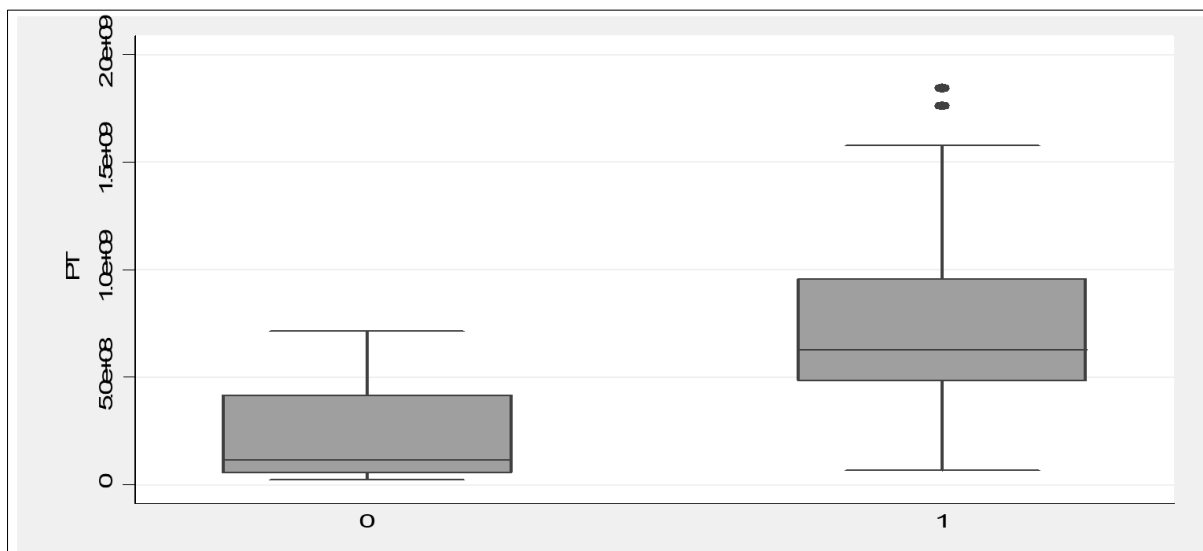


Figura 12: Distribuição do passivo total versus localização.

A Figura 12 demonstra que o passivo total dos clubes da Região Sudeste é superior ao das demais regiões, sendo que a dívida total destes é inferior a mediana dos clubes do Sudeste do Brasil, os quais ainda possuem dois *outliers*, os dados do Corinthians em 2012 e 2016. Cabe salientar que na região Sudeste, dentre os 20 clubes estudados aqui, estão sete dos 12 maiores times com as maiores torcidas do país (DANTAS et al., 2017). Os autores encontraram que ser um dos 12 maiores clubes do Brasil está associado ao aumento das dívidas.

4.5 INFORMAÇÕES POR CLUBE

Oito clubes apresentaram decréscimo das dívidas em 2016, quando comparadas aos valores de 2011. Dentre eles, o Flamengo foi o clube que teve a maior taxa de redução do período, devido, principalmente, ao decréscimo verificado em “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher”, ainda a principal redução verificada tenha sido para a conta “Receitas Antecipadas”. Cabe salientar que esta conta apresentava valores identificados relativos a apenas em 2011.

Foram identificados 12 clubes com aumento da dívida no período, chama-se a atenção para as dívidas do Atlético Paranaense que mais que dobraram o valor entre 2011 e 2016. Tal fato decorre do aumento dos empréstimos contraídos no período. O clube apresenta seus balanços consolidados, de forma que os valores de empréstimos que ocasionaram o aumento

significativo da dívida são provenientes das controladas do clube e se referem, em sua maioria, a financiamentos contratos em fundo de desenvolvimento. O clube não divulga a finalidade do financiamento, mas supõe-se que esteja relacionado às obras na Arena da Baixada, seu estádio.

A Tabela 19 apresenta o resumo das informações gerais por clube.

Tabela 19: Resumo das informações por clube.

	Variação do PT	Principal Conta	Principal Aumento	Principal Redução	Passivo a Descoberto	Parecer de Auditoria	Reclassificação ou Reapresentação	Série A
América MG	12.43%	TP	EMP	ICSR	0	0	0	2
Atlético MG	10.38%	ICSR	EC	TP	0	4	1	6
Atlético PR	212.77%	AD	EMP	EFC	0	0	1	5
Avaí	51.04%	TP	EMP	ICSR	2	5	1	2
Botafogo	-28.84%	TP	OTS	TPR	6	2	3	5
Corinthians	89.88%	AD	TP	ICSR	2	0	1	6
Coritiba	28.74%	TP	PPC	ICSR	3	4	1	6
Criciúma	14.90%	EMP	CIP	TP	0	1	2	2
Cruzeiro	52.39%	AD	TP	ICSR	0	0	1	6
Figueirense	-16.77%	TP	PPC	AD	5	4	1	5
Flamengo	-50.58%	TP	PPC	RA	5	6	4	6
Fluminense	-5.19%	TP	CIP	EFC	6	3	2	6
Goiás	-32.99%	RA	TP	EMP	6	6	0	3
Grêmio	52.14%	CPF	CPF	AD	4	6	0	6
Internacional	37.09%	TP	EMP	EOC	0	5	2	6
Juventude	39.48%	ICSR	EMP	ICSR	0	6	1	0
Palmeiras	-38.97%	AD	PPC	AD	6	4	1	5
Ponte Preta	-6.61%	CPF	AD	PPC	1	6	0	4
São Paulo	17.18%	AD	EA	EMP	0	0	1	6
Vasco	-22.32%	TP	EFC	AD	6	5	3	4
Total					52	67	26	91

Legenda: AD – Adiantamentos Diversos; CPF – Contas a Pagar/Fornecedores/Credores Diversos; EA – Exigibilidades com Agentes; EFC – Exigibilidades com Federações/Confederação; EMP – Empréstimos; EOC – Exigibilidades com Clubes; ICSR – Impostos e Contribuições Sociais a Recolher; OTS – Obrigações Trabalhistas e Sociais; PPC – Provisão para Contingências; RA – Receitas Antecipadas; TP – Tributos Parcelados; TPR – Transações com Partes Relacionadas.

Considerando a média da conta no período, 45% dos clubes apresentaram como maiores médias os valores classificados como “Tributos Parcelados”, seguida de “Adiantamentos Diversos” como a maior média para 25% das equipes. Por vez, seis clubes apresentaram as maiores reduções na conta “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher”. Estas situações podem estar relacionadas com o PROFUT, ainda que não tenha sido verificada significância quando analisado o impacto deste evento no endividamento.

Em relação as contas que apresentaram maior crescimento, 40% dos clubes tiveram identificados como maior aumento no período os valores verificados na conta “Empréstimo”, seguido de quatro clubes com maior crescimento identificado em “Provisões para Contingências”. Cabe ressaltar que não foi observado para nenhum dos 20 clubes que a

principal conta tenha sido a que mais aumentou no período. Por vez, para Juventude e Palmeiras, ainda que as contas “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher” e “Adiantamento Diversos”, respectivamente, tenham apresentado maior média do período, também foram consideradas as contas em que os saldos mais reduziram entre 2011 e 2016.

Ainda que 68 balanços tenham apresentado passivo a descoberto, apenas 26 pareceres de auditoria apresentaram alguma questão acerca das obrigações dos clubes. Destes, o Flamengo foi o único clube a apresentar relatório com opinião adversa, devido, dentre todos os fundamentos para a opinião a não constituição ou atualização de provisões e contingências, bem como a respeito dos saldos das contas dos passivos. Além disso, o relatório ainda apresentou ênfase sobre o passivo a descoberto do clube naquele ano.

O clube ainda apresentou um parecer com ressalva, sendo que um dos fatores apresentados era problemas relacionados as contingências. Além disso, foi ainda apresentado um relatório com ênfase sobre a continuidade operacional e três que mencionavam este tema em conjunto com o passivo a descoberto. O Flamengo foi um dos clubes a apresentarem todos os relatórios ressalvados ou com ênfase sobre passivos, sendo que apresentou cinco balanços com passivo a descoberto e quatro reclassificações ou reapresentações.

Dos quatro clubes que não apresentaram parecer de auditoria com alguma notação sobre passivos ou continuidade operacional, o Corinthians teve dois balanços com patrimônio líquido a descoberto, contudo, tal fato não foi mencionado no parecer. Ao contrário, o Goiás teve seis balanços com passivos a descoberto, mas também todos os pareceres com alguma ressalva ou ênfase. O Vasco apresentou um parecer com ressalva sobre provisões e cinco com ênfases, sendo quatro sobre passivos diversos e continuidade operacional, e um com continuidade operacional e passivo a descoberto, tendo seis balanços com passivo a descoberto. Contudo, o clube não apresentou parecer de auditoria em 2011.

O Goiás apresentou quatro pareceres ressalvados, decorrentes, principalmente, de problemas com antecipações e contingências. Os outros dois enfatizavam a descontinuidade operacional. Em relação ao Juventude, o clube teve dois pareceres com ênfase sobre a falta de pagamento do parcelamento da Timemania. Entre os principais temas ressalvados ou enfatizados, estão continuidade operacional, passivo a descoberto e contingências.

Sobre as reclassificações ou reapresentações, os clubes que mais tiveram esta situação identificada foram Flamengo (4), Botafogo (3) e Vasco (3). Além disso, foram quatro os clubes sem nenhum tipo de reclassificação ou reapresentação, contudo, destes, somente o América Mineiro não teve passivo a descoberto e parecer ressalvado no período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do aumento da dívida dos clubes de futebol brasileiro e considerando que estes valores podem ainda ser ainda maiores, visto que alguns valores podem não estão totalmente computados nos passivos das entidades, este estudo teve como objetivo descrever o perfil da dívida dos clubes de futebol brasileiro.

Foram selecionados os 40 clubes participantes das Séries A e B do Campeonato Brasileiro de 2017, que representa mais de 70% dos maiores times do Brasil, de acordo com o *Ranking* de Clubes da CBF. Foram estudados os clubes que apresentaram, no período de 2011 a 2016, o conjunto completo de demonstrações contábeis.

Os passivos dos clubes foram padronizados com objetivo de tornar a análise unificada. Para tanto, foram reclassificados conforme o Manual de Contabilidade Aplicado as Entidades Esportivas, lançado pela APFUT (2017), contemplando 12 diferentes contas para este grupo. Com detalhamento das informações sobre passivos e contingências e suas respectivas notas, foi possível descrever o perfil da dívida dos clubes de futebol brasileiros.

Identificou-se que o endividamento dos clubes de futebol brasileiros cresce ao longo dos anos, embora oito clubes tenham apresentado redução da dívida, para 12 deles o valor dos passivos cresceu. O maior aumento (212,77%) foi verificado para o Atlético Paranaense. Os resultados indicam que os clubes não conseguem se sustentar com recursos próprios e necessitam, frequentemente, captar recursos com terceiros e estes, geralmente, vêm de empréstimos ou por meio de benefícios do Governo, como aconteceu com o PROFUT. O perdão de parte dos juros, multas e encargos do PROFUT pode ser o fator explicativo da redução do endividamento fiscal em 4,97% no período.

Apenas sete clubes, dos 18 que afirmaram ter refinanciado as dívidas, apresentaram o valor perdoado, totalizando R\$ 485 milhões em 2015. Assim, este valor tende a ser maior pois os demais clubes apenas afirmavam que parte das dívidas foi perdoada, mas não o montante. 16 clubes apresentaram o valor da dívida refinanciada em 2015, sendo esta superior a pouco mais um milhão e meio de reais. Em 2016, o valor das dívidas parceladas reduziu em 1,53%, ainda que estes valores sejam atualizados monetariamente, e pode indicar que os clubes estão realizando o efetivo pagamento das parcelas.

Tanto o endividamento operacional como o financeiro cresceram, 7,80% e 31,54%, respectivamente. O número de balanços com passivo a descoberto é superior a 50% desde 2014, e dos 120 balanços analisados, 52 podem ser considerados com o passivo a descoberto. Além

de utilizar praticamente recursos de terceiros como um todo, os clubes têm se financiado a longo prazo e viram, nos últimos seis anos, o valor de empréstimos e tributos parcelados crescerem.

No entanto, a dívida proveniente de empréstimos é a mais crítica pois junto com ela vêm os juros e estes, se elevados, podem acarretar em falta de pagamento dos clubes. Ainda que a maior parte esteja concentrada no longo prazo, seria positivo devido ao maior tempo para que os clubes pudessem gerar recursos para a liquidá-las, porém, torna-se relevante à medida que a representatividade do patrimônio líquido tem diminuído e passivos a descobertos são mais frequentes. O que se vê são dívidas contraídas para liquidar outras obrigações que vão se acumulando e reduzindo a capacidade dos clubes de fazer investimento, e podem acarretar em insustentabilidade financeira, para aqueles que ainda não se encontram nesta situação.

O crescimento dos passivos também é verificado para as provisões e contingências. As provisões que os clubes mais divulgam são as trabalhistas e cíveis, ambas foram as mais verificadas quando da análise das contingências. O valor total dos processos com perdas prováveis cresceu até 2013 e desde então vem reduzindo.

Ao longo dos anos, mais clubes passaram a divulgar provisões e contingências, bem como fazer sua classificação. Em geral, sempre que o clube tinha a conta “Provisões para Contingências” no balanço patrimonial, apresentava uma respectiva nota. Verificou-se, ainda, que com o passar dos anos, mais informações são detalhadas em nota.

Ao contrário do verificado para as provisões, embora o número de clubes reportando contingências tenha aumentado – 17 em 2016 contra seis em 2011, o número de informações divulgadas não. Pelo contrário, no início do período, por exemplo, era mais comum encontrar processos de perda possível classificados entre um dos tipos apresentados na pesquisa, isso reduziu quando analisados os dados de 2016. Foram oito contingências não classificadas em 2016 contra uma em 2011. Ao contrário, verificou-se que as informações sobre provisões divulgados pelos clubes vem crescendo ao longo dos anos.

Em relação as notas explicativas, identificou-se um crescimento no total de notas apresentadas pelos clubes, bem como melhoria da relação entre o número de contas no balanço patrimonial e as respectivas notas. Verificou-se uma relativa dispersão de assuntos semelhantes por diferentes notas explicativas. Espera-se que esta situação seja minimizada a partir dos balanços de 2017, que já devem ser apresentados no padrão da APFUT (2017).

Embora os resultados mostrem uma situação deficitária para os clubes, há quem tenha perspectivas de melhoria para a situação nos próximos anos. Dantas, Machado e Macedo (2015) e Dantas, Macedo e Machado (2016), acreditam que o PROFUT será capaz de melhorar esta

situação, pois os clubes passarão a ter uma gestão mais profissional para conseguirem cumprir as obrigações estipuladas pelo programa e, principalmente, liquidar o parcelamento dos tributos realizados.

Contudo, este estudo verificou que, mesmo com os benefícios do PROFUT, o valor do passivo total dos 20 clubes cresceu desde a adesão ao programa, ainda que uma taxa de 1% entre 2015 e 2016. Ainda que existam evidências de uma possível interferência no PROFUT no valor dos passivos, provisões e contingências, os testes de diferenças em amostras pareadas não permitiram rejeitar a hipótese de que havia diferença entre as distribuições dos períodos pré e pós-adesão, indicando que os impactos da adesão ao PROFUT não foram significativos neste estudo.

Verificou-se, ainda, que os passivos totais estão relacionados, positivamente, com a localização do clube, sendo a mesma relação constata para a torcida. Por vez, a mesma torcida é relacionada inversamente com o endividamento geral dos clubes. Foi constatado ainda que a participar da série A, ser da região Sudeste e ter as maiores médias de torcida afeta no passivo total e contingências dos clubes.

No tocante as limitações, tem-se a falta do conjunto completo das Demonstrações Financeiras relativa ao período estudado, o que reduziu a amostra analisada e impediu uma análise que abarcasse um número maior de clubes. Ressalta-se, também a falta de clareza das notas explicativas que muitas vezes dificultou o entendimento quando da padronização das contas e atribuiu subjetividade julgamento para que elas fossem realocadas da melhor forma possível. Tal situação exige que os resultados sejam generalizados com cuidado.

Contudo, Barajas e Rodríguez (2010) pontuam que, ainda que a qualidade das informações divulgadas pelos clubes seja contestada, é melhor estudar com o que sem disponível do que ficar sem entender como funciona o negócio futebol. De forma geral, a situação verificada neste estudo é preocupante, principalmente em função das evidências de que as dívidas computadas são menos do que as efetivamente devidas (CAPELO, 2016; NIERO, 2017).

Além disso, o aumento significativo das contingências e do número de clubes relatando provisões, também deve ser considerado ao avaliar o endividamento dos clubes. A situação é inquietante pois, cada dia mais notícias da Receita Federal notificando os clubes sobre dívidas de impostos (CAPELO, 2017b), da Justiça do Trabalho sobre o aumento do número de processos trabalhistas (MUNDIM, 2017) e títulos protestados em cartórios são frequentes

(GARCIA, 2018). Como tal, reforçam que a dívida pode aumentar consideravelmente nos próximos anos.

O que se conclui é que no Brasil o setor do futebol é parece ser insustentável, visto que o que se denota, não é pelo esporte em si, mas pela forma como é gerido. O que faz a situação ser próxima aquelas apresentadas pelo futebol em outros países alguns anos atrás, como na Espanha (BARAJAS; RODRÍGUEZ, 2010). Segundo Rezende e Dalmácio (2015) a difícil situação econômico-financeira em que os clubes brasileiros se encontram, se deve, em suma, pela falta de mecanismos de gestão e controle.

Diante deste contexto, este estudo deixa como contribuições a identificação dos passivos que mais influenciam no endividamento dos clubes brasileiros e detalhando quais necessitam mais atenção devido aos impactos futuros, como no caso dos empréstimos e os juros. Contribui também à medida que visa endossar a discussão sobre a dívida dos clubes de futebol brasileiros, objetivando a melhoria da situação econômico-financeira, preenchendo as evidentes lacunas da literatura acerca do endividamento em clubes de futebol.

Este estudo deixa como sugestões para pesquisas futuras, a análise da insolvência destes clubes, bem como o comparativo com outras amostras. Necessário também avaliar uma amostra maior de clubes brasileiros por mais períodos ou, um número menor de anos, que compreenda mais equipes.

Sugere-se, também, estudar os motivos da reclassificação ou reapresentação dos balanços dos clubes, principalmente no que tange as questões acerca dos passivos das entidades. Também se torna importante o estudo da qualidade das notas explicativas como um todo e a identificação de um padrão de divulgação ou o detalhamento das provisões e contingências as quais estes clubes estão envolvidos, identificando os processos.

Fica como sugestão também analisar os pareceres de auditoria dos clubes acerca de ressalvas relacionadas aos passivos a descoberto ou sobre a situação dos passivos dos clubes. Além disso, sugere-se que sejam estudadas as variáveis divisão, torcida e região para verificar quais são capazes de explicar as dívidas dos clubes de futebol brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALVITO, M. Our piece of the pie: Brazilian football and globalization. **Soccer & Society**, v. 8, n. 4, p. 524-544, 2007.
- AMBRÓSIO, M. A.; DANIEL, P.; ARAGAKI, C. **Valor da marca dos clubes brasileiros: finanças dos clubes**. 10. ed. BDO Publicações, 2017.
- AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL (APFUT). **Manual de Contabilidade para Entidades Desportivas**. Brasília: 2017. 54 p.
- BÁCS, É. B; NAGY, Z. I. The organizational adaptation of football enterprises. **Economic Science Series**, v. 23, n. 1, p. 1173-1183, 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Calculadora do Cidadão**. 2018. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 17. Jan. 2018.
- BARAJAS, A.; RODRÍGUEZ, P. Spanish football clubs' finances: crisis and player salaries. **International Journal of Sport Finance**, v. 5, n. 1, p. 52-66, 2010.
- BEECH, J.; HORSMAN, S.; MAGRAW, J. Insolvency events among English football clubs. **International Journal of Sports Marketing and Sponsorship**, v. 11, n. 3, p. 236-249, 2010.
- BRANDÃO, A. R. **O endividamento dos clubes de futebol no Brasil**. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Administração e Empresas, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.
- BRASIL. Lei nº. 8.672, de 6 de junho de 1993. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Lei nº 8.672, de 6 de junho de 1993**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8672.htm>. Acesso em: 26 out. 2017.
- BRASIL. Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- BRASIL. Lei nº. 10.672, de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Lei nº. 10.672, de 15 de maio de 2003**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.672.htm>. Acesso em: 26 out. 2017.
- BRASIL. Lei nº. 12.395, de 16 de março de 2011. Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei no 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. **Lei nº. 12.395, de 16 de março de 2011**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12395.htm>. Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL. Lei nº. 13.155, de 04 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis nºs 9.615/1998, 8.212/1991, 10.671/2003, 10.891/2004, 11.345/2006 e 11.438/2006 e os Decretos-Leis nºs 3.688/1941 e 204/1967; revoga a Medida Provisória no 669/2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências.. **Lei Nº 13.155, de 4 de agosto de 2015**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm>. Acesso em: 31 mar. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta Inconstitucional nº 5.450. Relator: Alexandre de Moraes. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 5.450**. Brasília, 18 set. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI5450MC.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

CAPELO, R. O endividamento da primeira divisão sobe para R\$ 4,8 bi – impostos omitidos pesam. **Época Esporte Clube**. 02 jun. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/06/o-endividamento-da-primeira-divisao-sobe-para-r-48-bi-impostos-omitidos-pesam.html>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CAPELO, R. Apesar da bonança, as dívidas do futebol brasileiro crescem – onde os lucros vão parar? **Época Esporte Clube**. 11 maio 2017a. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clube/noticia/2017/05/apesar-da-bonanca-dividas-do-futebol-brasileiro-crescem-onde-os-lucros-vao-parar.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

CAPELO, R. Sem fins lucrativos? A receita vai para cima do dinheiro dos times de futebol. **Época Esporte Clube**, 22 dez. 2017. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clube/noticia/2017/12/sem-fins-lucrativos-receita-federal-vai-para-cima-do-dinheiro-dos-times-de-futebol.html>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

COSTA, F. L.; MARINHO, E. Fome de bola: o futebol no Brasil e os desafios da gestão. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 4, n. 1, p. 42-55, 2005.

CUNHA, P. R.; SANTOS, C. A.; HAVEROTH, J. Fatores contábeis explicativos da política de estrutura de capital dos clubes de futebol brasileiros. **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 6, n. 1, 2017.

DANTAS, M. G. S.; BOENTE, D. R. A eficiência financeira e esportiva dos maiores clubes de futebol europeus utilizando a análise envoltória de dados. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 11, p. 75-90, 2011.

DANTAS, M. G. S.; MACHADO, M. A. V.; MACEDO, M. A. S. Fatores determinantes da eficiência dos clubes de futebol do Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 8, n. 1, p. 113-132, 2015.

DANTAS, M. G. S.; MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. A. V. Eficiência dos custos operacionais dos clubes de futebol do Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 27, n. 2, p. 23-47, 2016.

DANTAS, M. G. S.; FREITAS, R. M.; COSTA, M. A. A.; BARBOSA, A. The Determinants of Brazilian Football Clubs' Debt Ratios. **Brazilian Business Review**, Edição Especial, p. 94-109, 2017.

DIETL, H. M.; FRANCK, E. Governance failure and financial crisis in German football. **Journal of Sports Economics**, p. 8, n. 6, p. 662-669, 2007.

DIMITROPOULOS, P. Capital structure and corporate governance of soccer clubs: European evidence. **Management Research Review**, v. 37, n. 7, p. 658-678, 2014.

GARCIA, D. Corinthians é o clube com o nome mais sujo na praça entre os grandes do país. **Folha de São Paulo**. 16 jan. 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/01/1950697-corinthians-e-o-clube-com-o-nome-mais-sujo-na-praca-entre-os-grandes-do-pais.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

GARCIA, D.; MATTOSO, C.; FABRINI, F. Avaliação da Caixa vê chance de calote do Corinthians no Itaquerão. **Folha de São Paulo**. 23 jan. 2018. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/01/1952514-avaliacao-da-caixa-ve-chance-de-calote-do-corinthians-no-itaquerao.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha>. Acesso em: 23 jan. 2018.

GONÇALVES, J. C. S.; CARVALHO, C. A. A mercantilização do futebol brasileiro: instrumentos, avanços e resistências. **Cadernos EBAPE.BR**, n. 2, p. 1-27, 2006.

GRAFIETTI, Cesar (Org.). **Análise Econômico-Financeira dos Clubes Brasileiros de Futebol**. São Paulo: Itáu BBA, 2017.

GURGEL, A. **Futebol S/A: a economia em campo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

INTERNATIONAL FEDERATION OF FOOTBALL HISTORY & STATISTICS (IFFHS). **The strongest national league of the world: Spain's La Liga again number 1**. 2018. Disponível em: <<https://iffhs.de/the-strongest-national-league-of-the-world-spains-primera-division-again/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

LEMOES, C.; BREVES, R.; SILVA, L. O público nos estádios do Brasil em 2017. **Globoesporte.com**. 14 dez. 2017. Disponível em: <<http://app.globoesporte.globo.com/futebol/publico-no-brasil/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LEONCINI, M. P.; SILVA, M. T. Entendendo o futebol como um negócio: um estudo exploratório. **Gestão & Produção**, v. 12, n. 1, p. 11-23, 2005.

MATTAR, M. F. **Na trave: o que falta para o futebol brasileiro ter uma gestão profissional**. 1. ed. Rio de Janeiro: 2014.

MATTOS, R. Dívidas dos clubes crescem em 2014. **UOL Esporte**. 12 dez. 2014. Disponível em: <<http://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2014/12/12/dividas-dos-clubes-aumentam-em-2014-palmeiras-tem-maior-passivo-em-sp/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade Empresarial. 7a. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MORROW, S.; HOWIESON, B. The New Business of Football: A Study of Current and Aspirant Football Club Managers. **Journal of Sport Management**. 28, 5, 515-528, 2014.

MUNDIM, D. Peso do atraso: clubes registram R\$ 2 bi em dívidas trabalhistas e 3 mil processos. **Globoesporte.com**. 18 ago. 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/peso-do-atraso-clubes-registram-r-2-bi-em-dividas-trabalhistas-e-3-mil-processos.ghml>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MOURÃO, P. The indebtedness of Portuguese soccer teams – looking for determinants. **Journal of Sports Sciences**, v. 30, n. 10, 1025-1035, 2012.

MYERS, S. C. The Capital Structure Puzzle. **The Journal of Finance**, v. 39, n. 3, p. 575-592, 1984.

NIERO, N. Auditor aponta erros graves em metade dos balanços dos clubes. **Valor Econômico**. 05 set. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/5107724/auditor-aponta-erros-graves-em-metade-dos-balancos-dos-clubes>>. Acesso em: 05 set. 2017.

OLIVEIRA, M. C.; BORBA, J. A.; FERREIRA, D. D. M.; LUNKES, R. J. Características da estrutura organizacional dos clubes de futebol brasileiros: o que dizem os estatutos? **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 31, 2017.

OSWALD, V. Por que a China está investindo bilhões para se tornar uma potência global do futebol? **BBC Brasil**. 14 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38618188>>. Acesso em: 16 out. 2017.

PAMPLONA, N. Clubes de futebol devem R\$ 6,3 bilhões. **Brasil Econômico**. 05 maio 2015. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/negocios/2015-05-05/clubes-de-futebol-devem-r-63-bilhoes.html>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

PAVLOVIĆ, V.; MIJATOVIĆ, P.; MILAČIĆ, S. Financial Reporting of Football Clubs in R. Serbia1. **Management: Journal for Theory and Practice Management**, n. 67, 2013.

PEREIRA, M. C. Vai quebrar? Conheça a real situação financeira do seu clube. **ESPN.com.br**. 10 maio 2016. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/post/597803_vai-quebrar-conheca-a-real-situacao-financeira-do-seu-clube>. Acesso em: 15 out. 2017.

PLURI CONSULTORIA. **O ciclo vicioso dos clubes de futebol no Brasil**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.pluriconsultoria.com.br/wp-content/uploads/2014/08/pluri-especial-circulo-vicioso.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

PRONI, M. W.; ZAIA, F. H. Financial condition of Brazilian soccer clubs: an overview. **Soccer and Society**, v. 15, n. 1, p. 108-122, 2014.

REZENDE, A. J.; CUSTÓDIO, R. S. Uma Análise da Evidenciação dos Direitos Federativos nas Demonstrações Contábeis dos Clubes de Futebol Brasileiros. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 6, n. 3, 2012.

REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z. Práticas de Governança Corporativa e Indicadores de Performance dos Clubes de Futebol: uma Análise das Relações Estruturais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 3, p. 105-125, 2015.

SLACK, R.; SHRIVES, P. Social disclosure and legitimacy in Premier League football clubs: the first ten years. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 9, n. 1, 2008.

TEIXEIRA, L. B. 23 times de futebol de bilionários. **Forbes Brasil**. 07 jun. 2016. Disponível em: <<http://forbes.uol.com.br/listas/2016/06/23-times-de-futebol-de-bilionarios/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

WEINBERG, B. 'The Future is Asia'? The Role of the Asian Football Confederation in the Governance and Development of Football in Asia. **The International Journal of the History of Sport**, v. 29, n. 24, 535-552, 2012.

WIZIACK, J.; PRADO, M. Adesão ao Refis do futebol deixa Flamengo melhor que a Petrobras. **Folha de São Paulo**. 15. jan. 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1950434-adesao-ao-refis-do-futebol-deixa-flamengo-melhor-que-a-petrobras.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2018.